UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

Graziano Franceschet Farias

PROPOSTA DE GESTÃO PARTICIPATIVA DE USO DO ESPAÇO FÍSICO PARA A CIDADE UNIVERSITÁRIA DA UFSM EM CACHOEIRA DO SUL (RS)

Santa Maria, RS
2021

Graziano Franceschet Farias

PROPOSTA DE GESTÃO PARTICIPATIVA PARA USO DO ESPAÇO FÍSICO PARA A CIDADE UNIVERSITÁRIA DA UFSM EM CACHOEIRA DO SUL (RS)

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria.

Orientador: Dr. José Luiz de Moura Filho

Santa Maria, RS
2021

Farias, Graziano Franceschet
Proposta de gestão participativa de uso do espaço físico para a cidade universitária da UFSM em Cachoeira do Sul (RS) / Graziano Franceschet Farias.- 2021.
153 p.; 30 cm

Orientador: José Luiz de Moura Filho
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, RS, 2021

1. UFSM 2. Cachoeira do Sul (RS) 3. Gestão Participativa 4. Regimento Interno I. , José Luiz de Moura Filho II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Graziano Franceschet Farias

PROPOSTA DE GESTÃO PARTICIPATIVA PARA USO DO ESPAÇO FÍSICO PARA A CIDADE UNIVERSITÁRIA DA UFSM EM CACHOEIRA DO SUL (RS)

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria.

Aprovado em 27 de agosto de 2021:

José Luiz de Moura Filho
(Presidente da banca)

Olinda Barcelos (FAPAS)

Edson Luiz Bortoluzzi da Silva (UFSM)

Santa Maria, RS
2021

RESUMO

PROPOSTA DE GESTÃO PARTICIPATIVA PARA USO DO ESPAÇO FÍSICO PARA A CIDADE UNIVERSITÁRIA DA UFSM EM CACHOEIRA DO SUL (RS)

AUTOR: Graziano Franceschet Farias
ORIENTADOR: José Luiz de Moura Filho

O ensino superior no Brasil, até a década de 1960, concentrava-se em capitais e regiões litorâneas do país, logo, cursar uma graduação era privilégio de pessoas com poder aquisitivo maior ou que morassem em tais localidades. Com o intuito de interiorizar a educação superior pública no Brasil, o professor Mariano da Rocha e sua equipe idealizaram a Universidade de Santa Maria - USM, criada pela Lei n. 3.834 – C, de 14 de dezembro de 1960, e federalizada no ano de 1965 na cidade de Santa Maria (RS), passando a chamar-se Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Já nos anos 2000, a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, iniciado em 2007, o Governo Federal brasileiro pôde proporcionar à população uma melhoria na oferta de ensino superior. Com o REUNI, houve expansão das estruturas físicas e cursos nas universidades federais, formação de novos *campi*, bem como a criação de várias instituições. Em contrapartida, as universidades deveriam ampliar seu quadro discente, bem como garantir a permanência dos alunos na graduação. Valendo-se de tal programa, a UFSM aproveitou a oportunidade e expandiu-se, ampliou suas instalações na cidade de Santa Maria (RS) e criou novos *campi*, um deles sendo a unidade da UFSM na cidade de Cachoeira do Sul (RS), objeto do presente trabalho, no qual se pretende, através de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas estruturadas, analisar, junto à comunidade local e interna, da instituição, os impactos positivos ou negativos, da instalação do equipamento no município, concluindo que houve certa melhora na oferta de serviços e de infraestrutura na cidade, estando a população satisfeita com o empreendimento e ansiosa para participar de seu futuro. Elaborou-se, também, uma proposta de Resolução (produto da dissertação), com alterações no atual Regimento Interno para gestão dos aspectos, físicos, bióticos e socioeconômicos da cidade universitária da UFSM em Cachoeira do Sul (RS), contemplando a participação dos atores envolvidos: servidores da UFSM em Cachoeira do Sul (RS) e lideranças comunitárias, bem como representantes dos poderes Executivo e Legislativo, municipal e regional, além de entidades associativas e sindicais da cidade.

Palavras-chave: UFSM, Cachoeira do Sul (RS), Gestão Participativa, Regimento Interno.

ABSTRACT

A PARTICIPATORY MANAGEMENT PROPOSAL FOR THE UFSM CAMPUS IN CACHOEIRA DO SUL (RS)

AUTHOR: Graziano Franceschet Farias
ADVISOR: José Luiz de Moura Filho

Higher education in Brazil, until the 1960s, was concentrated in capitals and coastal regions of the country, therefore, taking an undergraduate course was a privilege for people with greater purchasing power or who lived in such places. In order to internalizing public higher education in Brazil, Professor Mariano da Rocha and his team created the University of Santa Maria - USM, created by Law n. 3,834 – C of December 14, 1960 and federalized in 1965 in the city of Santa Maria (RS), renamed to the Federal University of Santa Maria – UFSM. In the 2000s, as of the Support Program for Restructuring and Expansion Plans at Federal Universities – REUNI, started in 2007, the brazilian Federal Government was able to provide the population an improvement in the offer of higher education. With REUNI, there was an expansion of the physical structures and courses of federal universities, the formation of new campuses, as well as the creation of various institutions. On the other hand, universities should expand their increase the number of students as well as ensure their permanence in graduation. Taking advantage of this program, UFSM used the opportunity and enlarged, expanded its facilities in the city of Santa Maria (RS) and created new campuses, one of them being the UFSM unit in the city of Cachoeira do Sul (RS), object of this work, in which it is intended, through bibliographical, documental and structured interviews, to analyze, the impacts with the local and internal community, of the institution, the impacts, positive or negative, of the installation of the equipment in the municipality, concluding that there was some improvement in the provision of services and infrastructure in the city, with the population being satisfied with the project and eager to participate in your future. A proposal for a Resolution (product of the dissertation) was also prepared, with changes in the current Internal Regulation for the managing the physical, biotic and socioeconomic aspects of the UFSM university city in Cachoeira do Sul (RS), contemplating the participation of the actors involved: UFSM employees in Cachoeira do Sul (RS) and community leaders, as well as representatives of the Executive and Legislative, municipal and regional powers, in addition to associative and union entities in the city.

Keywors: UFSM, Cachoeira do Sul (RS), Participatory Management, Internal Regulations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tipologia das Sub-regiões da PNDR.....35
Figura 2 - Classificação das microrregiões do Brasil segundo tipologia da PNDR....35
Figura 3 - Classificação das microrregiões do Rio Grande do Sul segundo tipologia da PNDR.....36
Figura 4 - Participação por Região no total da População e do PIB Brasileiro (%) 2010.....37
Figura 5 – Mesorregiões do Estado do Rio Grande do Sul.....38
Figura 6 – Microrregiões do Estado do Rio Grande do Sul.....39
Figura 7 – Planejamento urbano e regional – multidisciplinaridade.....41
Figura 8 – Mapa das regiões funcionais dos COREDES.....44
Figura 9 – Comparativo das áreas de influência geo-educacionais.....47
Figura 10 – Localização dos c*ampi* da UNIPAMPA.....49
Figura 11 – Localização dos c*ampi* da UFSM.....49
Figura 12 – Localização da cidade universitária da UFSM em Santa Maria (RS).....52
Figura 13 – Mapa das cidades do Rio Grande do Sul com *campi* da UFSM.....58
Figura 14 – *Campus* da UNISC na cidade de Santa Cruz do Sul (RS).....77
Figura 15 – *Campus* da URCAMP na cidade de Bagé (RS).....78
Figura 16 – Campus da URI na cidade de Erechim (RS).....79
Figura 17 – *Campus* da UNICRUZ na cidade de Cruz Alta (RS).....79
Figura 18 – *Campus* da UNIJUI na cidade de Santa Rosa (RS).....80
Figura 19 – *Campus* da SETREM na cidade de Três de Maio (RS).....81
Figura 20 – Porto de Cachoeira do Sul (RS).....84
Figura 21 – Instalações da empresa operante do terminal rodo-hidro-ferroviário.....84
Figura 22 – Mapa de Cachoeira do Sul (RS) com o terminal rodo-hidro-ferroviário..85
Figura 23 – Fundação da FUNVALE.....86
Figura 24 – Aula Inaugural da UNIVALE.....87
Figura 25 – ULBRA dá início à encampação da UNIVALE.....88
Figura 26 – Chegou a ULBRA.....88
Figura 27 – Localização da UFSM na cidade de Cachoeira do Sul.....89
Figura 28 – Manifestação da comunidade cachoeirense pelo “Vem UFSM”.....90
Figura 29 – Solenidade de inauguração da UFSM – CS.....91

Figura 30 – Momento do discurso do Reitor, Paulo Afonso Burmann, durante a solenidade de inauguração da unidade da UFSM em Cachoeira do Sul (RS).....91
Figura 31 – Professor José Mario Doleys Soares e professor Hilton Abilio Gründiling, Diretor e Vice-Diretor *pro tempore* da UFSM – CS.....92
Figura 32 – Solenidade de posse dos professores Rogério Brittes da Silva e Lucas Delongui para Diretor e Vice – Diretor da UFSM – CS.....93
Figura 33 – Mudança da UFSM – CS para as instalações próprias.....94
Figura 34 – Organograma da unidade da UFSM em Cachoeira do Sul (RS).....95
Figura 35 – Casa do estudante da UFSM – CS.....95
Figura 36 – Casa administrativa da UFSM – CS.....96
Figura 37 – Terreno da UFSM – CS.....97
Figura 38 – Edificações da UFSM – CS.....98
Figura 39 – Pronunciamento favorável do Bispo Diocesano Don Antonio Reis.....100
Figura 40 – Maquete da cidade universitária da UFSM.....101
Figura 41 – Imagem aérea da cidade universitária da UFSM em Santa Maria (RS).....103
Figura 42 – Prefeitura usará estudo da UFSM para mudanças nas Cinco Esquinas….....114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Legenda das regiões funcionais dos COREDES.....44
Quadro 2 – Previsão de acréscimo orçamentário após Lei nº 6.096/2007.....74
Quadro 3 – Percepção dos entrevistados sobre a função urbana “habitar”.....111
Quadro 4 – Percepção dos entrevistados sobre a função urbana “produzir”.....112
Quadro 5 – Percepção dos entrevistados quanto a função urbana “circular”.....113
Quadro 6 – Percepção dos entrevistados quanto a função urbana “recrear”.....115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI – 5 Ato Institucional nº 5

AID *Agency International Development*

ASPES Associação Santamariense Pró – Ensino Superior

AUGM Associação de Universidades Grupo Montevidéu

CEPE Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CESNORS Centro de Educação Superior Norte do RS

CIAM Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CONEP Conselho Nacional de Ética em Pesquisa

COREDES Conselhos Regionais de Desenvolvimento

CONDESUS Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável

CONSU Conselho Universitário da UFSM

COREDES Conselhos Regionais de Desenvolvimento

CPGET Comissão Provisória de Gestão Territorial

CRE Coordenadoria Regional de Educação

CRUB Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

CSCAD Coordenadoria Administrativa do Campus da UFSM em Cachoeira do Sul

EaD Ensino a Distância

EC Emenda Constitucional

ENEM Exame Nacional de Ensino Médio

EUA Estados Unidos da América

FEE Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

FAMURS Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul

FUNDAE Fundação Educacional e Cultural para o Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Educação e da Cultura

FUNVALE Associação Cachoeirense Pró – Ensino Superior

GT Grupo de Trabalho

GULERPE Grupo Universitário Latino-Americano de Estudos para a Reforma e Aperfeiçoamento da Educação

HUSM Hospital Universitário de Santa Maria

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

INTERNET Rede Mundial de Computadores

MEC Ministério da Educação

MI Ministério da Integração Nacional

MP Medida Provisória

NERU Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos

OEA Organizações dos Estados Americanos

ODSs Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU Organizações das Nações Unidas

PDI Plano de Desenvolvimento Institucional

PIB Produto Interno Bruto

PNDR Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PROPLAN Pró Reitoria de Planejamento da UFSM

RDA República Democrática Alemã

REUNI Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SE Sudeste

SETREM Sociedade Educacional Três de Maio

SISU Sistema de Seleção Unificado

UAB Universidade Aberta do Brasil

UDESSM Unidade Descentralizada de Educação Superior de Silveira Martins

UERGS Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSM Universidade Federal de Santa Maria

UFSM – CS Universidade Federal de Santa Maria Campus Cachoeira do Sul

ULBRA Universidade Luterana do Brasil

UNIASSELVI Centro Universitário Leonardo da Vinci

UNICRUZ Universidade de Cruz Alta

UNIJUI Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

UNINTER Centro Universitário Internacional

UNIPAMPA Universidade Federal do Pampa

UNISC Universidade de Santa Cruz do Sul

UNIVALE Unidades Integradas de Ensino Superior do Vale do Jacuí

UNOPAR Centro de Estudos do Norte do Paraná

UCAMP Universidade da Região da Campanha

URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
USAID	*United States Agency for Internacional Development*
USM	Universidade de Santa Maria

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 19
1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA 25
1.2 HIPÓTESE 27
1.3 OBJETIVOS 28
1.3.1 Objetivo Geral 28
1.3.2 Objetivos específicos 28
1.4 JUSTIFICATIVA 30
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO 31
2 REFERENCIAL TEÓRICO 33
2.1 A TERRA 33
2.1.1 Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) 34
2.1.2 Planejamento urbano e regional 37
2.1.3 Experiências regionais: Os COREDES e o CONDESUS 42
2.1.4 A universidade multicampi: Cidade Universitária x *Campus* 45
2.2 O HOMEM 52
2.2.1 Interiorização 53
2.2.2 ASPES 60
2.2.3 Internacionalização 60
2.2.4 Relatório Atcon 63
2.3 EDUCAÇÃO 65
2.3.1 Reforma de Córdoba de 1918 65
2.3.2 Reforma Universitária de 1968 68
2.3.3 O REUNI no contexto regional 72
2.3.4 Emenda Constitucional (EC) nº 95 75
2.4 A(S) CIDADE(S) UNIVERSITÁRIA(S) 76
2.4.1 Velhas Extensões, novas Universidades 76
2.4.2 Os *campi* da UFSM 82
2.4.3 A unidade de Cachoeira do Sul (RS) 83
2.4.4 Uma proposta de gestão para coesão territorial 98
2.4.4.1 CIDADE UNIVERSITÁRIA DA UFSM EM SANTA MARIA 98
2.4.4.2 CIDADE UNIVERSITÁRIA DA UFSM EM CACHOEIRA DO SUL 104
3 METODOLOGIA 107
3.1 PESQUISA 107
4 RESULTADOS 111
4.1 ANÁLISE QUALITATIVA 111
4.1.1 “Habitar” 111
4.1.2 “Produzir” 112
4.1.3 “Circular” 113
4.1.4 “Recrear” 115
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 117
REFERÊNCIAS 121
APÊNDICE A – Entrevista com lideranças da UFSM – CS, entidades municipais e poder executivo municipal 135
APÊNDICE B – Entrevista com a atual e anterior direção da UFSM - CS 139
APÊNDICE C - Resolução 141

1 INTRODUÇÃO

Para fazer frente as enormes desigualdades regionais e sociais, o Estado brasileiro criou um complexo sistema tributário, fruto de um mal acabado pacto federativo, que privilegia, no planejamento, mais o aspecto setorial que o territorial, especialmente no âmbito das Políticas Públicas. Para Souza (2006, p.26),

> Política pública é o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) (SOUZA, 2006, p. 26).

Já para Teixeira (2002, p. 2), “Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”.

Diversos programas do Governo Federal nas mais variadas áreas são implantados para que haja o fomento e o desenvolvimento dos territórios bem como melhorias e prosperidade na qualidade de vida da população, buscando reduzir as desigualdades sociais. Como o Brasil possui dimensões continentais, as desigualdades são combatidas, em sua maioria, em escala nacional e local, ficando, assim, a categoria regional relegada para fins de planejamento. Buarque (1999, p.9) salienta que

> Desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população (BUARQUE, 1999, p. 9).

Na área da Educação, a fim de expandir o ensino superior, a partir dos anos 2000, o Governo Federal lançou o Programa de Apoio de Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), com o principal objetivo de ampliar não somente o acesso à educação superior, mas também a permanência dos jovens nas instituições:

> Com o Reuni, o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o

> combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país. (REUNI, 2010).

Tal programa implantou, no ano de 2014, o *campus* da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no município de Cachoeira do Sul (RS), no Estado do Rio Grande do Sul, com a missão de "Produzir e difundir conhecimento, contribuir para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, comprometido com a formação de recursos humanos e da sociedade" (UFSM/CACHOEIRA, 2018).

Este equipamento, bem como o *campus* sede, na cidade de Santa Maria (RS), serão chamados no decorrer do trabalho de cidades universitárias, nomenclatura esta, utilizada em razão de que nos mesmos há residências estudantis, ou seja, todas as funções urbanas[1] coexistem (habitar, produzir, recrear e circular), em quanto no *campus*, não havendo moradias, aquela primeira não se verifica, do que decorre uma série de consequências que, de alguma maneira, são o objetivo deste trabalho.

Atualmente, a cidade universitária da UFSM em Cachoeira do Sul (RS) oferta cursos na área das Ciências Exatas: Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Agrícola, Engenharia de Transportes e Logística - este, sendo uma exigência da então Presidenta Dilma Rousseff, como informou em entrevista, o professor Hilton Abílio Gründling (2021), primeiro Vice-Diretor - e Arquitetura e Urbanismo, da área das Ciências Sociais Aplicadas, os quais contemplam a primeira fase do programa, que iniciou no ano de 2014, e ofertam cento e noventa vagas por semestre (UFSM/CACHOEIRA, 2020). Na segunda etapa, sem data prevista, seriam implantados mais cinco cursos, sendo eles, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Minas, Engenharia de Software e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (PROJETO INSTITUCIONAL/UFSM, 2013), os quais julgados pertinentes para a região, uma vez que a cidade de Cachoeira do Sul (RS) conta com empresas do ramo industrial, metal mecânico, beneficiamento de alimentos, agrícola, entre outros.

Ferreira e Santos (2017, p. 88) mostram que:

---

[1]Tal assunto surgiu em debates no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM, em 1933. "O IV CIAM (1933) foi sem dúvida o congresso mais significativo, do ponto de vista urbanístico. Deste IV CIAM surgiram os artigos da Carta de 32 Atenas, que por razões inexplicáveis não foram publicados senão uma década mais tarde" (RAINHA, 2007, p. 31/32).

> dentre os principais resultados alcançados pelo Reuni, destacam-se a interiorização do ensino superior público, com o número de campi no país passando de 148 para 274, um crescimento de 85%. Em relação aos municípios atendidos houve um aumento de 138%, passando de 114 para 272 cidades que passaram a possuir pelo menos um campus de universidade pública federal. Houve um crescimento de 122.000 no número de vagas oferecidas pelos cursos de graduação nas universidades federais, representando uma elevação de 110% (apud MEC, 2012).

Os autores citados, complementam ainda que:

> A implantação de uma universidade pública em determinada comunidade implica diversos impactos econômicos no seu entorno. A força desse impacto vai depender de diversos fatores, com destaque para o tamanho da instituição de ensino, os cursos que serão oferecidos, as características econômicas de sua região de influência, dentre outros (FERREIRA; SANTOS, 2017, p. 105).

Juntamente com os investimentos em infraestrutura, móveis e equipamentos, não se pode deixar de citar todo o pessoal, diretamente contratado – servidores e terceirizados, além dos empregos indiretos e investimentos, seja em estabelecimentos comercias e prestadores de serviço, no ramo imobiliário, de transporte, saúde e educação, além da gastronomia, lazer, entre outros, todos, provavelmente com coparticipação ativa na vida econômica da sociedade cachoeirense, como ocorre em outros municípios com equipamentos da espécie.

Como exemplo, em recente estudo feito no *campus* da UFSM em Frederico Westphalen (RS), constatou-se que a instituição é fundamental para a economia da cidade, principalmente no setor imobiliário e de alimentação, sendo injetados anualmente mais de R$ 8.000.000,00, somente por alunos.

> Para o coordenador da pesquisa, o professor Lorimar Munaretto, o ”objetivo do estudo foi demonstrar o montante de recursos econômicos adicionados na economia local e regional, por meio da vinda de estudantes oriundos de outros municípios, que passaram a residir na cidade de Frederico Westphalen, e como a UFSM está proporcionando uma maior dinamização da economia local, influenciando assim na circulação do capital, crescimento do mercado imobiliário e comercial, geração de novos empregos” (APUFSC, 2019).

Pode-se levar em conta também a previsão de investimentos do Governo Federal para o empreendimento, em 2014, ano de implantação do equipamento, que era em torno de R$ 120.000.000,00 e R$ 90.000.000,00 na primeira e segunda fases respectivamente (UFSM, 2014). Porém, até o presente, foram investidos R$

47.772.607,11, entre encargos gerais, custeio, obras e equipamentos, segundo dados fornecidos pela Coordenadoria Administrativa da UFSM em Cachoeira do Sul (RS) (CSCAD, 2021).

Corroborando os dados apresentados referentes à unidade da UFSM em Cachoeira do Sul (RS), no ano de 2013, ano anterior à implantação, o Produto Interno Bruto *Per Capta* (PIB *per capta*) do município era de R$ 21.267,80, já em 2018, último ano informado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), o PIB *per capta* passou para R$ 28.528,77, aumento de 34%. Com relação ao PIB municipal, que passou de R$ 1.828.074.000,00 em 2013 para R$ 2.354.964.140,00 em 2018, um aumento de 29% (IBGE, 2021).

Então, imagina-se que o impacto da implantação do equipamento na cidade de Cachoeira do Sul (RS) seja expressivo na economia e na vida da população do município e da região, a exemplo da implantação da UFSM em Santa Maria (RS), conforme Arrussul (2009),

> houve uma aceleração no ritmo da construção civil, devido à necessidade de suprir a demanda por habitações originadas pelo crescente número de habitantes que o município recebia a cada ano em razão dos estudantes da UFSM (ARRUSSUL, 2009, p. 108).

Há também outros tipos de impactos, não só econômicos, e positivos, que podem ser estudados, por exemplo, a majoração dos preços de produtos, além de aluguéis (residenciais e comerciais), uma vez que há aumento da circulação de pessoas e a demanda por recursos naturais (solo, ar, água, fauna, flora, etc.), as quais podem comprometer o meio ambiente e a qualidade de vida, afetando não só esses novos moradores (muitas vezes temporários, como os alunos), mas também aqueles que ali já vivem, especialmente no entorno da futura cidade universitária.

Pode-se citar, também, a valorização imobiliária no entorno da futura cidade universitária, pois esta necessita arruamentos, redes de energia elétrica, INTERNET, saneamento, transportes, que, se por um lado é positiva, também se apresentam como negativos para aqueles que, ou elegeram este lugar justamente por ser uma área periférica e mais barata, situação que então se altera, implicando em majoração de custos, no mínimo de tributos que passa de rural a urbano, ou porque o motivo para aí se instalarem é a tranquilidade, agora abalada.

Logo, valendo-se do método de abordagem hipotético-dedutivo, este trabalho visa promover a integração da comunidade cachoeirense e região na gestão da

instituição, uma vez que um empreendimento desta magnitude pode alterar a realidade da comunidade na qual foi inserido. Assim, justifica-se a relevância deste estudo e a proposição de instrumento de gestão para a cidade universitária, com a participação dos atores envolvidos. Para tal, o projeto terá a estrutura apresentada abaixo.

Na Introdução, apresenta-se o trabalho bem como todos os seus itens: na Delimitação do Problema de pesquisa delineia-se o objeto de pesquisa e mostra-se os fatores motivadores para o estudo; no item Objetivos, é demonstrado o que se busca propor após concluídas todas as etapas. Este item é dividido em Objetivo Geral e Objetivos Específicos. No Geral, propõe-se instrumentos de gestão da cidade universitária da UFSM em Cachoeira do Sul (RS) que contemplem os distintos atores sociais impactados – positiva e negativamente – pela instalação da instituição no local/região. Já nos Objetivos Específicos, busca-se, com maior refino, demonstrar os impactos da implantação da instituição, bem como apresentar meios para que a sociedade possa se beneficiar de tal empreendimento no futuro; na Justificativa, é apresentada a motivação pessoal para a elaboração do trabalho; no item Estrutura do Trabalho é mostrada a organização deste.

No Referencial Teórico, utilizou-se como fio-condutor a obra do professor e fundador da UFSM, Mariano da Rocha, *A terra, o homem e a educação: universidade para o desenvolvimento*, analisada nas três dimensões: terra, homem e educação, elaborando-se quatro capítulos temáticos. No capítulo “A Terra”, aborda-se o planejamento urbano e regional das localidades contempladas por instituições de ensino, seus tipos mais comuns e a importância das mesmas sobre estas regiões e na vida da população que habita o seu entorno, uma vez que, para o professor Mariano da Rocha, “a terra deve orientar a educação do homem” (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993 p. 21, apud MARIANO DA ROCHA FILHO, 1962), ou seja, deve-se aproveitar a vocação do local para fornecer ensino especializado que favoreça seu crescimento.

No capítulo “O Homem”, procura-se analisar a importância dos protagonistas do ensino superior nas últimas décadas no Brasil. No caso da UFSM, salienta-se a ação do professor Mariano da Rocha e sua equipe, junto à Associação Santamariense Pró-Ensino Superior (ASPES), dos políticos da época, como o então Deputado Federal Tarso Dutra, que posteriormente tornou-se Ministro da Educação, do pesquisador Rudolph Atcon e da comunidade santa-mariense, os quais ajudaram

a UFSM a tornar-se realidade. Tais atores colaboraram para o desenvolvimento não somente da Universidade Federal de Santa Maria, além de outras universidades, bem como para o ensino superior ter a qualidade almejada.

Já no capítulo “Educação”, apresenta-se um breve histórico das universidades na América Latina, com acontecimentos importantes ocorridos ao longo do século XX bem como fatos que influenciaram o ensino superior no Brasil. Também se destaca a importância do REUNI, a influência de políticas monetárias restritivas na educação superior pública federal e breve histórico sobre a criação das universidades federais.

No referencial teórico, há também o capítulo 4, “A(S) CIDADE(S) UNIVERSITÁRIA(S)”, elaborado como uma tentativa de identificar os temas do fio condutor (Terra, Homem e Educação) no território sob análise e contempla um pouco da história da UFSM e sua parceria com instituições de ensino superior privadas, os *campi* atuais da UFSM, bem como, o produto final deste trabalho, que visa propor instrumento de gestão participativa para a cidade universitária da UFSM em Cachoeira do sul (RS). Podendo assim, a comunidade local beneficiar-se ao máximo da universidade e auxiliar na tomada de decisões, transformando a instituição em parte permanente da localidade e da vida dos cachoeirenses.

Por fim, na Metodologia, explica-se, de forma detalhada, como foi feita a pesquisa, os meios que serão utilizados e os objetos que serão estudados. Foram utilizados métodos de procedimentos qualitativos e exploratórios, por meio de entrevistas estruturadas e coleta de dados secundários.

Logo, com a implantação de uma unidade universitária em uma dada localidade, além dos benefícios de levar a educação superior e formação profissional até as pessoas, pressupõe-se que a sociedade como um todo, no entorno da instituição, também se beneficie. Então, este trabalho tentará demonstrar tais impactos, assim como discutir medidas para incorporar a participação de novos agentes, especialmente locais, através de uma proposta de gestão para os *campi* universitários, na relação que estabelecem com espaços físicos, gestores públicos, entes privados e atores sociais do entorno, especialmente à escala do município.

1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

No ano de 2014, a cidade de Cachoeira do Sul (RS) recebeu a implantação de um projeto do Governo Federal, uma unidade da Universidade Federal de Santa Maria. Este, com investimentos e custeio que até o ano de 2021 já atinge cerca de R$ 47.772.607,11 (CSCAD, 2021). Pode-se considerar pertinente, também, o quantitativo de servidores técnicos administrativos, em torno de 37, e de docentes, que, hoje, já ultrapassa a marca de 80 profissionais (POGEP/UFSM, 2021). Observe-se, igualmente, que há prestadores de serviço terceirizados, injetando recursos monetários de forma direta na economia do município.

Em um primeiro momento, tais investimentos podem gerar crescimento econômico para o local escolhido e, com o passar do tempo, tal localidade pode ser beneficiada pelo desenvolvimento que:

> [...] se distingue do crescimento econômico, porque o desenvolvimento vai além da mera multiplicação de riqueza material, enquanto o crescimento é uma forma necessária, mas não suficiente para alcançar a meta de uma vida melhor e mais completa para todos, visto que não amplia emprego, não reduz desigualdades e nem atenua a pobreza (SIEDENBERG et al, 2017, p. 6, apud SACHS, 2004).

Outro fator pertinente para a implantação de um *campus*, pode ser a falta de oportunidades ou aprimoração dos estudos, pois em municípios que não possuem instituições de ensino superior públicas, os jovens acabam se deslocando para outras localidades, caso necessitem cursar uma universidade pública. Com a interiorização do ensino superior, essa realidade sofre mudanças, pelo menos nesses locais. Famílias acabam ficando unidas e os jovens trabalhadores não precisam sair de sua região de origem (FERREIRA; SANTOS, 2017, p. 88, apud LESTER, 2005).

Todos esses pontos, são denominados “externalidades”, são as consequências que acompanham as ações dos agentes públicos ou privados:

> Além desses resultados, deve-se atentar para o fato de que ao implementar esta política pública, ampliando as vagas e interiorizando o ensino público federal, as regiões que receberam novos *campi* universitários também foram impactadas pelas externalidades positivas causadas por estas instituições de ensino superior (FERREIRA; SANTOS, 2017, p. 8).

Também se pode destacar, sobre a implantação de uma instituição de ensino superior, que “estas provocam o aumento do conhecimento da região, a transferência de tecnologia e maiores possibilidades de inovação” (FERREIRA; SANTOS, 2017, p. 8, apud REGO; CALEIRO, 2012).

Assim, este trabalho destinou-se a estudar os efeitos proporcionados pela implantação da instituição na cidade de Cachoeira do Sul (RS) e propor medidas para que o município e sua população possam se beneficiar ao máximo do empreendimento.

1.2 HIPÓTESE

A participação da comunidade local e regional na gestão do espaço físico da unidade da UFSM em Cachoeira do Sul (RS), pode mitigar os impactos negativos e potencializar os positivos advindos da sua implantação.

1.3 OBJETIVOS

Nesta seção, são apresentados os objetivos geral e específico.

1.3.1 Objetivo Geral

O Objetivo Geral deste trabalho é analisar os impactos no território de Cachoeira do Sul (RS) com a implantação da instituição de ensino e propor instrumento de gestão do espaço físico da cidade universitária da UFSM em Cachoeira do Sul (RS), por meio de Resolução que contemple a participação, não só de servidores e alunos mas também, externa, qual seja, da comunidade cachoeirense composta pelo Poder Público, Sociedade Civil e Iniciativa Privada e, tanto quanto possível do entorno da unidade e da região em que a cidade de Cachoeira do Sul (RS) está inserida.

1.3.2 Objetivos específicos

A partir do Objetivo Geral delineiam-se os Objetivos Específicos, que são os procedimentos adotados para executar pesquisa e que serviram de embasamento para a proposta do produto, sendo eles:

a) utilizando pesquisa bibliográfica e documental, localizar e acessar o acervo documental existente na UFSM e no Ministério da Educação (MEC), correspondente à idealização e implantação da UFSM em Cachoeira do Sul (RS), especialmente do ponto de vista físico;

b) por meio de pesquisa documental, aferir a relação existente entre a proposta da cidade universitária de Cachoeira do Sul (RS), da UFSM, com os instrumentos de planejamento nas esferas federal, estadual e regional;

c) utilizando entrevistas estruturadas, identificar se os Cursos proporcionados pela UFSM em Cachoeira do Sul (RS) correspondem à demanda da sociedade na região de abrangência da instituição;

d) ainda por meio de entrevistas estruturadas, elencar, conforme a percepção da comunidade que habita a região de abrangência da instituição, os impactos,

positivos ou negativos, que o projeto da UFSM em Cachoeira do Sul (RS) causou do ponto de vista das funções urbanas clássicas (habitar, produzir, circular e recrear);

e) caracterizar, sinteticamente, a sociedade cachoeirense, sua dinâmica, sua constituição e nível de participação na tomada de decisões, por meio de entrevistas, pesquisa documental e na INTERNET;

f) por meio de questionários, aferir a percepção dos entrevistados quanto a experiência de Cachoeira do Sul (RS) no ensino superior; e

g) através do documento elaborado, uma resolução, propor meios para que a participação popular seja mais efetiva no planejamento e gestão da cidade universitária da UFSM em Cachoeira do Sul (RS).

1.4 JUSTIFICATIVA

A universidade não tem somente a missão de capacitar profissionais para o mercado de trabalho, pois também produz conhecimento por meio da pesquisa, e mesmo permite o surgimento de formadores de opinião, ou seja, influencia e muda uma região e sua população de várias maneiras. Contudo, causa, igualmente, impactos não desejados na comunidade na qual é inserida, caso não haja planejamento conjunto com o município, a exemplo da cidade universitária da UFSM em Santa Maria (RS), como pontua o Arrussul (2009):

> Embora tendo um planejamento inicial da forma, uso e ocupação dos espaços, a não execução do projeto original e a posterior falta de regulação de seu crescimento ocasionaram inúmeros conflitos entre o *campus* da UFSM e a cidade de Santa Maria. Atualmente o fluxo de veículos cidade/campus está concentrado na Avenida Roraima, devido à falta de alternativas de rotas e ainda diversidade de tipos de veículos e de usos. Também, em relação à infra-estrutura, observa-se uma insuficiência dos sistemas de abastecimento de energia elétrica, iluminação pública e esgotamento sanitário, bem como a precária manutenção dos sistemas citados (ARRUSSUL, 2009, p. 118).

Para tal, este trabalho tem como justificativa principal, o fato de eu, o autor, trabalhar na instituição desde o ano de 2016 como assistente em administração bem como residir na cidade. Logo, vivencio diariamente tanto o cotidiano do equipamento quanto da cidade. Justifica-se também, a proposição de participação da comunidade, é para que os problemas verificados na implantação da cidade universitária da UFSM em Santa Maria (RS) não se repitam na unidade de Cachoeira do Sul (RS).

Por tudo isso, esta pesquisa almeja proporcionar uma maior afinidade entre instituições de ensino público federal e as comunidades nas quais estão inseridas, através da elaboração de normas que terão como principais objetivos a adoção de mecanismos de gestão da unidade da UFSM em Cachoeira do Sul (RS) que contemplem as demandas da sociedade afetada pelo empreendimento.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho está estruturado pela Introdução; Problema de Pesquisa; Objetivos, Geral e Específicos; Justificativa; Estrutura do Trabalho; Referencial Teórica, onde encontram-se quatro capítulos temáticos, nos 3 primeiros, são abordados os assuntos, “A terra”, “O homem” e a “Educação”, respectivamente, e no último, é apresentado o produto final do trabalho; e Metodologia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste item são discutidos os temas de interesse para a construção do produto final do trabalho – Resolução – a partir de autores referenciados pela literatura especializada sobre o tema. Para tal, pesquisou-se trabalhos acadêmicos, páginas de instituições de ensino e de entidades públicas e privadas, obras de autores que se debruçaram sobre as temáticas abordadas e documentos oficiais.

Com base na obra *A terra, o homem e a educação: universidade para o desenvolvimento*, do fundador da UFSM, professor Mariano da Rocha, na qual ele discorre sobre suas ideias e ações, como a idealização e fundação da Universidade Federal de Santa Maria, neste item serão abordados aquelas três categorias e o produto final do trabalho, todos em forma de capítulos temáticos. Para o professor Mariano da Rocha, “a terra”, ou seja, o lugar, possui o poder de moldar “a educação” e direcioná-la para que “o homem” possa qualificar o espaço físico, pois ele é o ator que possui tal capacidade.

2.1 A TERRA

Neste capítulo, será abordado o assunto “a terra”. Discutir-se-á acerca de territórios, nas diversas escalas, do local ao internacional, da validade da proposta consistente das áreas geo-educacionais das universidades, da universidade multicampi, bem como da importância do engajamento da população pela busca do desenvolvimento na região onde é residente, a fim de se caracterizar, minimamente, os aspectos setoriais/territoriais do planejamento público. Como cita o professor Mariano da Rocha:

> Por esse motivo, incentivamos a criação de órgãos regionais, como associações de municípios desta ou daquela zona e, especialmente, procuramos criar fundações educacionais reunindo os esforços da população das mesmas, despertando o seu interesse para o desenvolvimento, ao mostrar-lhes o trabalho feito em Santa Maria. Desta forma, poderiam satisfazer seu desejo de progresso por meio de instalações de extensões universitárias nas cidades que apresentassem condições suficientes para serem consideradas como polos de desenvolvimento (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993, p. 54).

Para tal, os temas Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), Planejamento urbano e regional, experiências regionais e a universidade multicampi, serão explanados a seguir.

2.1.1 Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)

No Brasil, com a busca do bem-estar de seus cidadãos, em 22 de fevereiro de 2007, o Governo Federal instituiu o Decreto nº 6.047, que em seu Artigo 1º, afirma:

> A Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR tem como objetivo a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, e deve orientar os programas e ações federais no Território Nacional, atendendo ao disposto no inciso III do art. 3º da Constituição. (JUSBRASIL, 2007).

Tal política, ainda objetiva atuar em todo o território do país, mesmo com a atualização introduzida pelo Decreto nº 9.810 de 30 de maio de 2019, porém, dará maior ênfase nas regiões “Norte, Nordeste e Centro-Oeste – consideradas prioritárias na Constituição Federal de 1988” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2019). Contudo, a existência de uma política para desenvolvimento regional, deve ir além da compreensão da diferença entre ser rico e pobre, há a necessidade de entender sobre as “fraturas territoriais”, ou seja, promover oportunidades em territórios que antes eram deixados de lado no desenvolvimento (CARGNIN, 2014). E, assim como Cargnin (2014), acreditamos que o combate à pobreza não deve ser o foco, e sim o combate às desigualdades regionais, para que estas se desenvolvam e a população se beneficie automaticamente de tais mudanças.

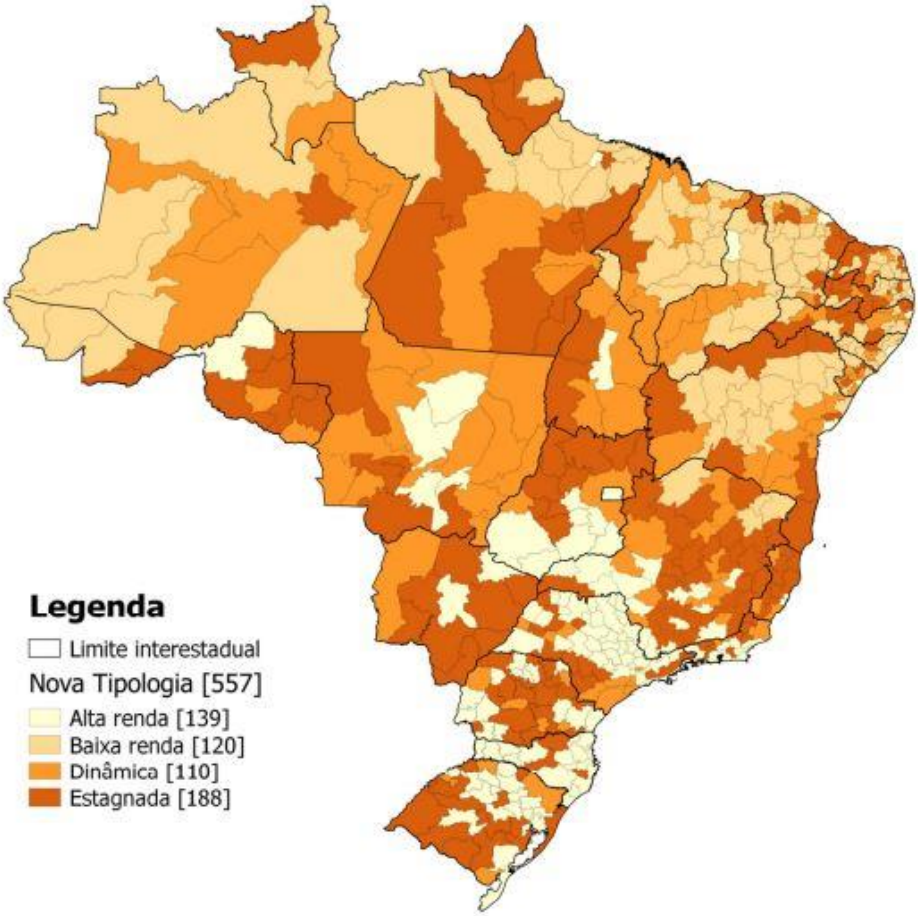
Nas figuras 1 e 2, a seguir, tem-se a classificação da PNDR, elaborada no ano de 2007, quanto ao desenvolvimento das microrregiões dentro de cada Sub-Região em nível de Brasil. Porto e Macedo (2017), trazem elas sendo: Sub-Regiões de Alta Renda, que se caracterizam por terem maior rendimento por habitante; Sub-Regiões de Baixa Renda, com menores rendimentos por habitante e menores taxas de PIB *per capta*; Sub-Regiões Dinâmicas, sendo intermediárias, não possuem alta renda, porém, são as maiores taxas de crescimento do PIB *per capta*; Sub-Regiões Estagnadas, possuindo valores médios de crescimento e de renda da população.

Figura 1 – Tipologia das Sub-regiões da PNDR

Variação do PIB per capita 2002 - 2014 (média)	Rendimento Médio por Habitante, 2010		
	Alta	Média	Baixa
Alta	ALTA RENDA 139 MRG	DINÂMICA 110 MRG	
Média		ESTAGNADA 188 MRG	BAIXA RENDA 120 MRG
Baixa			

Fonte: Porto e Macedo, 2017, p. 9

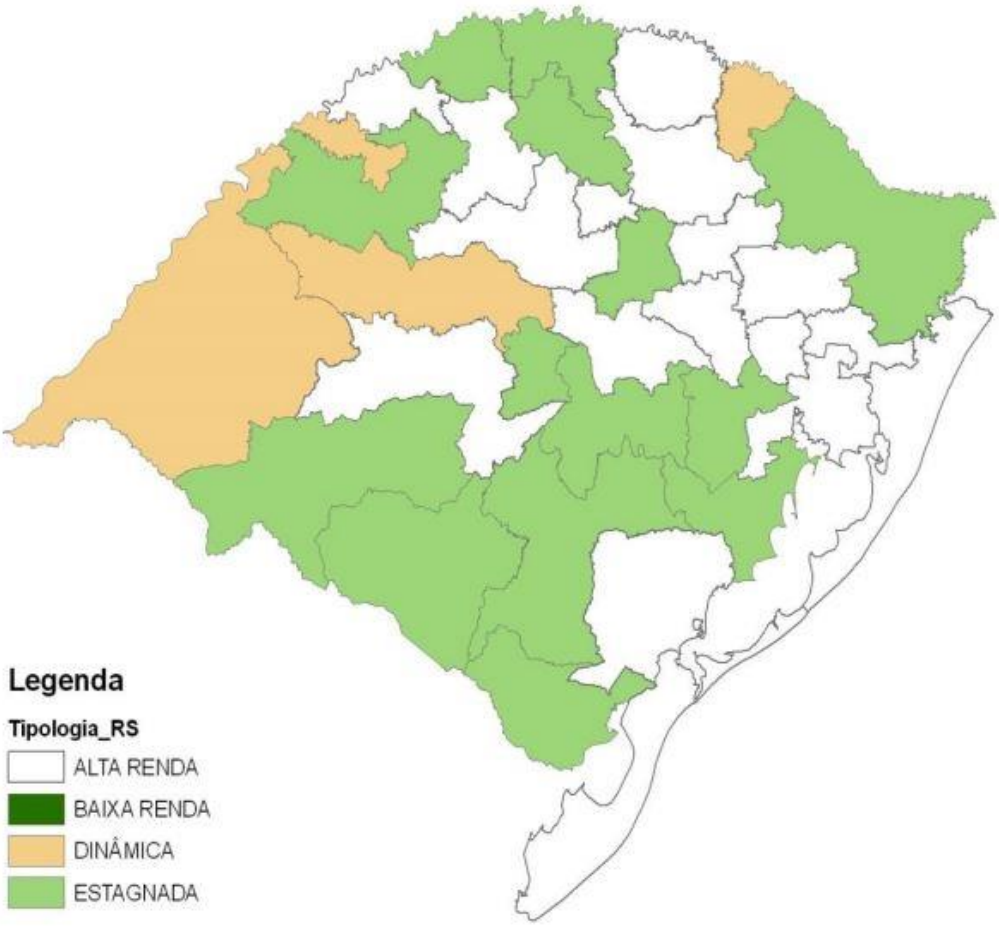
Figura 2 – Classificação das microrregiões do Brasil segundo tipologia da PNDR



Fonte: Porto e Macedo, 2017, p. 12

Na figura número 3, em uma visão mais refinada, em nível de Rio Grande do Sul, pode-se visualizar Santa Maria (RS), que está em uma microrregião de alta renda, e a cidade de Cachoeira do Sul (RS) que se situa em uma microrregião estagnada.

Figura 3 – Classificação das microrregiões do Rio Grande do Sul segundo tipologia da PNDR



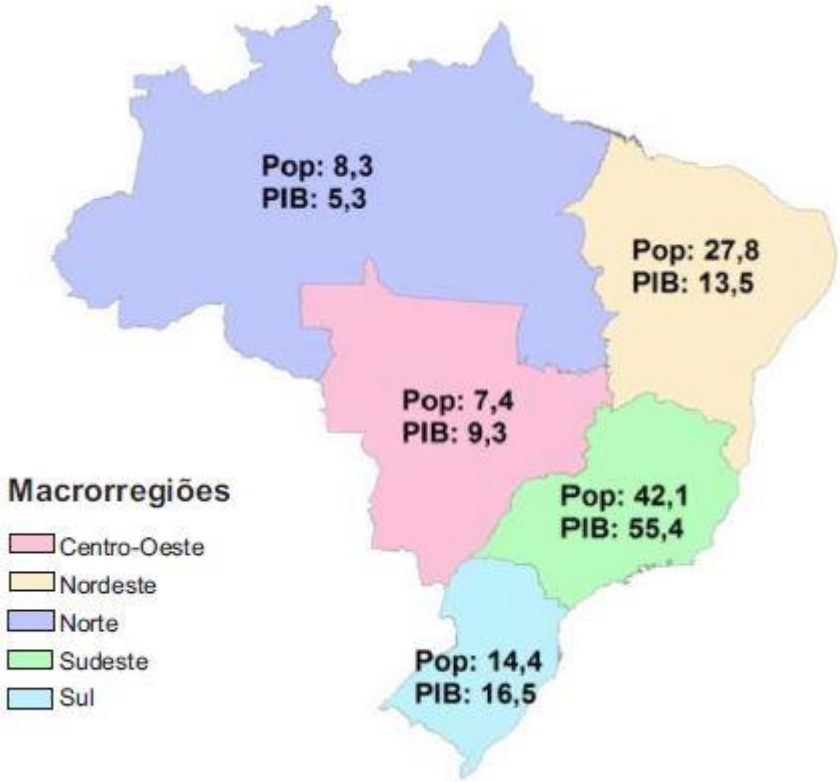
Fonte: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2013

Logo, a PNDR é um conjunto de políticas públicas para reduzir as desigualdades verificadas entre as regiões do país, e seus habitantes, bem como melhorar e aumentar o acesso dos mesmos a oportunidades que outrora eram somente disponíveis para parcelas mais favorecidas da sociedade brasileira, como são os casos da oferta de infraestrutura viária e de transporte; assistência técnica em diversas áreas e a constituição de arranjos produtivos locais, por exemplo. Tais aspectos se coadunam com os objetivos de uma universidade pública, que em sua essência, é produzir conhecimento e formar profissionais, proporcionando o desenvolvimento, prosperidade e oportunidades mais igualitárias para a sociedade.

2.1.2 Planejamento urbano e regional

Um dos objetivos da PNDR, como diz seu artigo 1º, é reduzir as desigualdades da população, seja na localidade, seja em relação às regiões do país. Cada região do Brasil possui suas próprias características de desenvolvimento, quer por sua geografia, quer pela história, porém, certas regiões são significativamente mais desenvolvidas que outras. Assim, acredita-se que políticas de desenvolvimento para territórios são benéficas, uma vez que as realidades econômicas são distintas nas diferentes partes do país, como pode ser notado na figura 4, que traz a participação por regiões no PIB brasileiro, onde os espaços com menor participação, também possuem menores rendimentos salariais da população.

Figura 4 - Participação por Região no total da População e do PIB Brasileiro (%) 2010



Fonte: Censo, 2010, apud Amparo, 2013

Logo, cada região dentro de um Estado brasileiro possui certas características particulares, que acabam unindo os municípios que a compõem, como aspectos culturais, históricos, turísticos e outros. E, dentro de cada

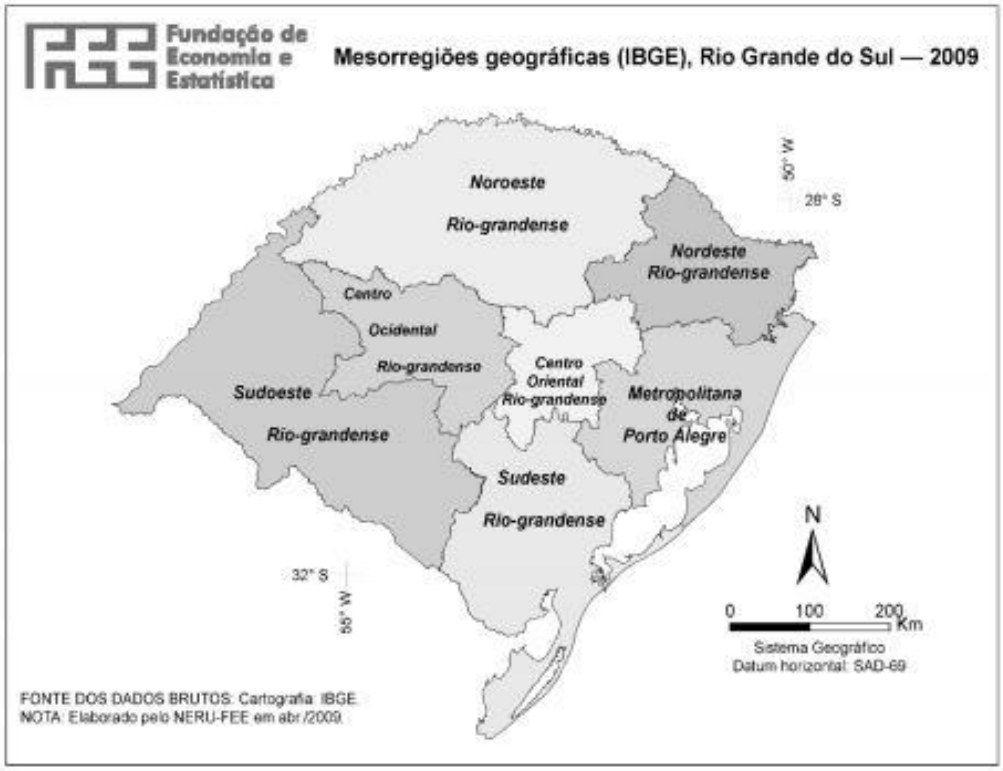
Mesorregião, há as Microrregiões, que possuem um Município maior que acaba gerando influência.

Por isso, o Governo Federal descreve Mesorregião como sendo

> uma área individualizada em uma unidade de federação que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas dimensões do processo social, do quadro natural e da rede de comunicação e de lugares (PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS, 2014).

Nas figuras 5, a seguir, são apresentadas as Mesorregiões do Estado do Rio Grande do Sul para melhor identificar e entender os conceitos apresentados.

Figura 5 – Mesorregiões do Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos/Fundação de Economia e Estatística (NERU/FEE, 2009).

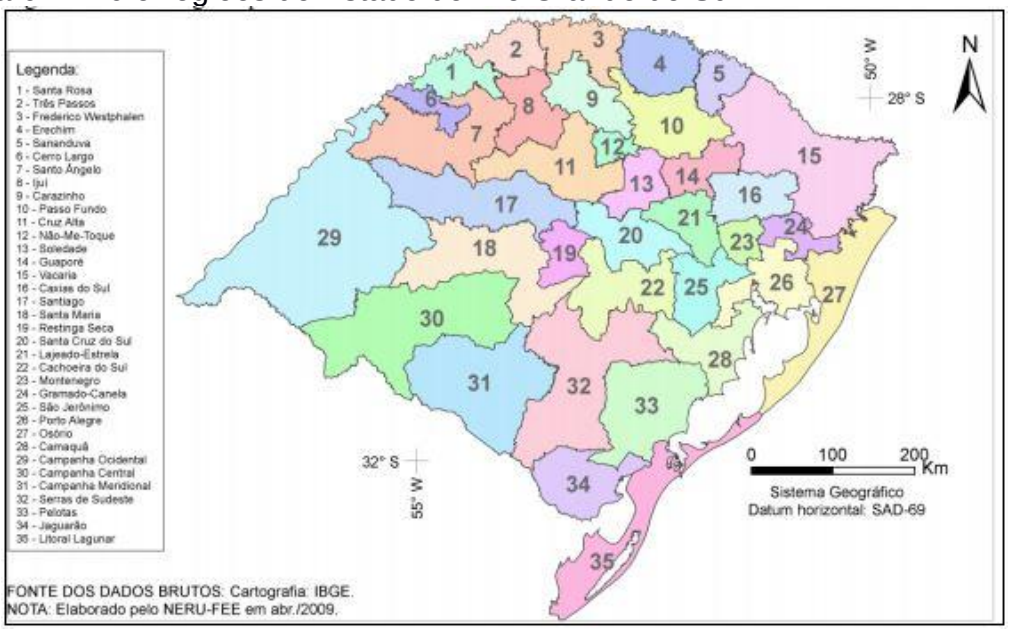
Para a atualização da PNDR, foram utilizados dados do IBGE, tendo assim mais clareza e confiabilidade nos resultados, como mostra Macedo e Porto (2018),

> A escolha das microrregiões do IBGE como escala espacial da análise apresenta uma menor variação entre os valores máximo e mínimo entre as variáveis analisadas e diminui os problemas da agregação macrorregional que esconde diferenças internas que são, comumente, muito grandes dentro das regiões brasileiras. Isto torna a análise mais viável, tanto pelo menor número de observações, em relação à escala municipal, como por

> permitir captar diferenciações que reflitam a diversidade e os desequilíbrios regionais, com maior precisão do que as escalas macrorregionais (MACEDO e PORTO, 2018, p. 9).

Já na figura 6, são apresentadas as Microrregiões do Estado do Rio Grande do Sul, estas, também tendo como fonte, dados do IBGE.

Figura 6 – Microrregiões do Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Bandeira et al., 2014.

No caso da Mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense do Estado do Rio Grande do Sul, onde localiza-se a Universidade Federal de Santa Maria, nota-se, na figura 6, que a Microrregião onde se encontra a cidade de Santa Maria é a de número 18. Já a cidade de Cachoeira do Sul (RS), sua Microrregião é a de número 22 e encontra-se na Mesorregião Centro Oriental Rio-grandense.

Em se falando de UFSM, pode-se falar também de universidade multicampi, que tem por objetivo, dentre outros, levar o desenvolvimento e prosperidade às localidades que estejam fora de grandes centros, o que o professor Mariano da Rocha chamava de Multiversidade. Esta, estando inserida na temática do planejamento urbano e regional, pois proporciona formação superior para a população e projetos para desenvolver homogeneamente a região e a comunidade de seu entorno.

Para Kalil (2019, p. 10), planejamento é definido como sendo “uma atividade contínua e permanente que se desenvolve de modo ordenado e racional, sistematizando um processo de tomada de decisão na solução de um problema”. E,

acrescentando, a autora sustenta que o planejamento deve “caminhar junto” com a implantação, pois ambos são importantes e, sem planejamento, não há o que implantar.

De maneira mais incisiva, a autora define planejamento urbano como sendo a atividade do Estado nas definições do território intraurbano e o planejamento regional somente alterando o objeto, passando para uma região (KALIL, 2019, p. 21 apud VILLAÇA, 1999). Santos (2006, p. 55) acrescenta que “o planejamento urbano surgiu como um instrumento de política para enfrentar as transformações sociais, políticas e econômicas derivadas da emergência da sociedade de base urbano-industrial”.

Profissionais de áreas distintas – engenheiros, arquitetos e urbanistas, sociólogos, geógrafos, antropólogos, historiadores, administradores, advogados – reúnem-se para analisar as condições de crescimento dos centros urbanos, sejam eles grandes ou pequenos, com o intuito de propor planos para as entidades públicas, federais, estaduais, municipais e da sociedade civil, “direcionando” o crescimento de tais locais com o objetivo de minimizar os impactos negativos na qualidade de vida da população, bem como no meio ambiente. Exemplos práticos de planos para desenvolver os centros seriam os “planos diretores” das cidades, que inclusive, é obrigatório para cidades com mais de 20.000 habitantes, conforme artigo 182 da Constituição Federal Brasileira (SENADO FEDERAL, 2019), levando em conta estudos e a participação da população. Interação essa, com significativa importância, pois irá auxiliar em decisões que futuramente impactarão suas vidas.

Há de se pautar também, a obrigatoriedade do planejamento e a busca contínua pelas melhorias nos municípios, tenham eles a dimensão que for (ou seja, independentemente de ter mais de 20.000 habitantes) uma vez que, em seu artigo 2º, o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana, traz que há a necessidade de:

> I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
> II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

> III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;
> IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;
> V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais (SENADO FEDERAL, 2008).

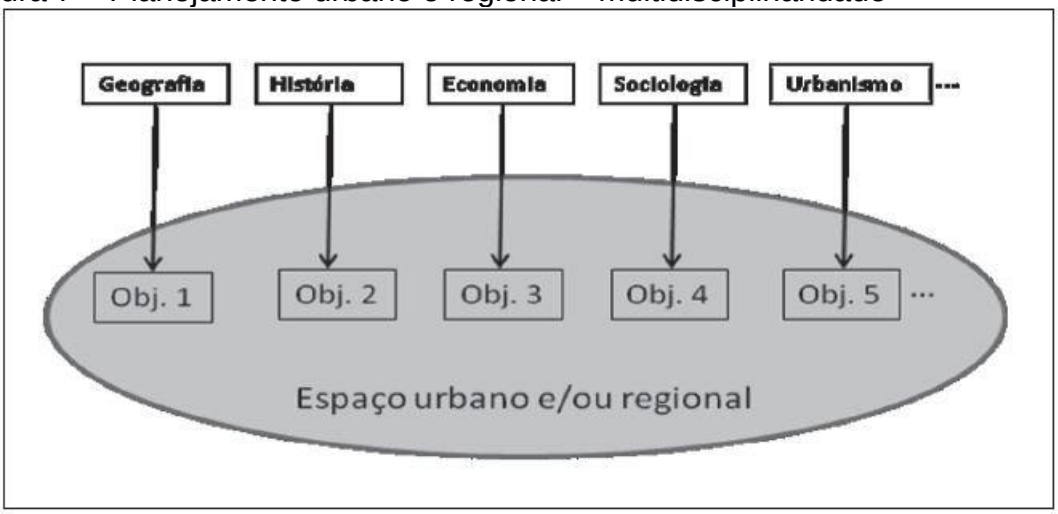
Também podemos citar a Lei Nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, denominada Estatuto da Metrópole, que em seu artigo 1º estabelece,

> Esta Lei, denominada Estatuto da Metrópole, estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros instrumentos de governança interfederativa, e critérios para o apoio da União a ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2015).

Tais planejamentos necessitam ter continuidade, uma vez que cidades e regiões estão em constante transformação. Os resultados devem ser acompanhados, revisados e reestruturados para situações e inovações não previstas no início do processo (KALIL, 2019, p.21).

Na figura 7, Norma Lacerda (2013), apresenta uma ilustração da multidisciplinaridade do planejamento urbano e regional.

Figura 7 – Planejamento urbano e regional – multidisciplinaridade



Fonte: Lacerda (2013)

Lacerda (2013) assevera, também, que o planejamento urbano e regional é constituído por duas etapas distintas. A primeira é definida pela pesquisa, análise, diagnóstico, prognóstico ou previsão, pré-plano e plano básico. Já a segunda é formada pela execução do plano, controle e fiscalização, avaliação, revisão e atualização.

Observa-se que, juntamente com os profissionais das diversas áreas que se unem para planejar os centros urbanos e regionais, a sociedade local também tem papel importante, participando ativamente na tomada de decisões para que possam ajudar a decidir o que é melhor para desenvolver sua cidade ou região. Um exemplo de sociedade civil organizada, que atua na tomada de tais decisões, são os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), que são fóruns regionais que visam debater, planejar e executar melhorias econômicas e de desenvolvimento em suas regiões.

2.1.3 Experiências regionais: Os COREDES e o CONDESUS

Seguindo a cultura associativa, porém em escala regional, surgiram os Conselhos Regionais de desenvolvimento (COREDES), os quais, normalmente sediados em Universidades, tem por objetivo o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul. Criados em outubro de 1994, pela Lei Estadual nº 10.283, se caracterizam por serem fóruns regionais que visam debater, planejar e executar melhorias econômicas e de desenvolvimento em suas regiões através de políticas e ações. Em número de 28, até o ano de 2015, segundo a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), os COREDES têm por objetivo:

> [...] a promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da integração dos recursos e das ações de governo na região, visando à melhoria da qualidade de vida da população, à distribuição equitativa da riqueza produzida, ao estímulo à permanência do homem em sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente. (FEE, 2020).

E, complementando, para o Atlas Econômico, os COREDES têm como principais finalidades:

> [...] a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; a melhoria da eficiência na aplicação dos recursos públicos e nas ações dos governos para a melhoria da qualidade de vida da população e a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo a permanência do homem na sua região e a preservação e recuperação do meio ambiente. (ATLAS ECONÔMICO, 2019).

Para Ferreira e Moreira (2007, p. 360),

> Os fóruns assumem papel de construção de relações institucionais para fins pré-estabelecidos a partir da interação de diferentes entidades com objetivos diversos, mas unidas pela identidade territorial constituída (FERREIRA e MOREIRA, 2007, p. 360).

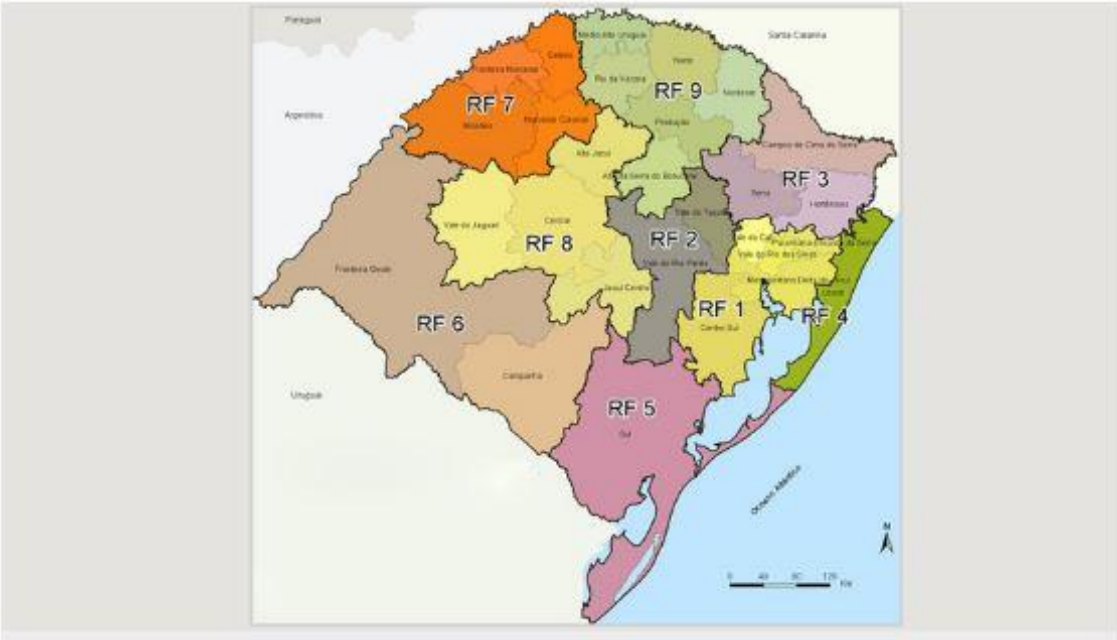
E, para acrescentar a importância dos fóruns, Bandeira (2004) afirma que os mesmos

> [...] desempenham papel central nos Programas de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões Diferenciadas. Devem ser entendidos, simultaneamente, como instâncias de representação, debate e deliberação e como organizações que promovem processos de concertação em escala regional, articulando os atores sociais, econômicos e políticos das regiões, para ações relacionadas com o desenvolvimento regional (BANDEIRA, 2004, p. 26).

Assim, os COREDES possuem significativa importância para o desenvolvimento das regiões, uma vez que, faz a seleção das demandas dos atores envolvidos e intermedia o contato com o Ministério da Integração Nacional (MI) (CARGNIN, 2014). Também promove debates, e consegue canalizar com melhor harmonia os investimentos em tais localidades. Havendo assim, boa semelhança com o objetivo desse trabalho, que visa estimular a participação da comunidade cachoeirense tanto em opiniões quanto em decisões que poderão influenciar seu cotidiano com relação à UFSM, porém, em escala local.

Na figura 8 e no quadro 1 pode-se notar as regiões de jurisdição dos COREDES.

Figura 8 – Mapa das regiões funcionais dos COREDES



Fonte: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica do RS, 2020

Quadro 1 – Legenda das regiões funcionais dos COREDES

Região Funcional	Coredes
RF1	METROPOLITANO DO DELTA DO JACUÍ, CENTRO SUL, VALE DO CAÍ, VALE DO RIO DOS SINOS e PARANHANA-ENCOSTA DA SERRA
RF2	VALE DO RIO PARDO e VALE DO TAQUARI
RF3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA, HORTÊNSIAS e SERRA
RF4	LITORAL NORTE
RF5	SUL
RF6	CAMPANHA e FRONTEIRA OESTE
RF7	FRONTEIRA NOROESTE, MISSÕES, NOROESTE COLONIAL e CELEIRO
RF8	ALTO JACUÍ, CENTRAL, JACUÍ-CENTRO e VALE DO JAGUARI
RF9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAI, MÉDIO ALTO URUGUAI, NORDESTE, NORTE, PRODUÇÃO e RIO DA VÁRZEA

Fonte: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica do RS, 2020

Na microrregião de Santa Maria (RS), há a união de alguns municípios que buscam horizontalizar suas relações e desenvolverem-se igualitariamente e conjuntamente. Essa parceria foi constituída sob a forma de um Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região da Quarta Colônia – CONDESUS Quarta Colônia, e é composta pelos 9 municípios membros e gerida por seus prefeitos. Tal grupo pode ser melhor denominado como um

> Instrumento que, processualmente, tem como objeto construir um olhar capaz de ver os seus integrantes, individualmente e no seu conjunto, como Quarta Colônia. Processo que compromete a cada Prefeito Conselheiro, não somente ocupar-se dos interesses locais como da região, com o desenvolvimento da Quarta Colônia. (CONDESUS Quarta Colônia, 2020).

Ao contrário dos COREDES, instituídos pelo Estado do RS, os Consórcios partem de iniciativas de baixo para cima, dos municípios, e no caso do CONDESUS, a UFSM tem uma relação exitosa, histórica, que vem desde a Operação Osvaldo Aranha (em convênio com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO e a Organização das Nações Unidas – ONU) para ganhos de produtividade no setor primário, até o recente Projeto Estratégico do Geoparque 4ª Colônia.

Logo, cada prefeito que representa seu Município no instrumento CONDESUS Quarta Colônia, tem o objetivo não somente de melhorar a vida da população da cidade na qual é chefe do Executivo, mas também busca o desenvolvimento da região onde seu município está inserido. Objetivo esse, compartilhado também pelas universidades, que através da educação, no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, buscam desenvolver as localidades que se encontram. Instituições estas, que são basicamente divididas em dois tipos de estruturas, Cidades Universitárias e *Campus*, assunto abordado no próximo tópico.

2.1.4 A universidade multicampi: Cidade Universitária x *Campus*

Nos anos de 1950, o ensino superior era um privilégio para estudantes de famílias abastadas ou para quem morasse em regiões metropolitanas, formando assim um “colonialismo educacional” (ROCHA FILHO, 2011). Nesses locais havia universidades, as cidades tinham características de desenvolvimento internacional, de primeiro mundo, e o interior, atrasado como um país pobre:

> Em 1950, elas já somavam 15, embora o número de matrículas houvesse aumentado muito pouco: de 21.235 estudantes, em 1940, para 37.548, em 1950. Foi a partir da década de 1950 que as universidades brasileiras tiveram expansão significativa, especialmente nos anos de 1960 e 1970 (ROCHA FILHO, 2011, n.p.).

Tais números começaram a ter aumento significativo com a interiorização do ensino superior, movimento chamado de Multiversidade, visando à melhoria das condições de vida da população e buscando o desenvolvimento do interior do Brasil. Tal ação foi iniciada pelo professor Mariano da Rocha, com a criação da Universidade de Santa Maria (USM); a qual, posteriormente, veio a se tornar a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM):

> Três características distinguiam a proposta da UFSM das demais concepções de universidades brasileiras então existentes. A primeira, era a preocupação com o acesso ao ensino superior por parte de todas as camadas sociais e, especialmente, da população do interior. A segunda era a compreensão do campus universitário como um espaço comunitário. A terceira era a sintonia da educação com o ambiente, fazendo uma aliança entre terra, o homem e a educação. (ROCHA FILHO, 2011, n.p.).

Cada instituição de ensino possuía uma área geo-educacional, termo criado pelo professor Mariano da Rocha, e se caracterizava pelo espaço de influência da instituição com seus trabalhos de extensão, bem como a região da qual os alunos que cursariam o ensino superior eram oriundos:

> Por área geo-educacional de uma Universidade nós entendemos uma área que, situa-se em torno de um centro universitário, enviando a esse Centro a sua juventude com a finalidade de ali estudar e preparar-se para enfrentar os problemas de desenvolvimento e se beneficiar com a ação dessa Universidade. (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993, p. 49).

Assim, zona geo-educacional refere-se à região geográfica, propriamente dita, a qual a instituição se localiza, e área geo-educacional, diz respeito ao seu espaço de influência, ao território que “fornece” os estudantes e recebe os benefícios por tê-la (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993, p. 47 e 49).

Na figura 9, pode-se notar a influência que a UFSM possuía na sua área geo-educacional, abrangendo grande parte do Estado do Rio Grande do Sul e não tendo

“área perdida” como as outras duas universidades mostradas na figura, que também se localizam no Estado do RS.

Figura 9 – Comparativo das áreas de influência geo-educacionais

Fonte: Rocha Filho, 2011.

Logo, a Universidade Federal de Santa Maria teve também a preocupação em não ter “perdas” com referência a sua área geo-educacional, abrangendo os municípios de incidência e, em consequência, os estudantes neles residentes.

Com a preocupação do professor Mariano da Rocha de que o ensino superior atingisse o maior número de pessoas e regiões possíveis, foi apresentado o Projeto Multiuniversidade ou Multicampi, que permitia a implementação de unidades de ensino fora da cidade sede da Universidade:

> Esses cursos funcionavam como extensões, e as comunidades locais entravam como mantenedoras, utilizando a mesma lógica que o JMRF utilizou na criação dos primeiros cursos e na relação estabelecida entre a Aspes e convênio com as mantenedoras. (DUARTE, 2014, p. 149).

A referida entidade, com significativa importância para a educação superior na cidade de Santa Maria (RS) bem como para a UFSM, como mostra a autora Constante (2018):

> Além de valer-se da mídia, José Mariano da Rocha Filho criou, em 14 de março de 1948, a Associação Santa-Mariense Pró-Ensino Superior (ASPES) (ESTATUTO ASPES, 1948). A entidade civil, com sede na cidade de Santa Maria, com autonomia financeira e administrativa, foi criada, segundo Mariano da Rocha Filho (1993, p. 19), a fim de "[... mobilizar a população e as forças vivas de Santa Maria na execução do objetivo maior – interiorizar o ensino superior através da criação de uma Universidade" (CONSTANTE, 2018, p. 144).

Como as extensões privadas eram subordinadas à UFSM, administrativa e pedagogicamente, aos poucos postularam a sua "independência", e acabaram se desligando, porém "guardaram muitas propostas de seu pensamento fundador" (DUARTE, 2014, apud BARICHELLO, 2001, p. 157). Além das instituições particulares que iniciaram com o apoio da UFSM; também surgiram, posteriormente, "as atuais Universidade Federal do Pampa e Universidade Federal de Roraima" (DUARTE, 2014, p. 151).

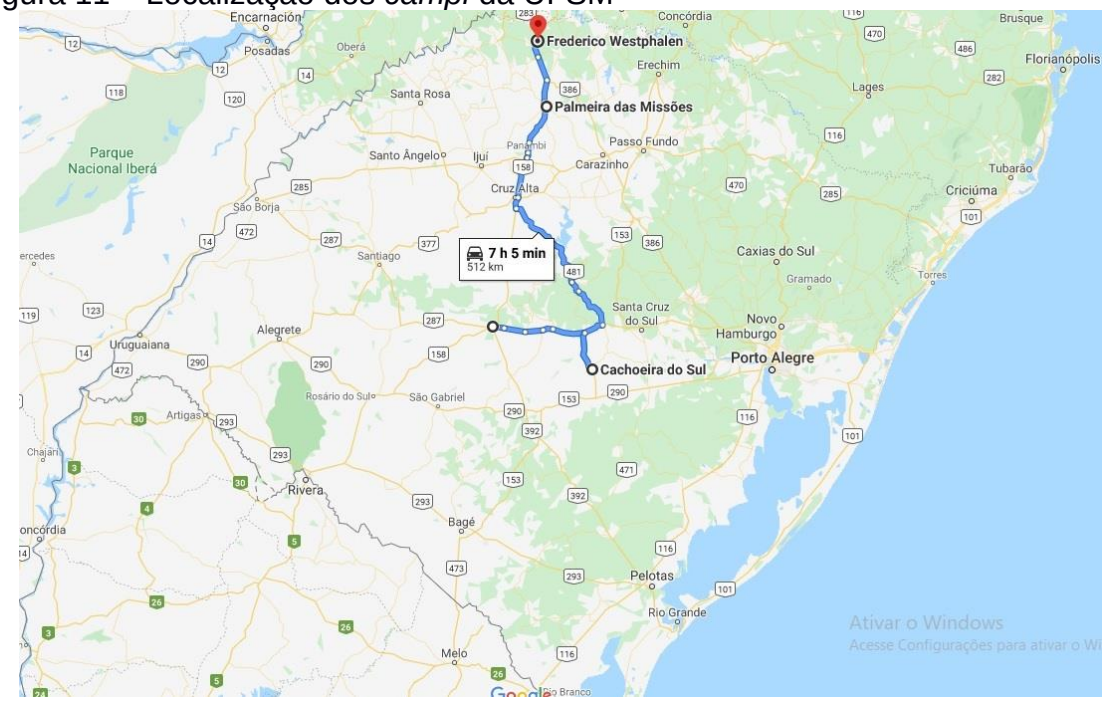
Então, seguindo as ideias pioneiras do professor Mariano da Rocha de expansão e interiorização do ensino superior, a UFSM ajudou na implementação da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), além de seguir sua própria expansão, tendo, assim, dois exemplos de universidades multicampi, ou seja, uma única instituição mantém no mínimo dois *campi* em áreas geográficas diferentes (ABREU JÚNIOR, 2017), levando o ensino superior federal e desenvolvimento até regiões ainda não agraciadas.

Nas figuras 10 e 11 podem ser visualizadas as cidades em que a UNIPAMPA e a UFSM possuem seus *campi* atualmente. A UNIPAMPA possuindo *campus* dentro de cidades, como é o caso de Alegrete (RS) e, também, nos arredores das cidades, como é o *campus* de Dom Pedrito (RS). Já a UFSM, fundou seus 3 *campi* fora de sede às margens das cidades que os receberam.

Figura 10 – Localização dos *campi* da UNIPAMPA

Fonte: UNIPAMPA, 2020.

Figura 11 – Localização dos *campi* da UFSM



Fonte: Google maps (2019).

Sendo as universidades equipamentos tipicamente urbanos, a instalação de *campi* em municípios do interior é decisão que demanda planejamento, especialmente do ponto de vista da infraestrutura física, como se verá a seguir.

Como já exposto anteriormente, as funções das universidades são, basicamente construir conhecimento e proporcionar formação profissional para as pessoas, assim como prosperidade para as áreas nas quais estão inseridas. Inicialmente, eram apenas edificações dentro das cidades, possuindo prédios em meio às construções particulares, como no modelo europeu de universidades, denominado *campus*.

Conforme afirma Zampieri (2011):

> Com o surgimento das primeiras Escolas Superiores e Universidades, dá-se início à construção de edificações específicas a esta finalidade. As primeiras universidades surgem como edificações dentro da malha urbana da cidade existente. É o que se vê nas Universidades mais antigas, como Bolonha, Paris, Coimbra, Cambridge, entre outras. Nestes casos, há uma série de edificações próximas, que formam conjunto, no entanto não se consolidam como um *campus* urbano, fechado e circundado em relação ao restante da cidade. (ZAMPIERI, 2011, p. 36).

Complementando sobre o início das universidades, Buffa e Pinto (2016) apontam que as instituições de ensino superior europeias possuíam caráter urbano, pois eram inseridas dentro das cidades:

> O território da universidade definia-se por seus edifícios e não por um sítio, isto é, uma área delimitada, fechada e apartada da cidade. As escolas integravam-se à malha urbana e constituíam elementos de seu crescimento. Em outras palavras, o conjunto de escolas e a cidade não eram divididos por limites físicos que os separassem; o limite da escola era o seu próprio edifício, e ao redor a cidade fluía e crescia livremente. (BUFFA e PINTO, 2016, p. 6).

Em contraponto ao modelo europeu de universidades, mesmo tendo sido levado para os Estados Unidos da América (EUA), pois era uma colônia inglesa, houve o surgimento de um modelo próprio norte-americano de *campus*, que passou a ser chamado de cidade universitária e que veio a ser difundido pelos países da América, um deles sendo o Brasil, e tendo mesmo como exemplo a Universidade Federal de Santa Maria, conforme Pereira (2017) traz sobre Rudolph Atcon e sua influência na educação superior brasileira.

> Na UFSM, exaltou o esforço administrativo para o desenvolvimento institucional, num ambiente “renovador e idealista”, marcado pela “cidade universitária” em construção e pela possibilidade de transformar, “com poucas modificações conceituais”, os institutos existentes no Centro de Estudos Gerais (PEREIRA, 2017, p. 112).

Nesse modelo americano, a cidade universitária, caracterizava-se por se localizar às margens das cidades, com edificações próprias, tendo seu território fechado, ofertando alojamentos, refeitórios, espaços verdes e de lazer para os estudantes, proporcionando assim uma imersão completa no “mundo acadêmico”.

> A tradição do campus universitário parece remontar à Universidade de Virgínia, cujo *campus* foi projetado por Thomas Jefferson, entre 1817 e 1825. Amplos gramados, pavilhões para aulas, residências para professores alternadas com dormitórios para estudantes e no centro a Biblioteca dominando a ‘academical village’. Independente desta concepção residencial da universidade, tipicamente anglo-saxônica. (ZAMPIERI, 2011, p. 37, apud CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO).

E, complementando as definições de cidades universitárias, Buffa e Pinto (2016) afirmam que os americanos:

> [...] reforçaram tal modelo com outra inovação: a localização dos *colleges* nos limites da cidade ou no campo, uma ruptura com a tradição europeia. A romântica noção de uma escola na natureza, separada das forças corruptoras da cidade, tornou-se um ideal americano. Nesse processo, o *college* transformou-se em uma espécie de cidade em miniatura, e o seu desenho constituiu um experimento de urbanismo. Outro traço específico que tipifica o planejamento do *college* americano é sua espacialidade e abertura para o mundo. [...] áreas que simulem, de alguma forma, com muito verde, um rio ou um lago, uma espacialidade rural. (BUFFA; PINTO, 2016, p. 7).

Portanto, o modelo americano de estrutura de instituições de ensino superior, as cidades universitárias, se contrapõe aos primeiros exemplos europeus, denominado *campus*. Porém, mesmo tendo nascido nos EUA; o modelo norte-americano se difundiu pelo mundo, como ensina Rossato (2005),

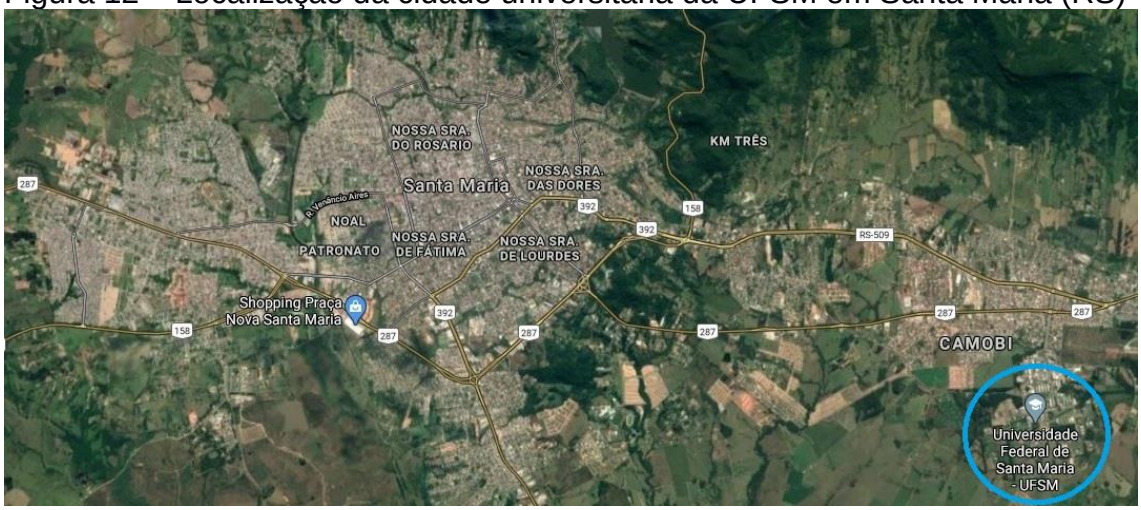
> Já no século XIX, mas sobretudo no XX, as universidades do Novo Mundo rivalizariam com as da Europa. A revitalização viria, em parte, da Europa, Alemanha especialmente, mas sobretudo de fora, onde o dito “modelo norte-americano” não só se constituía, mas se afirmava em nível mundial (ROSSATO, 2005, p. 60).

Trazendo o assunto para nossa realidade local, primeiramente, a UFSM foi instalada seguindo os moldes europeus, no centro da cidade e, após, construída como cidade universitária no bairro de Camobi em Santa Maria (RS), um “apêndice

da cidade” (SCHLEE, 2016, p. 3), fechada e fornecendo estrutura para suprir a demanda tanto acadêmica quanto social dos alunos que a frequentam.

A figura 12 mostra a localização da cidade universitária da UFSM em relação ao centro da cidade de Santa Maria (RS).

Figura 12 – Localização da cidade universitária da UFSM em Santa Maria (RS)



Fonte: Google Maps (2020).

Neste capítulo, demonstrou-se, com brevidade, a importância do planejamento do espaço físico, do território para sediar a educação, de entidades associativas e instituições como a ASPES, os COREDES e o CONDESUS Quarta Colônia. Foi exposta também, a relevância que a universidade multicampi tem para as comunidades na qual é inserida e também para suas áreas geo-educacionais de influência; de modo ampliado, são igualmente relevantes para o desenvolvimento do território de que fazem parte, devendo, assim, participar ativamente do planejamento urbano e regional das localidades.

2.2 O HOMEM

Neste capítulo, será analisado o elemento “o Homem” e sua relação com a “terra” e a “educação”, aspectos que são o fio condutor na obra do professor e fundador da UFSM, Dr. José Mariano da Rocha Filho. Ele acreditava que “o homem” pode ser o fator determinante para a modificação da realidade das comunidades:

> O fator homem tem, naturalmente, uma influência das mais notáveis no que respeita ao solo, por ter um atributo distinto de todos os demais seres da

> criação: a inteligência. Advém deste fato o seu particular efeito como "elemento de transformação" (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993, p. 79).

Considerando o exposto e que, em meados dos anos de 1950, época da criação da UFSM, o Brasil era um país fortemente rural e, no imaginário popular, só havia massa pensante nas capitais, o homem do interior era visto como inculto, rural e arcaico, por viver nos rincões do país. Logo, este capítulo temático pretende analisar a importância da interiorização do ensino superior, isto é, a "Multiversidade", utilizando os argumentos do professor Mariano da Rocha e sua equipe, o papel das associações da sociedade organizada, entre outros.

2.2.1 Interiorização

Nos anos da década de 1940, houve acontecimentos importantes para a educação brasileira, não sendo diferente no Rio Grande do Sul, onde o médico e professor José Mariano da Rocha Filho, que mais tarde veio a ser fundador bem como Reitor da Universidade Federal de Santa Maria, articulou a incorporação das faculdades existentes no interior do Estado à Universidade de Porto Alegre.

> No final da década de 1940, acelera-se o ritmo de desenvolvimento no país, provocado pela industrialização, pelo crescimento econômico e pelo processo de modernização do ensino superior através da adoção das políticas norte-americanas (ARRUSSUL, 2009, p. 54).

Já, em 1947, com o importante auxílio do então Deputado Federal Tarso Dutra, foi efetivada a anexação das Faculdades de Direito e Odontologia de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria à Universidade de Porto Alegre, que, por sua vez, passou a ser chamada de Universidade do Rio Grande do Sul.

Complementando, Cardoso (1962) expôs como era a divisão estrutural das unidades universitárias:

> 1. Faculdade: Unidade universitária responsável pela orientação do ensino, formando profissionais em diversas áreas do conhecimento.
> 2. Instituto: Organização que unifica em uma mesma unidade universitária disciplinas afins pertencentes a uma ou mais Faculdades, tendo por objetivo principal permitir melhores condições para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa.
> 3. Departamento: Unidade que reúne disciplinas afins dentro de uma mesma Faculdade, pertencendo exclusivamente a esta. O Departamento

> estará sob a chefia de um professor, com o intuito de programar o ensino para todos os cursos da Faculdade de maneira harmônica e racional.
> 4. Cátedras: É constituída de matéria privativa de uma determinada Faculdade sem afinidade com nenhuma outra disciplina desta ou de outras Faculdades. (CARDOSO, 1962, p.27)

Prosseguindo, no ano de 1954, a Faculdade de Farmácia de Santa Maria é federalizada e se anexa a ela a Faculdade de Medicina. Já no ano seguinte, em 1955, o Professor Mariano da Rocha é indicado para sua Reitoria:

> Em 14 de dezembro de 1960, por fim, contando com outros cursos – inclusive a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Escola Superior de Enfermagem - é elevada à Universidade, por lei sancionada pelo presidente Juscelino Kubistchek de Oliveira (SPONCHIADO, 2017, p. 9, apud ROSSATO, 1997, p. 291).

Idealizada e fundada pela liderança do professor Mariano da Rocha, a UFSM foi criada pela Lei Federal nº 3.834 – C, de 14 de dezembro de 1960, sendo a primeira universidade federal criada fora de uma capital e com o nome de Universidade de Santa Maria (USM). Contava inicialmente com três cursos superiores e o Instituto Eletrotécnico do Centro Politécnico. Federalizada em 20 de agosto de 1965, conforme a Lei federal nº 4.759, passou, então, a chamar-se Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Além de grande participação na conquista da criação da UFSM, o Deputado Federal Tarso Dutra contribuiu tanto para a instituição como para o ensino público federal brasileiro. Um episódio peculiar foi o auxílio e intermediação juntamente com o professor Mariano da Rocha para permutar dívidas de exportações brasileiras com países do Leste Europeu. A República Democrática Alemã (RDA) e a República Popular da Hungria (SILVEIRA, 2019) forneceram equipamentos tecnológicos que serviram para construir onze planetários espalhados pelo país, um deles abrigado na UFSM (SPONCHIADO, 2017).

Defensor de que a educação deveria contemplar toda a população, não somente as classes mais privilegiadas, o professor Mariano da Rocha acreditava que a interiorização do ensino superior era uma maneira de alcançar maior número de jovens. Para tal, idealizou e participou à frente da fundação da Universidade Federal de Santa Maria, a primeira universidade federal fundada fora dos grandes centros.

O professor Mariano da Rocha também era convicto de que o sistema das universidades brasileiras era defasado e oneroso, isto é, arcaico. O argumento resultou de viagens para os Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, locais em que se encontrou com comissões responsáveis por reformas universitárias, para estudar os sistemas de educação superior existentes em tais países (SPONCHIADO, 2017).

Para seu modelo de “Nova Universidade”, o professor Mariano da Rocha sustentava que a instituição deve formar o maior número de alunos possível, com menor custo e em menor tempo. Acreditava que o modelo departamental, que reunia professores de várias áreas em unidades de ensino denominadas Departamentos, não em cursos, era mais eficiente. Assim, aqueles seriam em número reduzido, porém, poderiam fornecer professores para dar aulas de suas especialidades em cursos diferentes e não necessariamente pertencerem àqueles cursos. Sustentava também a ideia de centralização dos serviços administrativos, necessitando de menos profissionais para executá-los, pois reuniria em um local somente a administração.

Em sua proposta de uma “Nova Universidade”, o professor Mariano da Rocha apresentava também a revisão completa dos currículos acadêmicos, para eliminar o que não fosse “essencial”, objetivando a formação prática do profissional para suprir em menor tempo possível as demandas de mercado. Também apregoava que os cursos deveriam ter matérias afins nos primeiros semestres, facilitando a troca de graduação, caso os alunos tivessem dúvidas se queriam prosseguir com a formação anteriormente escolhida. Essas ideias antecederam a Reforma Universitária de 1968, que acabou propondo medidas semelhantes para as demais instituições universitárias federais do país (SPONCHIADO, 2017, p. 11).

Em alguns aspectos, a “Nova Universidade” possuía semelhanças defendidas na Reforma Universitária de Córdoba em 1918, como a popularização do ensino superior, atingindo maiores parcelas da sociedade. Porém, em outros, se opunha, pois não era favorável à democratização dentro das universidades, deixando os alunos sem voz ativa junto à instituição. O professor Mariano da Rocha também acreditava que a universidade deveria dar um “norte” para a vida dos alunos, tendências trazidas do catolicismo, evitando que se desviassem do “caminho” que os levaria a ter uma vida próspera (SPONCHIADO, 2017).

Outro feito pioneiro do professor Mariano da Rocha, foi a participação no projeto do “*Campus* Avançado de Roraima”, visando desenvolver a região por meio

do fornecimento de educação superior. Em resumo, segundo Acervo Arquivístico da UFSM (2021), o Convênio entre o Governo Federal e a UFSM reunia certas filosofias, citadas abaixo:

> A do Governo Federal, de efetuar o desenvolvimento da Amazônia, a todo custo; a do Governo do território de Roraima com o mesmo propósito; a do GT Rondon, a de "integrar para não entregar"; a da UFSM, seguindo a sua diretriz de ser "Alavanca para o Progresso" (ACERVO ARQUIVÍSTICO DA UFSM, 2021).

A Multiversidade, como era denominada pelo professor Mariano da Rocha a ação de instalar centros universitários fora dos grandes centros urbanos, poderia levar a educação mais longe, atingindo maior número de pessoas e, consequentemente, o progresso para tais regiões, utilizando a vocação daquele local como referência para a escolha dos cursos da instituição. Ademais, com a Multiversidade, os jovens não precisariam deixar suas famílias para estudar, ou não precisariam ir tão longe. Outro motivo pelo qual o professor Mariano da Rocha acreditava na Multiversidade residia no fato de que os jovens não seriam “corrompidos” pela vida urbana agressiva nas grandes cidades:

> Este raciocínio está consonante com o pensamento das autoridades católicas e de parcela da elite intelectual, em que viam o mundo rural como sendo propício à formação dos jovens, pois distante dos grandes centros urbanos, antro de vícios e ideias libertinas, nocivas. (SPONCHIADO, 2017, p19).

Em consequência da Multiversidade, é conveniente destacar o conceito de áreas geo-educacionais, que, em síntese, seria a região no entorno da instituição de ensino, a qual forneceria os estudantes para a universidade e seria o foco dos trabalhos de pesquisa e extensão da instituição (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993, p. 49). Trabalhos estes que visariam o bem-estar da população em questão, assim como o desenvolvimento daquela região, finalidades que o professor Mariano da Rocha defendia como missão das instituições de ensino públicas.

Ainda sobre áreas geo-educacionais, Sponchiado (2017), em seu trabalho sobre a trajetória do professor Mariano da Rocha, afirma que:

> Para implementar essa nova noção, Mariano entende que o primeiro passo é definir e delimitar a zona geo-educacional, para melhor equacionar seus

> problemas, solucionar suas necessidades no que diz respeito ao seu desenvolvimento (SPONCHIADO, 2017, p. 14).

Como a “Nova Universidade” já era uma ideia concreta, ela não necessariamente precisava ter *campi* próprios para contemplar toda sua área geo-educacional. Então, surgiram convênios com instituições privadas, o chamado Projeto Multiuniversidade (DUARTE, 2014, p. 149) ou Multiversidade (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993, p. 41), os quais deveriam fornecer recursos e estrutura, e a UFSM faria o papel da administração bem como do sistema acadêmico:

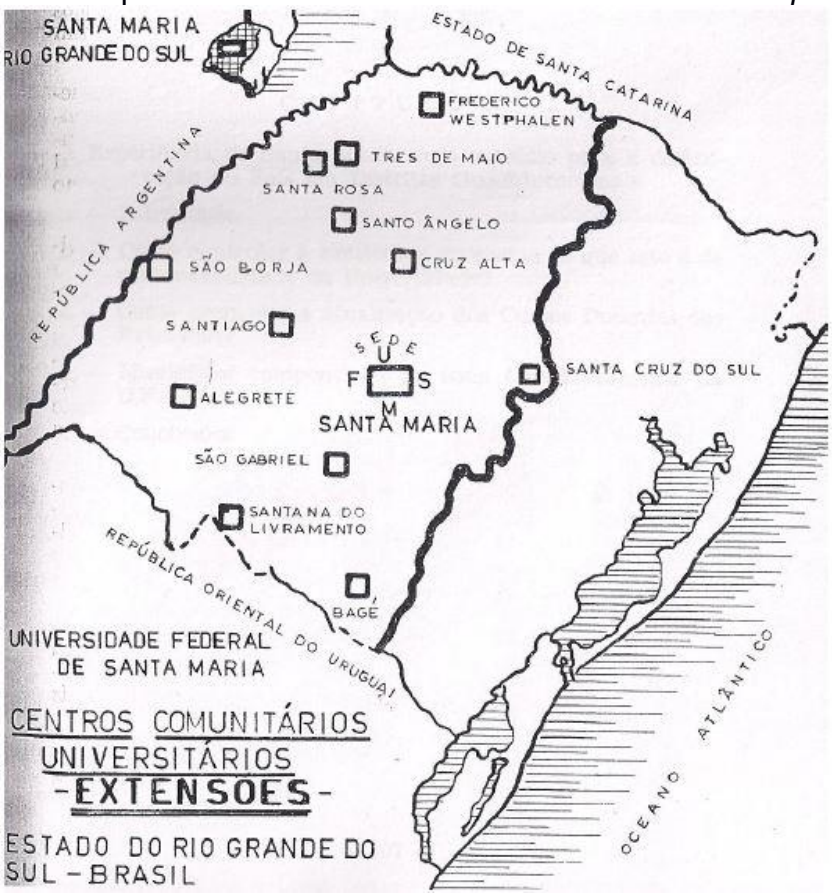
> A política proposta de implantar extensões não significava criar novos centros autônomos de ensino superior. Antes sim, estender a ação da UFSM a novas regiões, mantendo a centralização do controle pedagógico e a criação de cursos e livrando-se do ônus da manutenção financeira. (SPONCHIADO, 2017, p. 18).

Em pouco tempo, elas já não desejavam mais responder ao Governo Federal, logo, decidiram que o melhor seria a “independência”, podendo, assim, responder por sua administração e ter autonomia acadêmica.

Tais extensões, após suas “emancipações”, viraram universidades, com exceção da Sociedade Educacional Três de Maio – SETREM; que, mesmo assim, constitui em importante referência da educação superior na Região Noroeste do Rio Grande do Sul.

A figura 13 mostra as cidades no Rio Grande do Sul que tiveram *campus* da UFSM, em parceria com as instituições privadas

Figura 13 – Mapa das cidades do Rio Grande do Sul com *campi* da UFSM



Fonte: Rocha Filho, 1973, p. 105, apud Sponchiado, 2017.

Mesmo depois da interiorização do ensino superior federal já ser um projeto consolidado pelo Estado brasileiro, a UFSM, no exercício da diplomacia universitária que a caracterizou, desde a sua concepção, continuou a servir à interiorização da educação superior no país, auxiliou na implantação da UNIPAMPA, que teve sua criação em 2006, no Estado do Rio Grande do Sul:

> Com estrutura descentralizada e multicampi, a Universidade Federal do Pampa possui unidades nos *campus* Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana. Criada em 2008, a universidade tem origem a partir de um acordo de cooperação técnica firmado entre o MEC, a UFSM e a UFPEL por meio do programa Reuni (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) (EDUCA MAIS BRASIL, 2020).

Hoje, já sendo uma instituição soberana, a UNIPAMPA, com seus *campi*, ajuda na consolidação da proposta da Multiversidade, uma vez que os jovens não necessitam ir para longe de suas cidades para poderem estudar. Estes, são auxiliados também pelo Sistema de Seleção Unificado (SISU), que “é o sistema

informatizado do Ministério da Educação, no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM)" (SISU, 2020), por meio do qual os futuros universitários podem escolher as vagas de seu interesse nas instituições federais participantes.

Embora até certo ponto contraditória – a proposta do SISU, se por um lado, reduz as possibilidades de que os estudantes de cidades do entorno das universidades públicas que adotam tal sistema fiquem perto da família, já que por meio dele concorrem às vagas nestas instituições pessoas de todos os cantos do país, por outro, reforça a "interiorização" no momento em que propicia ampla mobilidade no território nacional, atraindo mesmo alunos de capitais e outras regiões, inclusive centrais, pois que, em tese, os cursos mais concorridos (como Medicina, Engenharia, Arquitetura, etc.) o são também nas cidades maiores.

Contudo, vale ressaltar que as Universidades públicas são livres para escolher o processo seletivo para ingresso dos candidatos, a exemplo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que

> adota o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) como forma de ingresso de novos alunos, para 30% das vagas da graduação – os outros 70% são preenchidos por meio de Concurso Vestibular próprio (UFRGS, 2021).

Em se falando de interiorização e UFSM, não se pode deixar de citar as três unidades que a instituição possui fora da cidade de Santa Maria (RS). No ano de 2007, foram criados os *campi* de Frederico Westphalen (RS) e Palmeira das Missões (RS), e em 2014, foi criada a unidade de Cachoeira do Sul (RS).

Neste subitem, pôde-se com brevidade expor um pouco da capacidade de que o homem possui de sonhar e alterar a vida das pessoas, por meio da educação e otimizando o potencial da terra. Contudo, ao identificar no homem o "elemento de transformação", o professor Mariano da Rocha por óbvio que pensava no "ser político", ou seja, o homem da cidade, o homem organizado em coletivos, associações, entidades, enfim, promotoras do progresso. É neste contexto que surge a Associação Santamariense Pró – Ensino Superior (ASPES), pois pessoas sozinhas possuem limitações para a execução de projetos, é necessário o engajamento da comunidade e de entidades. Forças vivas como ASPES, são exemplos de que a união pode ser uma força transformadora.

2.2.2 ASPES

Com início em 1948, e com seu primeiro presidente sendo o professor Mariano da Rocha, a Associação Santamariense Pró – Ensino Superior (ASPES) foi criada visando o fomento da expansão do ensino superior na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, cidade a qual abrigou a primeira universidade federal instalada fora dos grandes centros urbanos.

> Dentre os feitos da ASPES incluem-se a construção de uma olaria para obra do Centro Politécnico, de uma serralheria e uma marcenaria, importação de máquinas de gráfica da Alemanha, doação dos primeiros transportes internos e a criação de uma pedreira (Acervo da UFSM – Associação Santa-mariense Pró-Ensino Superior (ASPES, 2020).

Além do expressivo apoio na materialização da UFSM, a ASPES, que reunia lideranças da cidade de Santa Maria (RS), auxiliou também na criação das faculdades de Ciências Políticas e Econômicas e Filosofia, Ciências e Letras (ASSECOM/UFN, 2019).

Após a fundação da Universidade de Santa Maria, em 1962, a ASPES torna-se a Fundação Educacional e Cultural para o Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Educação e da Cultura (FUNDAE), passando a atender a população santa-mariense com cursos de desenvolvimento profissional bem como projetos culturais.

Podemos dizer também, que a ASPES auxiliou na internacionalização do ensino superior, uma vez que participou da criação da UFSM e, esta por sua vez ajudou na fundação da UNIPAMPA, exemplos de instituições localizadas em regiões de fronteira. Alunos advindos de países vizinhos, como Argentina e Uruguai, aproveitam a proximidade para estudar em instituições brasileiras, logo auxiliando também na qualificação e prosperidade de localidades estrangeiras adjacentes.

2.2.3 Internacionalização

Destacando-se alunos de países vizinhos, pode-se falar também da Associação de Universidades Grupo Montevidéu (AUGM), que por meio de convênios entre as instituições membros de cada país, estudantes brasileiros e estrangeiros matriculam-se em matérias por alguns semestres para “troca” de experiências nas universidades participantes.

> A AUGM (Associação de Universidades Grupo Montevidéu) oferece a oportunidade de realização de mobilidade acadêmica internacional em diversas áreas do saber, a fim de ampliar o conhecimento dos participantes e proporcionar a eles a vivência com outras culturas. Participam do programa instituições de ensino da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.
>
> O programa AUGM tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento de uma experiência internacional, para o fortalecimento institucional, além de enriquecer a formação dos participantes por meio do estabelecimento de alianças estratégicas e do desenvolvimento de atividades de intercâmbio entre as universidades participantes (SECRETARIA DE APOIO INTERNACIONAL da UFSM, 2020).

Historicamente, pode-se considerar que a internacionalização da UFSM teve início em 1953, com as visitas do professor Mariano da Rocha a instituições de ensino superior de países de “primeiro mundo”, como Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, com vistas a reunir material para a concretização da sua proposta de “Nova Universidade” (SPONCHIADO, 2017, p. 9 e 11). No ano de 1958, o professor Mariano da Rocha consegue reforçar sua equipe de professores para as Faculdades de Farmácia e Medicina, contratando os Drs. Robert Joachimovitz, professor de Farmacologia, e Richard Wasichy, professor de Bioquímica e possuidor do título de “Sábio de Viena”, pois já havia sido Reitor da Universidade de Viena (Áustria) (ISAIA, 2006, p. 237).

Pode-se citar também, o projeto conhecido como “Operação Osvaldo Aranha”, que foi uma solicitação de ajuda para a Organização das Nações Unidas – ONU, visando o desenvolvimento do setor primário do Rio Grande do Sul (ISAIA, 2006, p. 332). Outro fato relevante, neste aspecto, foi a relação da instituição com a Organização dos Estados Americanos – OEA, a partir do que, por meio de convênio, em 1968, a UFSM implntou a Faculdade Interamericana de Educação, que proporcionaria aperfeiçoamento para profissionais da educação dos países participantes.

> No curso, que tinha a duração de dez meses, eram oferecidas 30 bolsas a cada ano. As 30 vagas ofertadas formavam 15 brasileiros e 15 estrangeiros. Os que concluíam os créditos recebiam o título de especialistas e os que concluíam a dissertação recebiam também o título de mestre. As aulas aconteciam no prédio do Centro de Ciências Naturais e Exatas (CCNE) da Universidade e, segundo o professor Clóvis, o prédio foi equipado para receber os alunos.
>
> Segundo relatório anual da direção da Faculdade Interamericana, em 1970 a turma foi composta por 24 estudantes que vinham das mais diferentes nações do continente: Colômbia, Guatemala, Uruguai, Paraguai, Panamá,

> República Dominicana, Bolívia, Honduras, Peru, Chile e Brasil. Os recursos que mantinham o curso funcionando provinham da OEA, da CAPES e do Ministério da Educação e da Cultura brasileiro (UFSM, 2011).

Tal projeto de nível internacional, vigorou do ano de 1970 até 1977 e, auxiliou os estudantes da pós-graduação a promover mudanças nas realidades em que estavam inseridos (UFSM, 2011).

Também marcou a trajetória de internacionalização da UFSM, IV Reunião do Grupo Universitário Latino-Americano de Estudos para a Reforma e Aperfeiçoamento da Educação – GULERPE, que foi sediada na UFSM, no ano de 1971. Para o evento, estavam presentes autoridades da área da Educação Superior de diversos países da América. O encontro consagrou ainda mais a UFSM, a Multiversidade e a área geo-educacional no cenário nacional e internacional (ISAIA, 2006, p 360 e 364).

A UFSM também se destacou em auxiliar a ONU, apoiando pessoas em estado de vulnerabilidade de países que passam por dificuldades, como conflitos, questões de intolerância, fluxos migratórios, dentre outros. Em evento sediado na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, no ano de 2018, o Reitor da UFSM, Paulo Afonso Burmann apresentou as ações desenvolvidas pela instituição.

> Em sua fala, o reitor enfatizou as ações realizadas pela universidade, como o Programa de Acesso à Educação Técnica e Superior para Refugiados e Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade e a Cátedra Sérgio Vieira de Mello – do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) juntamente com o Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional (MIGRAIDH) da UFSM. Burmann destacou a importância das universidades se engajarem nessas questões, assinalando que a participação da UFSM na proteção a refugiados e migrantes agrega um caráter internacional ao histórico regional de inclusão social já desenvolvido pela instituição (UFSM, 2018).

Se ao nível local figuras como o professor Mariano da Rocha exerceram liderança com vistas à promoção da educação superior, interiorizando-a, em nível nacional uma figura internacional se destacou e teve estreitas relações com a UFSM, posto que foi contratado para atuar na instituição, durante todo o ano de 1970: trata-se de Rudolph Atcon, que parecia compartilhar do espírito associativo do reitor fundador, já que após lançar as bases da Reforma Universitária de 1968, propôs a criação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB).

2.2.4 Relatório Atcon

Após o golpe civil-militar de 1964, havia a ideia de que o Brasil deveria ser a potência econômica da América Latina e, para isso, deveria ter crescimento consistente. Nesse sentido, de junho a setembro de 1965, Rudolph Atcon, financiado pela *Agency International Development* (AID), proveniente dos EUA, visitou diversas universidades brasileiras para elaborar um relatório com recomendações de mudanças com o intuito de ajudar no desenvolvimento do país, antecedendo o acordo de cooperação [2](MEC – USAID).

> O Plano Atcon, como ficou conhecido, resulta do estudo realizado pelo consultor americano Rudolph Atcon. São suas propostas, a defesa dos princípios de autonomia e autoridade, a dimensão técnica e administrativa do processo de reestruturação do ensino superior, a ênfase nos princípios de eficiência e produtividade, a necessidade de reformulação do regime de trabalho docente e a criação de centro de estudos básicos (ARRUSSUL, 2009, p. 57).

Atcon sustentava a ideia de que o país só teria uma economia forte tendo educação superior de qualidade. Para tal, era necessário que as universidades trabalhassem com afinco sobre os três pilares do ensino superior, ensino, pesquisa e extensão (SOUZA, 2015, p. 45).

Segundo seu relatório, Atcon dizia que os cursos de graduação das universidades deveriam ser enxutos para que tivessem curta duração e assim formar jovens trabalhadores para o mercado de trabalho, podendo diminuir custos do Governo bem como ajudar na expansão do Brasil trabalhando e consumindo, ideias típicas do desenvolvimentismo capitalista.

Com relação à UFSM, Rudolph Atcon só possuía elogios, sendo a ideia pioneira de interiorizar o ensino superior muito acertada, pois era um caso socioeconômico. Seu planejamento e suas instalações, eram dignos de elogios, somente havia ressalvas quanto ao local das áreas habitacionais construídas para os estudantes, que deveriam ser em local perto, mas não entre os prédios do conjunto universitário (ATCON, 1966).

---

[2] Durante e após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil e os EUA se aproximaram, fazendo convênios de cooperação, os chamados acordos MEC – USAID, composto pelo Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for Internacional Development* (USAID). Tais convênios, eram integrados por três linhas de atuação, versavam sobre assistência técnica, assistência financeira e assistência militar (FAVERO, 2006, p. 30).

Segundo Boschetti (2007, p. 225), em linhas gerais, as recomendações do Relatório Atcon seriam as seguintes:

> - flexibilização e diversificação docente, com critérios de máxima integração e economia; - novas atividades acadêmicas e científicas; - melhora da qualidade e ampliação da quantidade; - criação de cursos básicos de estudos fundamentais; - criação do Departamento e extinção da cátedra; - ampliação/diversificação dos cursos profissionais; - criação de unidades de ensino básico; - formação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) para controle interno das universidades e independente do Poder Executivo; - estruturação funcional formada pelo Conselho Universitário (formado pela elite do mundo acadêmico-científico, mas descomprometido com a carreira); pelo Conselho de Curadores, com responsabilidade financeira (formado por membros ativos da elite empresarial); pelo Administrador com livre trânsito (o tecnocrata) (BOSCHETTI, 2007, p. 225).

Por seu turno, Rudolf Atcon desenvolveu e publicou diversos estudos sobre a temática, Souza (2015) traz suas publicações feitas no Brasil: Rumo à Reformulação estrutural da Universidade Brasileira (1966); Proposta para a reestruturação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1966); Princípios da Reforma Integral da Universidade no Brasil (1968); Proposta para a Reestruturação da Universidade Federal do Espírito Santo (1966); Manual sobre o Planejamento Integral do Campus Universitário (1970); Uma Teoria Unificada sobre Estruturação e Administração Universitária (1973); Administração Integral Universitária: uma teoria unificada da estruturação e administração universitárias (1974); A síndrome da densidade (1984); Thema cosmo-logico-sophicon (1988) (SOUZA, 2015, p. 25).

Segundo abordagem de Souza (2015),

> Rudolph Atcon foi um ator importante para a Reforma Universitária no país, e pode-se dizer que suas publicações e suas consultorias tiveram forte impacto na estruturação administrativa, pedagógica e física de diversas universidades no Brasil, tanto por sua imersão profissional, quanto por suas publicações (SOUZA, 2015, p. 21).

Rudolph Atcon, nascido na Grécia e naturalizado americano, possuía certa ligação com os Governos dos EUA e Brasil, porém alegou ter se afastado de influências políticas e trabalhado unicamente para o desenvolvimento do ensino (SOUZA, 2015, p. 107). Mesmo assim, não obteve reconhecimento por parte dos estudantes e até de Anísio Teixeira em certos assuntos, por mais que em diversos momentos trabalharam lado a lado (SOUZA, 2015, p. 54). Contudo, sendo a Universidade uma instituição quase Universal, talvez aí se encontrasse a justificativa

para a contratação de um estrangeiro para tal trabalho, mas por outro lado, já se viu – e vai se ver a seguir - que a estrutura e funcionamento destas instituições diferem bastante, na Europa, EUA e América Latina. Com isso, as publicações de Atcon, através de seu relatório para o Governo brasileiro, suas publicações sobre suas pesquisas e, tendo estreitos contatos com pessoas da área, acreditou-se que ele teve significativa influência na educação superior brasileira, tornando-se uma figura de destaque em tal meio. Assunto esse que será abordado no próximo capítulo temático.

2.3 EDUCAÇÃO

Educação, é o terceiro tópico da trilogia temática em que se estrutura a obra do professor Mariano da Rocha, *A terra, o homem e a educação: universidade para o desenvolvimento*. Aqui, serão resgatados alguns acontecimentos que fazem parte da história da educação na América Latina e no Brasil, como a Reforma de Córdoba de 1918 e a Reforma Universitária de 1968

Também, será abordada a categoria políticas públicas, que se caracterizam por serem procedimentos adotados pelos Estados, em diversas áreas, com vista à redução das desigualdades. Na educação, um exemplo de política pública, é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), objetivando combater as desigualdades, proporcionando formação superior e consequentemente melhores oportunidades para os cidadãos e, a Emenda Constitucional – EC nº 95, que impactou significativamente nos recursos destinados à educação.

2.3.1 Reforma de Córdoba de 1918

Como o continente americano foi colonizado por potências europeias, mais fortemente pela Inglaterra, Portugal e Espanha, os países oriundos dos processos de independência herdaram características provenientes de suas metrópoles, algumas delas em suas instituições de ensino. Características estas que consistiam basicamente em ensinamentos de teologia, filosofia e normas jurídicas, desprezando conhecimentos de matemática, idiomas, física e música (NETO, 2004, p. 64).

No início, ainda no período colonial, ao contrário dos espanhóis, que criaram várias instituições de ensino, na América, os portugueses centralizavam no continente europeu a educação superior, sendo permitidas somente algumas poucas escolas jesuítas (NETO, 2004, p.62), talvez em uma estratégia de evitar o surgimento de elites locais e cidadãos “pensantes” com ideias revolucionárias.

Os ingressantes das instituições de ensino superior eram em sua maioria integrantes de famílias influentes e com alto poder aquisitivo, deixando o restante da sociedade com poucas oportunidades de acessar as universidades, formando assim, uma elite intelectual que acabava se perpetuando no comando das instituições e dos países. Outra característica que fazia parte da elite universitária era a “cátedra vitalícia” (NETO, 2004, p. 64), ou seja, os docentes tinham cargos praticamente eternos nas instituições, as quais determinavam um rígido exercício da autoridade universitária e a falta de participação na gestão por parte dos discentes.

Uma dessas universidades, de Córdoba, na Argentina, fundada no ano de 1621 (REVISTA ENSINO SUPERIOR, 2011), possuía todas as características de uma instituição de ensino elitista. Porém, foi na qual se deu o impulso inicial para uma reforma que acabou atingindo grande parte das instituições de ensino superior na América Latina. Em 1918, descontentes com a situação em que se encontravam, alunos deram início a uma greve geral, angariando apoio até mesmo do Presidente argentino. Reivindicavam melhores condições de ensino, sintetizadas nas propostas de uma educação laica e democrática.

Como as reivindicações não tiveram os efeitos esperados de imediato, continuaram com a greve geral e deram início a protestos na capital, Buenos Aires; obtendo, também, apoio da população que acolhia suas ideias. Em 21 de junho de 1918, o movimento estudantil aprovou o “Manifesto Liminar”, importante documento de princípios para os estudantes e as universidades.

Apoiados pelo governo, pela população, por parte da comunidade acadêmica e apelando para todos os estudantes da América do Sul, discentes argentinos tiveram êxito em suas solicitações que, segundo Neto (2004, p. 67), eram, sinteticamente, as seguintes:

> - coparticipação dos estudantes na estrutura administrativa; - participação livre nas aulas; - periodicidade definida e professorado livre das cátedras; - caráter público das sessões e instâncias administrativas; - extensão da

> Universidade para além dos seus limites e difusão da cultura universitária; - assistência social aos estudantes; - autonomia universitária; - universidade aberta ao povo (NETO, 2004, p. 67).

Como as demandas estudantis não eram infundadas, e os sistemas universitários eram semelhantes em outros países da América Latina, tais mudanças a eles se estenderam, estabelecendo, assim, bases mais democráticas para o funcionamento das universidades.

Já no Brasil, mais adiante, no ano de 1920, é fundada a primeira instituição de ensino superior pública federal, a Universidade do Rio de Janeiro (AGÊNCIA BRASIL, 2020), que posteriormente, em 1937, passa a se chamar Universidade do Brasil e em 1967 é denominada de Universidade Federal do Rio de Janeiro (QUEIROZ e OLIVEIRA, 2009, p. 113 e 154). No ano de 1931, no Governo Getúlio Vargas, o Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, aprova o Estatuto das Universidades Brasileiras (SOUZA, et al, 2019), prevendo que:

> a universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, isto é, particular; deveria, também, incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. Essas faculdades seriam ligadas, por meio de uma reitoria, por vínculos administrativos, mantendo, no entanto, a sua autonomia jurídica (OLIVEN, et al, 2002, p. 27)

No Governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, no ano de 1949, houve a federalização da Universidade de Minas Gerais, porém, passa a usar a denominação de Universidade Federal de Minas Gerais somente no ano de 1965 (UFMG, 2021), e no ano de 1950, federalizou mais 3 universidades, sendo elas, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal do Paraná (MEC, 2020) que, anteriormente, chamavam-se Universidade do Rio Grande do Sul, Universidade da Bahia e Universidade do Paraná respectivamente.

O próximo período com expressivo destaque foi o do Presidente Juscelino Kubitschek, com a criação de três universidades, uma delas sendo a UFSM, federalizando 5 instituições, todas no ano de 1960, e duas federalizadas em 1961. Já no ano de 1962, no Governo João Goulart, foi criada a Fundação Universidade de Brasília e federalizada a Universidade Federal do Amazonas (MEC, 2020). Governo esse que fecha o ciclo de eventos na educação superior federal brasileira que

antecedeu a Ditadura Militar, até esse acontecimento, o país já contava com 11 instituições federais de ensino superior.

Com o golpe militar de 1964, o Brasil passa a ser governado por uma ditadura, e no ano de 1965, a criação de universidades é retomada, sendo federalizada a Universidade de Recife, que passa a se chamar Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade de Santa Maria, passando então a ter a denominação como é conhecida hoje, Universidade Federal de Santa Maria. E, até o ano de 1968, no Governo do Presidente Costa e Silva, são transformadas em universidades federais a Universidade Federal do Maranhão e a Universidade Federal de São Carlos e, são federalizadas, a Universidade Federal do Sergipe e a Universidade Federal do Piauí.

Mesmo com praticamente cinquenta anos de história do ensino superior público federal, as instituições brasileiras em muito pouco se inspiraram no modelo adotado a partir da Reforma de Córdoba, prova disto que as reivindicações daquele movimento foram praticamente as mesmas que iriam ser renovadas na Reforma Universitária de 1968. As universidades eram locais de muitos cerimoniais e status, porém não se perseguia a sua essência, que deveria ser a prosperidade da sociedade por meio do ensino (RIBEIRO, 1986).

As demandas da Reforma Universitária de 1968 buscavam dentre outros assuntos, maior participação das categorias na gestão das instituições, o que se afigura pertinente, uma vez que com gestão participativa, há maior chance de se equacionar as necessidades, não somente de quem vivencia a vida acadêmica, sendo docentes, discentes ou funcionários administrativos, mas também da população externa em cujo meio a universidade está inserida.

2.3.2 Reforma Universitária de 1968

O século XX foi marcado por diversos acontecimentos pelo mundo, por exemplo, a II Grande Guerra, que impactou países de praticamente todos os continentes do globo. A Guerra Fria também teve importância mundial, pois foi marcada por tensões geopolíticas entre países socialistas, apoiadores da União Soviética, e países capitalistas, aliados dos Estados Unidos da América.

Na Europa, acontecimentos importantes também tiveram destaque, um deles, sendo o [3]Movimento de maio de 1968 na França, que acabou se espalhando pelo mundo. No Brasil, no mesmo ano, devido ao descontentamento por parte da comunidade acadêmica, ocorreu a Reforma Universitária, a qual trouxe alterações no sistema educacional superior brasileiro. Tal feito, ocorreu em pleno período de Ditadura e no mesmo ano de edição do Ato Institucional nº 5 [4](AI - 5).

Como os militares instauraram a Ditadura Civil-Militar[5] no Brasil em 1964, o Governo monitorava intensamente alunos e professores contrários ao regime, pois as universidades eram consideradas locais que poderiam influenciar ações revolucionárias/comunistas (SOUZA, 2015). Logo, devido ao descontentamento dos docentes com tais rigores, foi um período marcado por muitas aposentadorias compulsórias. Paralelamente, houve muitas mobilizações por parte dos estudantes sobre a incapacidade do ensino público de suprir as demandas dos alunos aprovados nos vestibulares, o que levou a geração de um “excedente” de alunos.

Com as tensões em evidência, o Governo Federal encomendou estudos para avaliar a situação do ensino e propor mudanças:

> A partir dessa perspectiva, recomendava-se a eliminação da cátedra vitalícia, a criação dos departamentos, a introdução do ciclo básico no primeiro ano de formação universitária como um mecanismo para contornar as pressões dos “excedentes”. Sugeria-se também modificações no exame vestibular, que deveria tornar-se “classificatório”, visando à incorporação de um maior número de estudantes [...] também houve uma clara menção à participação do ensino privado no processo de expansão. (MARTINS, 2009, p. 20).

Assim, após os estudos, as mudanças – especialmente do ponto de vista orçamentário – não foram benéficas somente para o setor público, afinal, as instituições de ensino superior privadas também se valeram dos esforços do

---

[3] Foi uma grande onda de protestos que teve início com manifestações estudantis para pedir reformas no setor educacional. O movimento cresceu tanto que evoluiu para uma greve de trabalhadores que balançou o governo do então presidente da França, Charles De Gaulle (SUPER INTERESSANTE, 2020).

[4] O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados (FGV, 2020).

[5] A agitação política provocada pelas reformas de base, a ebulição dos movimentos populares de esquerda, a mobilização da direita católica, a conspiração nos quartéis e as revoltas dos marinheiros e sargentos do Exército acabaram por provocar mais uma intervenção militar que se deu com o golpe de 1º de abril de 1964 (COSTA, 2008, p. 850).

governo para aumentar o número de matrículas e se expandiram. Tais instituições, mais interiorizadas, aumentavam suas estruturas com o auxílio do Governo Federal no intuito de suprir as demandas crescentes da “clientela de consumidores educacionais” (Altbach, 2005; Marginson, 2007, apud Martins, 2009, p. 17).

A partir de meados dos anos 1940, o Brasil e os EUA se aproximaram, fazendo convênios de cooperação em várias áreas, os quais ficaram conhecidos como acordos MEC – USAID, envolvendo o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for Internacional Development* (USAID)[6].

Tal avizinhação tinha a justificativa de que nas universidades eram formados tanto trabalhadores para a produção brasileira quanto pessoas que poderiam vir a comandar a nação. Logo, o Governo americano por meio da USAID pretendia estreitar relações para fomentar o sistema social brasileiro (SOUZA, 2015, p. 37-38).

Os acordos MEC - USAID tinham também o intuito de implantar medidas para que a educação no Brasil tivesse melhor desempenho, visavam o dinamismo educacional, com metas, resultados e produtividade; fomentando assim, o ensino técnico, mais que o superior. Os acordos previam a formação de duas equipes, uma de cada país com objetivos delineados:

> [...] objetivou uma reforma em todos os níveis de ensino brasileiros, adotando-se para tanto, o modelo norte americano, especialmente no ensino superior. Pelo papel estratégico deste nível, a reforma visava uma formação técnica mais ajustada ao plano desenvolvimentista e econômico brasileiro, em consonância com a política norte-americana para o país (FRANZON, 2015, p. 40621).

Os acordos de cooperação eram válidos tanto para o ensino básico quanto para o ensino superior, este com especial destaque. Visava, também, a expansão do ensino superior brasileiro e seu aperfeiçoamento, para que pudesse atender à crescente demanda das necessidades do setor.

Como há pluralidade de análises, a iniciativa teve críticos e céticos de que os acordos e as medidas sugeridas não surtiriam efeito sobre as instituições brasileiras, pois elas tomavam como modelos as instituições de ensino superior norte americanas. Sustentavam, também, que tais medidas serviriam para privatizar o ensino superior atendendo interesses do capitalismo, o qual visava a produção e a formação técnica em detrimento da gratuidade dos serviços com ênfase no social.

---

6 Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (tradução nossa)

Mesmo com críticas e percalços, o relatório da equipe que era subordinada ao MEC foi publicado e teve participação importante na Reforma Universitária de 1968. A reforma visava melhorar a eficiência e a produtividade das universidades e teve como medidas mais expressivas, “o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação” (FÁVERO, 2006, p. 34).

No ano seguinte, 1969, ainda no Governo Costa e Silva, é criada a Universidade Federal de Uberlândia e mais 4 instituições são federalizadas, duas delas sendo as gaúchas Universidade Federal de Rio Grande e a Universidade Federal de Pelotas, passaram de instituições federais, com cursos isolados, para universidades federais, unindo diversos cursos em uma instituição (MEC, 2020).

Do Governo do Presidente Emílio Médici, iniciado em 1970, até o ano de 1994, no Governo do Presidente Itamar Franco, foram criadas mais 4 universidades federais, com destaque para a Universidade Federal de Roraima[7], em 1985, que teve o especial apoio da Universidade Federal de Santa Maria. Também foram transformados de institutos federais para universidades federais 4 instituições e 1 federalização, sendo ela, a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

No ano de 1985, houve também um acontecimento importante para a história do Brasil, o fim do período da Ditadura Civil-Militar, totalizando assim 16 instituições de ensino superior público federais, criadas no período em que o país era comandado por militares.

Já em 1995, inicia-se o período do Presidente Fernando Henrique Cardoso, composto por dois mandatos, liderando o Brasil até o ano de 2002. Esses anos são marcados pela criação de 2 universidades federais, e a transformação de 4 institutos federais em instituições de ensino superior federais. Tal período, é lembrado também por uma profunda reforma administrativa. Liderada pelo seu Ministro da Economia Luis Carlos Bresser Pereira, o Governo buscava implantar técnicas da administração privada com o intuito de melhorar a *performance* do Estado (ANDION, 2012), a chamada “administração gerencial[8]” (COSTA, 2008, p. 863).

---

[7] A Universidade Federal de Roraima, criada no ano de 1985, teve como embrião, o *campus* Avançado de Roraima, que contou com importante apoio da Universidade federal de Santa Maria. “O *Campus* Avançado foi instalado em 1º de agosto de 1969” (ISAIA, 2006, p. 334)

[8] Tal maneira de gerenciamento é “orientada predominantemente pelos valores da eficiência e da qualidade na prestação de serviços públicos e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações”. Sem deixar de levar em conta estilos de administração pública utilizados anteriormente, porém, flexibilizando-os, leva em conta “a admissão segundo rígidos critérios de

Após o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2003 inicia-se o período de Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, composto também por dois mandatos, que se estendeu até o ano de 2010. De 2010 até 2016, foi o período de Governo da presidenta Dilma Rousseff, sofrendo *impeachment* na metade de seu segundo mandato e assumindo seu Vice-Presidente, Michel Temer. Nesse período, de 2003 até 2014, foram transformadas em instituições federais e novas instituições criadas, perfazendo um total de 18 universidades federais (TISCHER e ROCHA, 2019, p.14), com destaque para a Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, localizada no Rio Grande do Sul. Até esse momento, o Brasil já contava em sua totalidade com o número de 63 instituições de ensino superior público federais.

Já os institutos federais de ensino superior, criados pela Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que compunham a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF, 2017), até o ano de 2019 contavam com

> mais de 661 unidades sendo estas vinculadas a 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e ao Colégio Pedro II (MEC, 2020).

Até aqui, pôde-se demonstrar com brevidade um pouco da trajetória de atuação do Poder Executivo Federal brasileiro no século XX e início do século XXI na expansão da rede de educação superior federal, culminando, no ano de 2007, no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, assunto este abordado a seguir.

2.3.3 O REUNI no contexto regional

No ano de 2007, com o intuito de ampliar o número de vagas, aumentar a permanência dos estudantes e fortalecer as universidades, o Governo Federal lançou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), por meio do Decreto nº 6.094, de 24 de abril de

---

mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático". A principal assimetria é "que deixa de se basear nos processos para se concentrar nos resultados" (MARE, 1995, p. 16).

2007. O Programa contemplou a criação de novas instituições, bem como, a expansão de universidades já existentes, porém, com metas a cumprir, para que continuassem a receber recursos, como as trazidas no documento de Diretrizes Gerais (2007) do Plano Nacional da Educação para o REUNI:

> O REUNI tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano. (DIRETRIZES GERAIS, 2007, p. 4).

O REUNI não determinou como as instituições deveriam atingir as metas, somente as apresentou, para não desrespeitar a autonomia que as instituições possuíam em seus gerenciamentos próprios. As universidades também deveriam ampliar suas assistências estudantis, para que os alunos que possuíssem dificuldades financeiras não desistissem dos cursos bem como obtivessem iguais oportunidades.

Já com relação ao REUNI e UFSM, em 2007 foram implantados dois *campi*, um em Palmeira das Missões (RS) e o outro em Frederico Westphalen (RS), que compunham a unidade Centro de Educação Superior Norte – RS (CESNORS). Em 2008, o Conselho Universitário da UFSM aprovou a criação da Unidade Descentralizada de Educação Superior de Silveira Martins (UDESSM), este que, no entanto, contando com pouca demanda de alunos, não prosseguiu com suas atividades. Como trouxe a UFSM (2016) sobre o futuro dos cursos ofertados em tal unidade.

> O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), em sessão extraordinária na manhã de sexta-feira (5), autorizou o funcionamento dos cursos da Unidade Descentralizada de Ensino Superior de Silveira Martins (Udessm) no campus sede da UFSM. A minuta de resolução aprovada considera estudo da Fundação Getúlio Vargas, em 2014, que recomenda a transferência dos cursos, ata do Conselho da Udessm e parecer da Comissão de Legislação e Normas do Cepe (UFSM, 2016).

Ainda em 2014, utilizando ainda recursos federais provenientes da segunda fase de expansão do ensino superior federal, denominada de REUNI (ZAGO, 2013, p.91), iniciam-se as obras da cidade universitária da UFSM na cidade de Cachoeira do Sul (RS).

Instituído pela Lei Federal nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o REUNI teve como previsão orçamentária para os anos de 2008 até 2012 os valores que seguem no quadro número 2.

Quadro 2 – Previsão de acréscimo orçamentário após Lei Federal nº 6.096/2007

Previsão de acréscimo orçamentário a partir do Decreto nº 6.096/2007 (valores em milhares de reais)					
Ano	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**
INVESTIMENTO	305.843	567.671	593.231	603.232	
CUSTEIO/PESSOAL	174.157	564.247	975.707	1.445.707	1.970.205
TOTAL	**480.000**	**1.131.918**	**1.568.938**	**2.048.939**	**1.970.205**

Fonte: MEC, 2007.

Porém, segundo a Lei Federal nº 6.096/2007,

> Uma parte do total dos recursos de investimento, correspondendo a 500 milhões de reais, será alocada considerando-se o número de matrículas projetadas (ver definição na seção 5 - Indicadores) com base nos dados consolidados PingIFES 2005. O valor restante, da ordem de 1,5 bilhão, será distribuído considerando-se um valor de referência-SESu de cinco mil reais para cada nova matrícula projetada. (MEC, 2007, p. 13)

Logo, para receberem os totais de recursos garantidos pelo Governo Federal; as instituições de ensino deveriam cumprir metas estabelecidas pelo MEC, com relação à expansão do número de matrículas. Portanto, deveriam expandir suas instalações e, após, receber os recursos.

Em 2012, a então Presidenta Dilma Rousseff sancionou a Medida Provisória (MP) 592, referente à destinação dos royalties do petróleo, que teriam 100% de seus repasses destinados para a educação, nas esferas Federal, Estadual e Municipal (MEC, 2012), a qual viria a perder sua vigência em 2013, antes mesmo do início da implantação da unidade da UFSM em Cachoeira do Sul (RS), perda que será ainda maior com a edição da “PEC da Morte” (CPERS, 2016), como ficou conhecida no meio político e jornalístico, a Proposta de Emenda à Constituição nº 55, que previa o congelamento do orçamento, por 20 anos, aprovada no Governo Temer.

Os recursos tinham importância significativa para a educação brasileira, uma vez que, a Constituição Federal traz que a educação é direito de todos e dever do

Estado e da família (MEC, 2020), podendo assim, promover oportunidades mais homogêneas para a população. No caso deste trabalho, para a cidade de Cachoeira do Sul (RS), que recebeu uma unidade da UFSM, esse visa analisar se tais medidas também foram sentidas, seja no âmbito financeiro, seja no âmbito social pela população cachoeirense.

2.3.4 Emenda Constitucional (EC) nº 95

No ano de 2016, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional (EC) nº 95, que dispõe sobre os gastos do Governo Federal nas áreas sociais, como educação, ficando o orçamento atrelado à inflação do ano anterior juntamente com o total de gastos também do ano anterior (PLANALTO, 2016).

A implantação da medida do Governo acabou gerando discussões, uma vez que o motivo central era limitar os gastos das instituições somente pelo montante arrecadado, porém, os investimentos em educação, por exemplo, necessitam de mais recursos, para que jovens não fiquem sem estudar e o país avance. Não esquecendo também de empregos que deixaram de ser gerados em decorrência de tal medida, uma vez que o Estado é um importante incentivador do desenvolvimento econômico, especialmente em momentos de crise.

Certamente, a EC nº 95 influenciou diretamente no ritmo de implantação da UFSM em Cachoeira do Sul (RS), uma vez que, a previsão de recursos para o empreendimento era de R$ 210.000.000,00 (UFSM, 2014), tendo sido investidos até o momento, pouco mais de R$ 47.722.000,00 (CSCAD, 2021), razão pela qual a cidade universitária ainda se encontra com edificações em construção, dificultando assim, o objetivo da instituição que é proporcionar ensino superior de qualidade para a população.

Neste capítulo, apresentou-se, sumariamente, alguns eventos relevantes no que tange à consolidação da educação superior na América Latina, com a Reforma de Córdoba de 1918, na Argentina, que acabou tendo influência em reformas educacionais pelo continente, particularmente, no Brasil, com a posterior Reforma Universitária de 1968, na qual os universitários reivindicaram mudanças tanto estruturais quanto curriculares.

Apresentou-se, também, breve cronologia de fundação, federalização e expansão de instituições federais, a educação superior brasileira no cenário atual, a

atuação regional do REUNI e seus investimentos iniciais, bem como a EC nº 95, que trata da limitação dos gastos governamentais em áreas sociais.

No próximo tópico, pontuar-se-á acerca das instituições que fizeram e fazem parte da UFSM bem como do produto final almejado neste trabalho.

2.4 A(S) CIDADE(S) UNIVERSITÁRIA(S)

Neste capítulo, será resgatado um pouco da história de instituições de educação superior que fizeram parte da UFSM, em uma época em que houve incentivo governamental para expansão na área. Também serão abordados os novos *campi* que constituem hoje a estrutura da instituição. Finalmente, tratar-se-á, de modo mais enfático, do objeto da pesquisa, que é propor uma Resolução para a cidade universitária da UFSM em Cachoeira do Sul (RS) promovendo gestão participativa do mesmo.

2.4.1 Velhas Extensões, novas Universidades

Acreditando que a educação era um direito de todos, a equipe idealizadora, liderada pelo professor Mariano da Rocha, que sustentava a ideia da Multiversidade, ou seja, levar a educação para além dos grandes centros urbanos, podendo, assim, o poder público dar oportunidades iguais para o maior número de cidadãos possíveis: logo, tornou a UFSM referência em tal modelo.

Para tal, não era necessário que a UFSM possuísse estruturas próprias para a aplicação do modelo da Multiversidade, pois através de convênios assinados com instituições de ensino superior privadas, a UFSM oferecia apoio administrativo, bem como acadêmico, e as faculdades privadas forneciam estrutura e pessoal:

> O projeto Multiversidade no entender de seu propugnador, significava uma universidade de campos múltiplos, mas a preposição multi se restringe unicamente à questão de suas localizações geográficas. Nada de diversidade, pluralismo como poderia sugerir, pois foram formatadas num mesmo padrão, dependentes do Campus Matriz, que detinha a palavra final nas questões essenciais de sua organização e, em última análise, do seu futuro (SPONCHIADO, 2017, p. 18).

Tais instituições localizavam-se em cidades variadas do estado do Rio Grande do Sul, dentro da área geo-educacional abrangida pela UFSM. Hoje,

“emancipadas”, em sua maioria são instituições de grande expressão em suas regiões, como a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), com sede na cidade de Santa Cruz do Sul (RS) e contando com 68 cursos de graduação (UNISC, 2021) (Figura 14).

Figura 14 – *Campus* da UNISC na cidade de Santa Cruz do Sul (RS)

Fonte: Imply, 2021

Nas cidades de Bagé (RS), Santana do Livramento (RS), Alegrete (RS), São Gabriel (RS) e São Borja (RS), localizam-se os *campi* da Universidade da Região da Campanha (URCAMP), com sede na cidade de Bagé (RS) e contando com um total de 77 cursos de graduação (URCAMP, 2021) (Figura 15).

Figura 15 – *Campus* da URCAMP na cidade de Bagé (RS)

Fonte: Jornal Minuano, 2019

Nas cidades de Santiago (RS), Santo Ângelo (RS), Frederico Westphalen (RS), Erechim, São Luiz Gonzaga (RS) e Cerro Largo (RS) situam-se os *campi* da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), com sede na cidade de Erechim (RS) e total de 128 cursos de graduação (Figura 16) e, na cidade de Cruz Alta (RS), encontra-se o *campus* da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ) tendo um total de 19 cursos de graduação (UNICRUZ, 2021) (Figura 17).

Figura 16 – *Campus* da URI na cidade de Erechim (RS)

Fonte: Radio Aratiba, 2017

Figura 17 – *Campus* da UNICRUZ na cidade de Cruz Alta (RS)

Fonte: UNICRUZ, 2019

Já a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), com sede na cidade de Ijuí (RS) e seu *campus* localizava-se na cidade de Santa Rosa (RS) (Figura 18) e hoje contando com um total de 47 cursos de graduação (UNIJUI, 2021).

Figura 18 – *Campus* da UNIJUI na cidade de Santa Rosa (RS)

Fonte: UNIJUI, 2021

A única instituição que não se tornou universidade, é a Sociedade Educacional Três de Maio (SETREM) (Figura 19), oferecendo um total de 10 cursos de graduação (SETREM, 2021) e sede na cidade de Três de Maio (RS), porém, tornou-se importante instituição de ensino em sua região.

Figura 19 – *Campus* da SETREM na cidade de Três de Maio (RS)

Fonte: SETREM, 2018

Além do sucesso do projeto por meio dos convênios com tais instituições, podemos citar também o projeto pioneiro do "*Campus* avançado de Roraima" em que a UFSM auxiliou. Inicialmente, através do Projeto Rondon, professores e alunos instalaram-se na região amazônica para desbravar e contribuir com o desenvolvimento do território (ROCHA FILHO, 1973, p. 70).

> Após a visita à UFSM, Mauro Rodrigues esteve no Gabinete do Reitor, quando expressou sua satisfação por verificar que a UFSM "está realmente preparada para essa operação". E acrescentou "É a única que visitamos que dispõe, em seu quadro, de uma Divisão de Integração". Estavam assentadas as bases que levariam a Roraima, periodicamente, professores e alunos da UFSM, com vista a promover o desenvolvimento do Campus Avançado de Roraima, que seria sediado na capital, Rio Branco (ISAIA, 2006, p. 334).

Após anos de prosperidade, tal projeto deu origem à Universidade Federal de Roraima, criada no ano de 1985 e implantada no ano de 1989 (UFRR, 2015). Como se pode notar, o desenvolvimento da educação superior federal já possui anos de história. Esta, que seguiu nas décadas atuais com programas como o REUNI.

2.4.2 Os *campi* da UFSM

Como já referido, com o objetivo de ampliar o número de vagas, aumentar a permanência dos estudantes e fortalecer as universidades, em 24 de abril de 2007, o Governo Federal lançou o REUNI. O Programa contou com a expansão de universidades, criação de novos *campi* e, também, de novas instituições.

A UFSM foi uma das instituições participantes, tendo suas instalações ampliadas em Santa Maria (RS), juntamente à criação de novos *campi* dentro do Estado do Rio Grande do Sul. No mesmo ano, a instituição instalou os *campi* de Palmeira das Missões (RS) e Frederico Westphalen (RS), que compunham a unidade CESNORS, em 2008 instalou o *campus* da Unidade Descentralizada de Educação Superior de Silveira Martins (UDESSM), encerrando suas atividades no ano de 2016 (UFSM, 2017), e em 2014, a cidade universitária de Cachoeira do Sul (RS).

No ano de 2016, houve a separação dos dois *campi* da unidade CESNORS, os quais possuíam apenas um diretor e um vice-diretor. Após a cisão, houve eleições, nas quais a comunidade acadêmica elegeu direções separadas, uma para cada unidade.

Atualmente, a unidade de Frederico Westphalen (RS):

> [...] conta com seis cursos de graduação e, também, dispõe do curso de Pós-Graduação em Agronomia – Agricultura e Ambiente. A unidade da UFSM, em Frederico Westphalen, tem orgulho em ver o reconhecimento desse esforço com o resultado das pesquisas do Ministério da Educação (MEC), em que os cursos do *campus* receberam conceito máximo, e das avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), onde a UFSM está entre as 16 melhores do Brasil (UFSM/FREDERICO WESTPHALEN, 2020, on-line).

Por sua vez, a cidade universitária de Palmeira das Missões (RS) conta hoje com seis cursos de graduação presencial e três cursos à distância – EaD, além do curso de Pós-graduação em Agronegócios (UFSM/PALMEIRA DAS MISSÕES, 2020).

Conforme acima referido, em 2014, ainda pelo programa REUNI, houve a implantação da unidade da UFSM na cidade de Cachoeira do Sul (RS), que foi construído no modelo de cidade universitária e localizado no bairro Passo D’Areia,

contará, então com moradia estudantil para os alunos que necessitarem. Conta hoje, com direção escolhida pelos servidores e discentes da unidade, bem como cinco cursos de graduação, sendo eles, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica, Engenharia Agrícola, Engenharia de Transportes e Logística e Arquitetura e Urbanismo (UFSM/CACHOEIRA DO SUL, 2020).

2.4.3 A unidade de Cachoeira do Sul (RS)

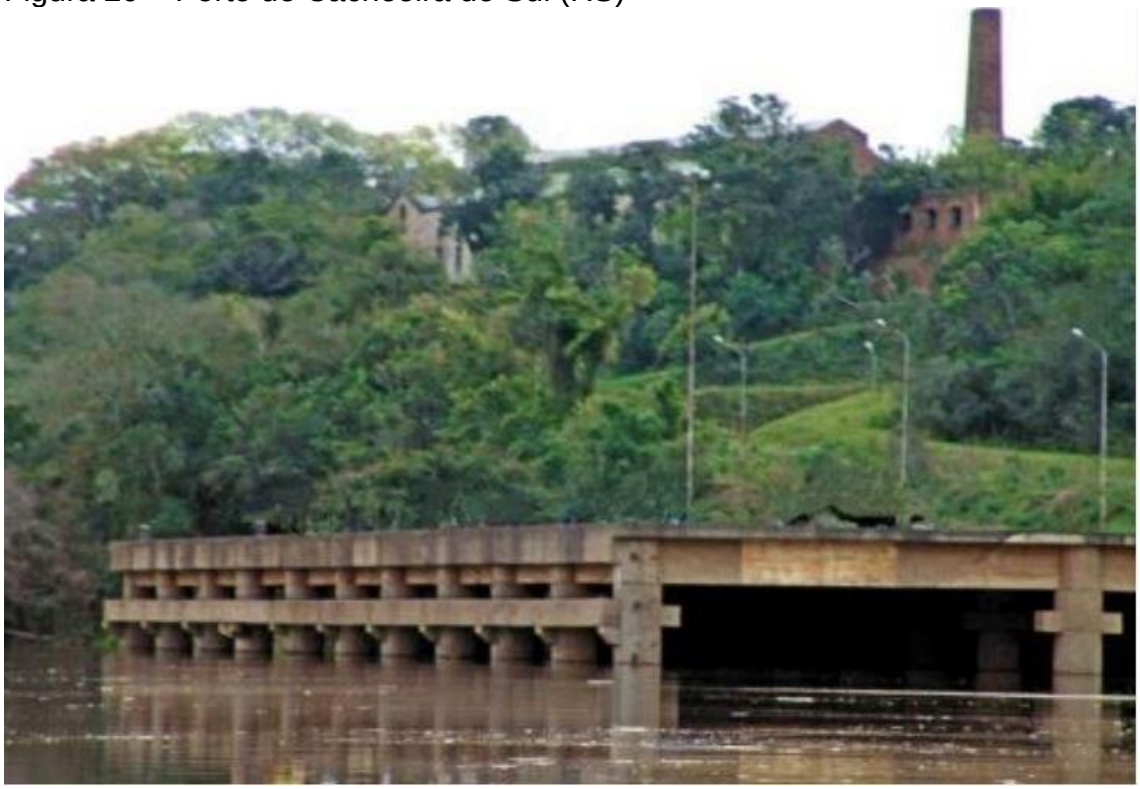
Distante cerca de 196 km de Porto Alegre, capital gaúcha, Cachoeira do Sul (RS) iniciou sua história por volta do ano de 1724, quando teve seu território ocupado por estancieiros paulistas e lagunenses. Mais adiante, em 1753, casais açorianos chegaram para povoar o território (IBGE, 2020).

Localizada à margem direita do Rio Jacuí, possuía como principais atividades econômicas a agricultura e a pecuária. Em 1819, a cidade é emancipada da antiga Vila do Rio Pardo, sendo denominada Vila Nova de São João da cachoeira. Em 1857, ocorreu a imigração alemã para a cidade, com a principal herança cultural identificada desta nacionalidade sendo o cultivo do arroz (Museu Municipal de Cachoeira do Sul, 2019). Ocorrendo, também, na cidade uma influência das culturas italiana, japonesa e árabe, as quais também contribuíram para a identidade cultural e econômica do município.

Em 1859, adquiriu foros de cidade (IBGE, 2020), com a denominação de Cachoeira até o ano de 1944, quando adotou a nomenclatura de Cachoeira do Sul. Sendo o quinto município mais antigo do Rio Grande do Sul, a cidade de Cachoeira do Sul (RS) venceu a barreira do tempo, chegando ao século XXI com uma economia forte, baseada na agricultura, pecuária, comércio, serviços, além de ser referência regional no setor metal mecânico e em saúde, com o Hospital de Caridade e Beneficência de Cachoeira do Sul. Possuindo, também, um dos poucos portos existentes no Estado do Rio Grande do Sul, que compõe o terminal rodo-hidro-ferroviário, pois Cachoeira do Sul (RS) localiza-se na margem esquerda do Rio Jacuí. Possuí boa capacidade para armazenamento de grãos e calado variável razoável, porém, até hoje, seu movimento é modesto (COLLAZIOL, 2003).

Nas figuras 20 e 21, podem ser visualizados respectivamente, o porto de Cachoeira do Sul (RS) bem como as instalações da empresa que opera o terminal.

Figura 20 – Porto de Cachoeira do Sul (RS)



Fonte: Famurs (2019)

Figura 21 – Instalações da empresa operante do terminal rodo-hidro-ferroviário

Fonte: Famurs (2019)

Já na figura 22, pode ser visualizada a imagem de Cachoeira do Sul (RS) juntamente com o terminal rodo-hidro-ferroviário, ficando à Sudeste (SE) da cidade.

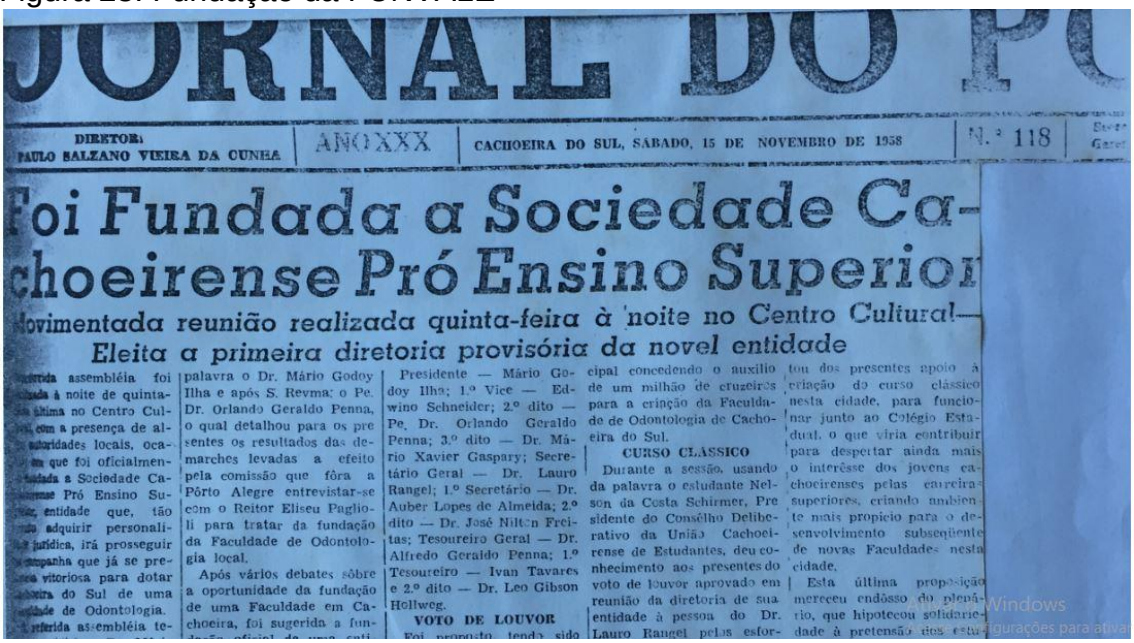
Figura 22 – Mapa de Cachoeira do Sul (RS) com o terminal rodo-hidro-ferroviário

Fonte: Google (2021)

Com Índice de Desenvolvimento Humano – IDH em 0,742 e com 98,7% das crianças de 6 a 14 anos frequentando a escola (IBGE,2020), a cidade de Cachoeira do Sul (RS) demonstra boa qualidade de vida da população. Conta também, com os três setores econômicos fortes, com destaque para o primário e secundário. No ensino superior, abriga algumas instituições como a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, Universidade Aberta do Brasil – UAB, Centro de Estudos do Norte do Paraná – UNOPAR, Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, o Centro Universitário Internacional – UNINTER e a atual Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, que veio a suceder as Unidades Integradas de Ensino Superior do Vale do Jacuí – UNIVALE na época mantida pela Associação Cachoeirense Pró – Ensino Superior – FUNVALE.

Na figura 23, pode-se visualizar a notícia de fundação, no ano de 1958, da FUNVALE, que buscava fortalecer o ensino superior na cidade de Cachoeira do Sul (RS).

Figura 23: Fundação da FUNVALE



JORNAL DO PO

DIRETOR: PAULO SALZANO VIEIRA DA CUNHA | ANO XXX | CACHOEIRA DO SUL, SABADO, 15 DE NOVEMBRO DE 1958 | N.º 118

Foi Fundada a Sociedade Cachoeirense Pró Ensino Superior

Movimentada reunião realizada quinta-feira à noite no Centro Cultural — Eleita a primeira diretoria provisória da novel entidade

...ssembléia foi ...ada à noite de quinta-...última no Centro Cul-..., com a presença de al-... autoridades locais, oca-... em que foi oficialmen-...ndada a Sociedade Ca-...ense Pró Ensino Su-..., entidade que, tão ... adquirir personali-... jurídica, irá prosseguir ...mpanha que já se pre-... vitoriosa para dotar ...oeira do Sul de uma ...dade de Odontologia.

...referida assembléia te-... palavra o Dr. Mário Godoy Ilha e após S. Revma. o Pe. Dr. Orlando Geraldo Penna, o qual detalhou para os presentes os resultados das demarches levadas a efeito pela comissão que fôra a Pôrto Alegre entrevistar-se com o Reitor Eliseu Paglioli para tratar da fundação da Faculdade de Odontologia local.

Após vários debates sôbre a oportunidade da fundação de uma Faculdade em Cachoeira, foi sugerida a fun-...

Presidente — Mário Godoy Ilha; 1.º Vice — Edwino Schneider; 2.º dito — Pe. Dr. Orlando Geraldo Penna; 3.º dito — Dr. Mário Xavier Gaspary; Secretário Geral — Dr. Lauro Rangel; 1.º Secretário — Dr. Auber Lopes de Almeida; 2.º dito — Dr. José Nilton Freitas; Tesoureiro Geral — Dr. Alfredo Geraldo Penna; 1.º Tesoureiro — Ivan Tavares e 2.º dito — Dr. Leo Gibson Hollweg.

VOTO DE LOUVOR

Foi proposto, tendo sido ...cipal concedendo o auxilio de um milhão de cruzeiros para a criação da Faculdade de Odontologia de Cachoeira do Sul.

CURSO CLASSICO

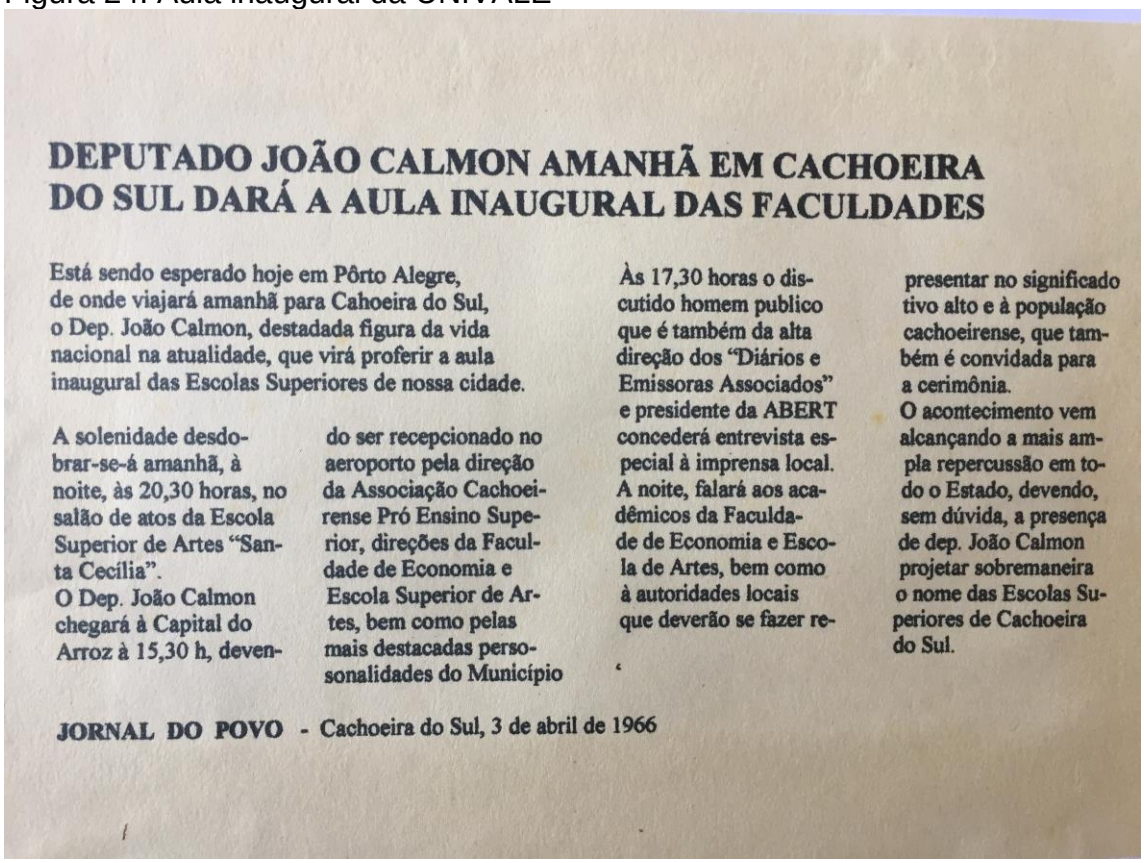
Durante a sessão, usando da palavra o estudante Nelson da Costa Schirmer, Presidente do Consêlho Deliberativo da União Cachoeirense de Estudantes, deu conhecimento aos presentes do voto de louvor aprovado em reunião da diretoria de sua entidade à pessoa do Dr. Lauro Rangel pelos esfor-...tou dos presentes apoio à criação do curso clássico nesta cidade, para funcionar junto ao Colégio Estadual, o que viria contribuir para despertar ainda mais o interêsse dos jovens cachoeirenses pelas carreiras superiores, criando ambiente mais propicio para o desenvolvimento subseqüente de novas Faculdades nesta cidade.

Esta última proposição mereceu endôsso do plenário, que hipotecou solidariedade à pretensão dos estu-...

Fonte: Jornal do Povo

Com os esforços da FUNVALE e da comunidade cachoeirense, no ano de 1966, iniciam-se os trabalhos da UNIVALE, primeiramente composta pela Faculdade de Economia e Escola Superior de Artes. Na figura de número 24, é trazida a notícia.

Figura 24: Aula inaugural da UNIVALE



DEPUTADO JOÃO CALMON AMANHÃ EM CACHOEIRA DO SUL DARÁ A AULA INAUGURAL DAS FACULDADES

Está sendo esperado hoje em Pôrto Alegre, de onde viajará amanhã para Cahoeira do Sul, o Dep. João Calmon, destadada figura da vida nacional na atualidade, que virá proferir a aula inaugural das Escolas Superiores de nossa cidade.

A solenidade desdobrar-se-á amanhã, à noite, às 20,30 horas, no salão de atos da Escola Superior de Artes "Santa Cecília".
O Dep. João Calmon chegará à Capital do Arroz à 15,30 h, devendo ser recepcionado no aeroporto pela direção da Associação Cachoeirense Pró Ensino Superior, direções da Faculdade de Economia e Escola Superior de Artes, bem como pelas mais destacadas personalidades do Município

Às 17,30 horas o discutido homem publico que é também da alta direção dos "Diários e Emissoras Associados" e presidente da ABERT concederá entrevista especial à imprensa local.
A noite, falará aos acadêmicos da Faculdade de Economia e Escola de Artes, bem como à autoridades locais que deverão se fazer representar no significado tivo alto e à população cachoeirense, que também é convidada para a cerimônia.
O acontecimento vem alcançando a mais ampla repercussão em todo o Estado, devendo, sem dúvida, a presença de dep. João Calmon projetar sobremaneira o nome das Escolas Superiores de Cachoeira do Sul.

JORNAL DO POVO - Cachoeira do Sul, 3 de abril de 1966

Fonte: Jornal do Povo

E, em 1996, por percalços financeiros em sua trajetória, a UNIVALE passa a não ser mais mantida pela FUNVALE e sim pela ULBRA, que incorpora sua estrutura.

Figura 25: ULBRA dá Início à encampação da UNIVALE

67 ANOS JORNAL DO POVO

Cachoeira do Sul, 29 e 30 de junho de 1996

Página 14

ENSINO SUPERIOR

Ulbra dá início à encampação da Univale

O ensino superior de Cachoeira do Sul prepara o reerguimento da crise em que esteve mergulhado em boa parte das duas últimas décadas. Vítima de um acúmulo de gestões incompetentes e da corrupção de outros dirigentes, nossas faculdades superaram a realidade do iminente fechamento, substituindo-a por uma expectativa de mudança e modernização. Há um mês, a administração do ensino superior cachoeirense é repartida com a Universidade Luterana do Brasil, que dentro de três meses estará encampando as faculdades e os alunos da quase extinta Funvale/Univale.

Durante muito tempo o ensino superior de Cachoeira do Sul teve administração comunitária, porém com o desgaste da própria cidade, as faculdades, que também não possuíam mais cursos atrativos ao mercado, perderam alunos e viram seus cofres esvaziarem. Uma grande mobilização comunitária, liderada por entidades representativas do setor produtivo, como ACI, CDL, Ajovem e UCR, incentivou o oferecimento do patrimônio das faculdades à Ulbra, que já está estruturando o novo perfil do nosso ensino superior.

RECURSOS

A vida da Ulbra significa dinheiro. Um recurso inicial de R$ 7 milhões garante atualização material do campus, e a efetivação de pelo menos outros seis cursos novos vai possibilitar um vestibular mais concorrido e valorizado. O primeiro passo é a transferência da Esef e da Esasc para o bloco universitário de forma a diminuir a ociosidade de mais de 30 salas hoje disponíveis no prédio. A Ulbra tratou de regularizar os salários de funcionários e professores e vai renegociar a dívida dos alunos inadimplentes.

TONICO CUNHA

UNIVALE: faculdades estão adquirindo perfil da Ulbra

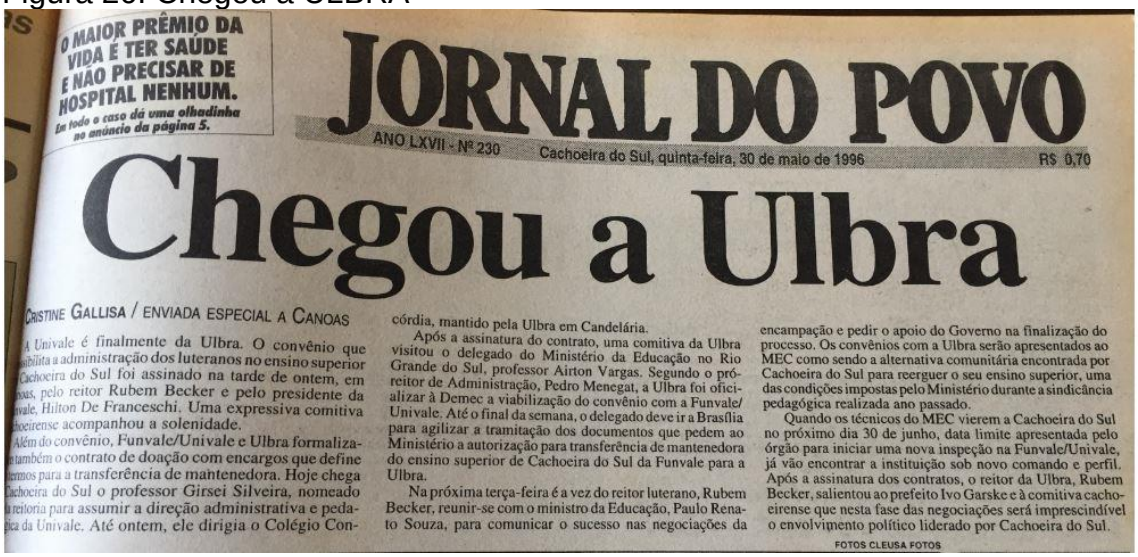
FUTURO

1. Com a Ulbra instalada em Cachoeira do Sul será possível prever uma injeção de recursos nas faculdades locais, recuperando sua força representativa na comunidade.
2. Com novos cursos, será possível atrair a atenção dos demais municípios da região, fortalecendo a posição de Cachoeira como eixo regional.
3. A capitalização e os novos cursos, mais toda a movimentação universitária, farão outros setores ganhar força, como o imobiliário.

"Um jornal pode criar laços,

Fonte: Jornal do Povo

Figura 26: Chegou a ULBRA



O MAIOR PRÊMIO DA VIDA É TER SAÚDE E NÃO PRECISAR DE HOSPITAL NENHUM.
Em todo o caso dá uma olhadinha no anúncio da página 5.

JORNAL DO POVO

ANO LXVII - Nº 230 Cachoeira do Sul, quinta-feira, 30 de maio de 1996 R$ 0,70

Chegou a Ulbra

CRISTINE GALLISA / ENVIADA ESPECIAL A CANOAS

A Univale é finalmente da Ulbra. O convênio que ...tibilita a administração dos luteranos no ensino superior ...Cachoeira do Sul foi assinado na tarde de ontem, em ...oas, pelo reitor Rubem Becker e pelo presidente da ...vale, Hilton De Franceschi. Uma expressiva comitiva ...ocoirense acompanhou a solenidade.

Além do convênio, Funvale/Univale e Ulbra formaliza... também o contrato de doação com encargos que define ...termos para a transferência de mantenedora. Hoje chega ...Cachoeira do Sul o professor Girsei Silveira, nomeado ...reitoria para assumir a direção administrativa e peda...ica da Univale. Até ontem, ele dirigia o Colégio Concórdia, mantido pela Ulbra em Candelária.

Após a assinatura do contrato, uma comitiva da Ulbra visitou o delegado do Ministério da Educação no Rio Grande do Sul, professor Airton Vargas. Segundo o próreitor de Administração, Pedro Menegat, a Ulbra foi oficializar à Demec a viabilização do convênio com a Funvale/Univale. Até o final da semana, o delegado deve ir a Brasília para agilizar a tramitação dos documentos que pedem ao Ministério a autorização para transferência de mantenedora do ensino superior de Cachoeira do Sul da Funvale para a Ulbra.

Na próxima terça-feira é a vez do reitor luterano, Rubem Becker, reunir-se com o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, para comunicar o sucesso nas negociações da encampação e pedir o apoio do Governo na finalização do processo. Os convênios com a Ulbra serão apresentados ao MEC como sendo a alternativa comunitária encontrada por Cachoeira do Sul para reerguer o seu ensino superior, uma das condições impostas pelo Ministério durante a sindicância pedagógica realizada ano passado.

Quando os técnicos do MEC vierem a Cachoeira do Sul no próximo dia 30 de junho, data limite apresentada pelo órgão para iniciar uma nova inspeção na Funvale/Univale, já vão encontrar a instituição sob novo comando e perfil. Após a assinatura dos contratos, o reitor da Ulbra, Rubem Becker, salientou ao prefeito Ivo Garske e à comitiva cachoeirense que nesta fase das negociações será imprescindível o envolvimento político liderado por Cachoeira do Sul.

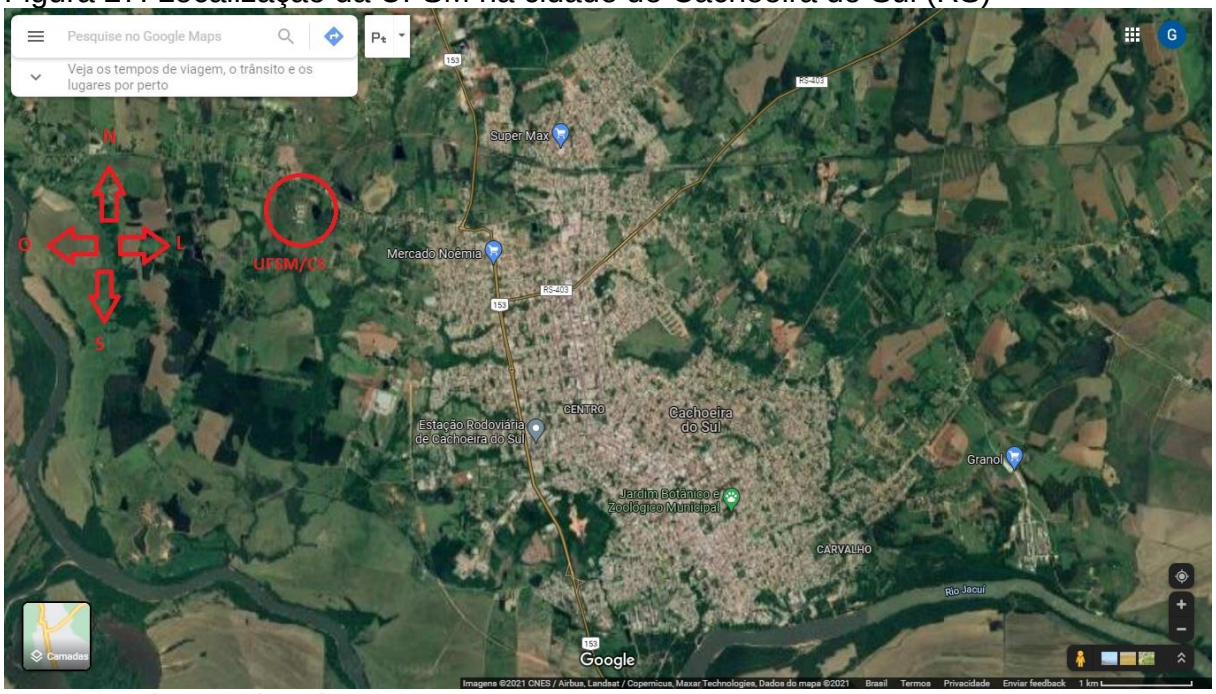
FOTOS CLEUSA FOTOS

Fonte: Jornal do Povo

As características do município de Cachoeira do Sul (RS) atraíram olhares do setor de ensino superior federal que, no ano de 2016, implantou uma unidade da Universidade Federal de Santa Maria na cidade. Sua localização privilegiada, seu potencial econômico e educacional, ajudarão na consolidação da UFSM na cidade,

bem como, de sua área geo-educacional de fato. Na figura 27, se pode ver a localização da instituição em relação ao município de Cachoeira do Sul (RS), nota-se que até o momento, o local ainda é uma região rural da cidade, tendo como vizinhos somente algumas poucas residências, a Rodovia VRS 809 e o Aeródromo municipal.

Figura 27: Localização da UFSM na cidade de Cachoeira do Sul (RS)



Fonte: Google Maps (2021)

Em 2011, foi criada a Comissão Comunitária Pró-Implantação do Campus da UFSM para Cachoeira do Sul (instituída pelo Decreto Municipal nº 057/2011), que conduziu o movimento conhecido por “Vem, UFSM” (UFSM/Cachoeira). Manifestações organizadas pelo movimento contaram com cerca de 3 mil pessoas, reivindicando a vinda da UFSM para Cachoeira do Sul (RS), como pode ser visualizado na figura 28.

Figura 28: Manifestação da comunidade cachoeirense pelo “Vem UFSM”

Fonte: Sul 21

Ainda no ano de 2011, a Presidenta da República na época, Dilma Rousseff, anunciou a criação da cidade universitária da UFSM na cidade de Cachoeira do Sul (RS), através do programa REUNI. Em 2013, a unidade da UFSM – CS foi oficializado, por meio da Resolução nº 038/2013 do Conselho Superior da instituição (CONSU).

No ano de 2014, a unidade deu início às suas atividades, sendo nomeados como Diretor e Vice-Diretor, *pro tempore*, respectivamente os professores José Mario Doleys Soares e Hilton Abilio Gründiling (UFSM/Cachoeira do Sul, 2019). Em solenidade formal, contando com a presença do Reitor da UFSM, Paulo Afonso Burmann, do Vice-Reitor, Paulo Bayard, e autoridades municipais e estaduais, foi desatada a fita na entrada do prédio e descerrada a placa inaugural da nova unidade, esta, com prédios alugados.

Figura 29: Solenidade de inauguração da UFSM – CS

Fonte: UFSM Cachoeira do Sul, 2020

Figura 30: Momento do discurso do Reitor, Paulo Afonso Burmann, durante a solenidade de inauguração da unidade da UFSM em Cachoeira do Sul (RS)

Fonte: UFSM Cachoeira do Sul, 2020

Figura 31: Professor José Mario Doleys Soares e professor Hilton Abilio Gründiling, Diretor e Vice-Diretor *pro tempore* da UFSM – CS

Fonte: UFSM Cachoeira do Sul, 2020

Em 2017, houve a primeira consulta para Diretor e Vice-Diretor da unidade da UFSM - CS, na qual, em janeiro de 2018, foram eleitos os professores Rogério Brittes da Silva e Lucas Delongui, para Diretor e Vice-diretor, respectivamente, cuja posse foi registrada conforme a figura número 32.

Figura 32: Solenidade de posse dos professores Rogério Brittes da Silva e Lucas Delongui para Diretor e Vice – Diretor da UFSM – CS

Fonte: UFSM Cachoeira do Sul, 2020

No início do mesmo ano, 2018, contando com o auxílio[9] do 3º Batalhão de Engenharia de Combate – Batalhão 'Conrado Bittencourt', houve a ocupação dos dois primeiros prédios construídos no local definitivo, este, construído na forma de cidade universitária, uma vez que se localiza aos arreadores da cidade de Cachoeira do Sul (RS), possui amplo terreno fechado e também, residência estudantil, liberando, assim, os espaços alugados que eram provisórios, como é mostrado na figura número 33.

[9]O 3º Batalhão de Engenharia de Campanha – Batalhão 'Conrado Bittencourt' auxiliou na ocupação do *campus* da UFSM em Cachoeira do Sul com veículos e pessoal para carregar e transportar todo o mobiliário das salas de aula. Tal parceria atua horizontalmente, e as duas instituições beneficiam-se mutuamente.

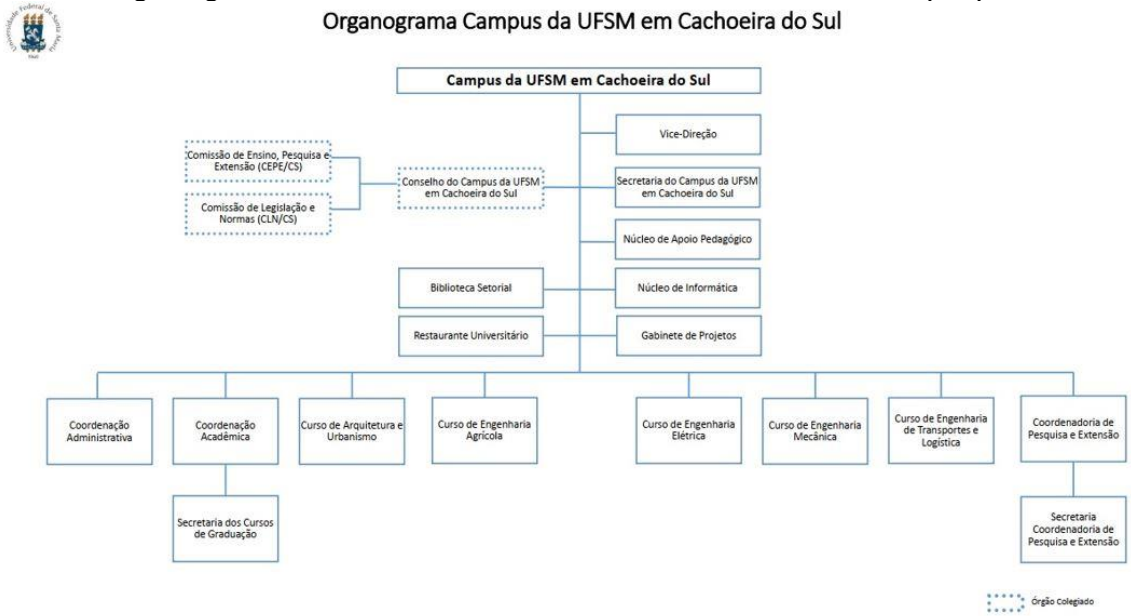
Figura 33: Mudança da UFSM – CS para as instalações próprias

Fonte: UFSM Cachoeira do Sul, 2020

Em 2019, os cinco cursos de graduação: Engenharia Agrícola, Engenharia Mecânica, Engenharia de Transportes e Logística, Engenharia Elétrica e Arquitetura e Urbanismo, tiveram a primeira formatura de alunos, fechando, assim, o primeiro ciclo dos cursos. Dessa forma, a UFSM Cachoeira do Sul (RS) deu seus primeiros passos na sua missão de “Produzir e difundir conhecimento, contribuir para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, comprometido com a formação de recursos humanos e da sociedade” (UFSM/CACHOEIRA, 2018).

Hoje, a estrutura organizacional da instituição já é permanente, sendo apresentada na figura de número 34.

Figura 34: Organograma da unidade da UFSM em Cachoeira do Sul (RS)



Fonte: PROPLAN, 2021

Na figura 35, é apresentada a casa do estudante da cidade universitária da UFSM em Cachoeira do Sul (RS), já mobiliada, pronta para ser habitada.

Figura 35: Casa do estudante da UFSM - CS

Fonte: Próprio autor

Na figura de número 36, está a casa administrativa, como é chamado o local onde trabalham os servidores lotados em setores participantes da administração da instituição.

Figura 36: Casa administrativa da UFSM - CS

Fonte: Próprio autor

Já na figura de número 37, tem-se uma visão do terreno da unidade, com a residência estudantil no canto superior direito e as edificações restantes na parte superior.

Figura 37: Terreno da UFSM – CS

Fonte: Próprio autor

Na figura de número 38, são apresentados os prédios de salas de aula, laboratórios, salas de professores, biblioteca e restaurante universitário, este último sendo temporário pois a instalação permanente encontra-se em construção.

Figura 38: Edificações da UFSM - CS

Fonte: Próprio autor

Unindo o próspero futuro de Cachoeira do Sul (RS) e região, sua população e seus potenciais com a UFSM no município, é que se pensou no produto desta dissertação, pois certamente a instituição irá agregar valor para a cidade. Nada mais sensato também, que a população atue na gestão no equipamento, o que será apresentado no item a seguir.

2.4.4 Uma proposta de gestão para coesão territorial

2.4.4.1 CIDADE UNIVERSITÁRIA DA UFSM EM SANTA MARIA

Criada com o nome de Universidade de Santa Maria (USM), a UFSM contava com 3 cursos[10] superiores e o Instituto Eletrotécnico do Centro Politécnico (UFSM, 2021).

[10] Faculdade de Farmácia, de Medicina e de Odontologia (UFSM, 2021)

Com a interiorização da educação superior e, sendo a UFSM pioneira neste aspecto, bem como construída em formato de cidade universitária, ou seja, aos arredores da cidade de Santa Maria (RS), salienta-se que a instituição possuía terreno para comportar todas as edificações projetadas para suprir as necessidades que os alunos teriam, como refeitórios, alojamentos, espaços para estudo, espaços para lazer, setores administrativos, entre outros.

> Assim, a Universidade de Santa Maria deverá ser planejada para 30.000 estudantes, se quisermos que ela cumpra suas finalidades de Centro de Cultura – em face das exigências mínimas de Segurança Nacional (JOSÉ MARIANO DA ROCHA FILHO, 2011, n. p).

Para a obra, os arquitetos Oscar Valdetaro e Roberto Nadalutti apresentaram à direção da então USM cinco projetos de plano diretor para o a cidade universitária que seria instalada em um terreno de 675 hectares (SCHLEE, 2016). Tais projetos levavam em conta as ideias do professor Mariano da Rocha bem como as necessidades julgadas imprescindíveis para que a instituição fosse "capaz de superar os problemas que, segundo ele, historicamente impediam o desenvolvimento de um ensino de qualidade" (SCHLEE, 2016, p. 3).

> O projeto reproduzia os princípios apresentados por Le Corbusier e Lucio Costa para a Universidade do Brasil, ou seja, zoneamento rígido, hierarquização de vias, adoção do parque como base para as construções, monumentalidade, abolição do parcelamento do solo em lotes rigidamente definidos, e criação de um tecido edificado marcado por barras e torres (ARRUSUL, 2009, p. 91).

Na figura 39, pode-se notar o tamanho do projeto, tanto em materialização quanto em importância.

Figura 39 – Pronunciamento favorável do Bispo Diocesano Don Antonio Reis

- A Universidade para S. Maria tem o vulto da fundacão de uma nova cidade

Histórico pronunciamento de D. Antonio Reis, Bispo Diocesano sôbre a campanha que vem despertando mais vivo interesse

O movimento tendendo a consagrar Santa Maria como "Cidade Universitária" — fato que terá a mais larga importancia para o meio local e regional — do ponto de vista cultural e, mesmo, econômico, está despertando o mais vivo interêsse em todos os setores da opinião. Diáriamente, de maneira expontanea, a reportágem tem registrado opiniões da mais alta responsabilidade sôbre a oportunidade da criação da USM. Hoje registramos a palavra autorizada de D. Antonio Reis, Bispo Diocesano, que esrcreveu os seguintes pensamentos para "A RAZÃO" sôbre o magno tema:

Ninguém de boa fé, poderá negar que esta cidade de Santa Maria vem realizando no setor educacional progressos não apenas incomuns, mas extraordinários, principalmente nos últimos anos. O número de alunos de todos os cursos considerados em proporção ao número de habitantes, já consagrou, com justiça Santa Maria, como cidade estudantil por excelencia.

Acrescente-se a êste fato a qualidade de ensino, a diversidade de especificação dos diversos cursos e finalmente, como última e lógica etapa a criação das diversas faculdades, e todos, a bem da verdade deverão proclamar Santa Maria, como cidade promotora da cultura.

Santa Maria já superou, pois, a fase inicial do ensino primário e secundário. Conservando essa base sempre necessária, do ensino preparatório, projeta-se agora como cidade

Continua na 6.a Pág. Letra J

tícia Maria e seu irmão Atílio, durante a acareação pela autoridade policial (Foto Marques).

es das investigações

Letícia Maria é a otada de Polésine

EM ESTUDO A NA CONTINUAÇ

Solicitada a colaboração do

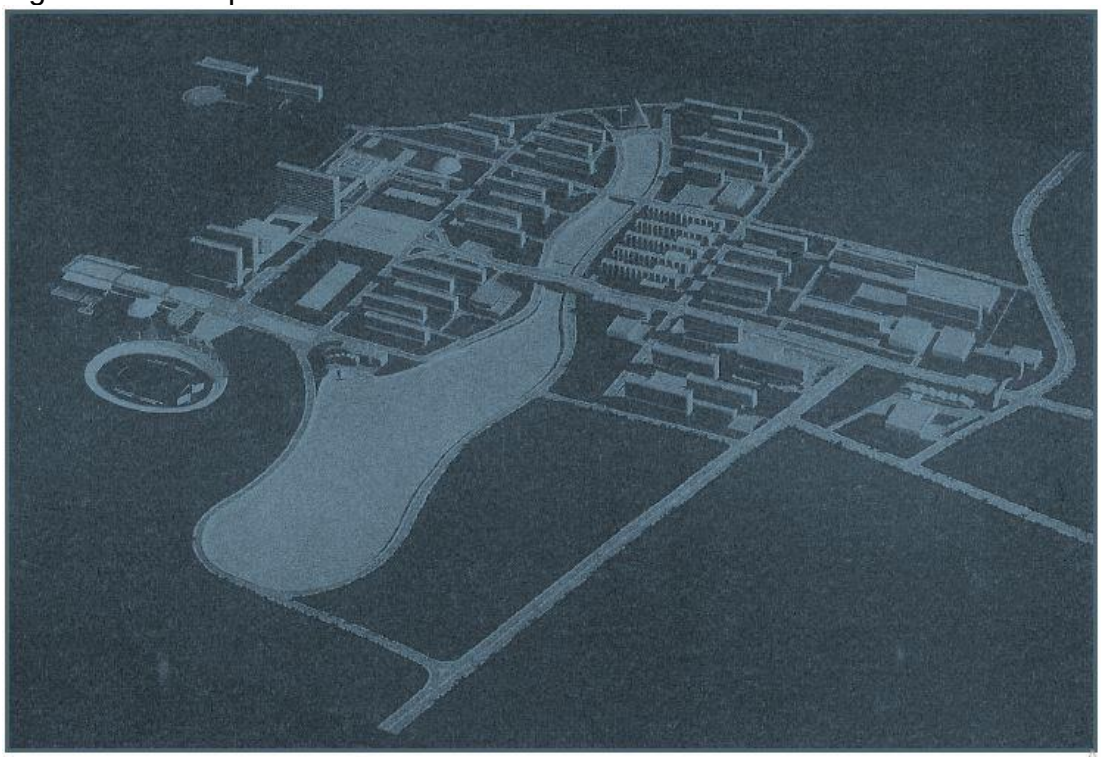
Por meio do General de Divisão João Batista Rangel, comandante da 3ª D. I. o Prefeito Sevi Viero recebeu, na data de ontem, a seguinte missiva procedente do General Osvino Ferreira Alves, Comandante do 3º Exército, em resposta a um pedido de construção de uma ponte na Sanga do Prado, próximo

Fonte: Jornal A Razão (1960, N. 73, p. 8)

Os projetos, ainda que não intencionalmente, contemplavam as ideias de Rudolph Atcon, que em seus estudos sobre o ensino superior brasileiro, preconizava que as instalações das universidades deveriam ser em sentido horizontal, em decorrência do Brasil possuir abastado território, fugindo assim, de construções verticais, ou seja, poderiam ser empreendimentos mais funcionais e simples (ATCON, 1970, p. 36).

Entre os cinco projetos apresentados, foi julgado mais adequado aos objetivos almejados o de número 5, que pode ser contemplado na figura 40, referente a maquete dele.

Figura 40 – Maquete da cidade universitária da UFSM



Fonte: Cardoso, 1962, p. 2, *apud* Schlee, 2016.

Em resumo, a ideia do professor Mariano da Rocha era

> [...] uma universidade "modelo", capaz de superar os problemas que, segundo ele, historicamente impediam o desenvolvimento de um ensino de qualidade: a multiplicidade de cátedras afins; a liberdade e vitaliciedade de cátedras; a pluralidade de laboratórios idênticos; e a falta de institutos universitários. Para tanto, aprovou uma nova estrutura acadêmica, baseada em Faculdades, Institutos e Departamentos. Propunha ainda, o estágio obrigatório de 12 meses, o regime de tempo integral para os docentes e a construção de uma Cidade Universitária (SCHLEE, 2016, p. 3).

Em 1970, ocorre a fundação do Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM), sendo referência em saúde pública no centro do Estado do Rio Grande do Sul. Já, em 2004, inicia-se o Ensino a Distância (EaD) e, no ano de 2007, inaugura-se a unidade CESNORS, duas extensões da UFSM, uma em Palmeira das Missões (RS) e outra um Frederico Westphalen (RS). No ano de 2008, dá-se início ao projeto de implantação de um *campus* da UFSM na cidade de Silveira Martins (RS), a Unidade Descentralizada de Educação Superior de Silveira Martins (UDESSM), esta que teve seus trabalhos encerrados em 2016 (UFSM, 2017), devido a pouca demanda de alunos.

Em 2013, a Comissão Comunitária Pró-Implantação da UFSM em Cachoeira do Sul (RS) teve sua reivindicação atendida, através do REUNI, iniciou-se a criação da unidade.

Como os recursos financeiros eram restritos, a cidade universitária da UFSM em Santa Maria (RS) foi construído ao longo dos anos e, atualmente[11], ainda possui obras em andamento. Por tal motivo, não foi seguido o projeto inicial em todos os anos de construção, conforme Zampieri (2011):

> O campus de Santa Maria foi planejado e configurado inicialmente desta maneira, porém as inúmeras intervenções ao longo dos anos fizeram com que partes do conjunto edificado se descaracterizassem (ZAMPIERI, 2011, p. 200).

E, mesmo com todo o planejamento inicial da construção da instituição, levando em conta os mais variados fatores, Arrussul (2009), destacava, já há mais de uma década, que:

> Atualmente, o fluxo de veículos está praticamente concentrado na Avenida Roraima, ocasionado pela falta de alternativas de rotas. Em relação à infraestrutura, observa-se uma insuficiência dos sistemas de abastecimento de energia elétrica, iluminação pública e esgotamento sanitário. Atualmente a falta de equipamentos e mobiliários urbanos adequados contribui para ambientes de convivência pouco humanizados. Também há problemas no gerenciamento dos recursos naturais disponíveis e ocupação de áreas de preservação permanente, o que reforça a necessidade da correta instalação da infraestrutura de coleta de esgoto ARRUSSUL, 2009, p. 17).

Na figura 41, tem-se uma visão aérea atual da cidade universitária da UFSM em Santa Maria (RS), estando na parte de cima da imagem, o bairro Camobi.

---

[11] A extensão do *campus* universitário é de 1.863,57 hectares, com edificações que perfazem 239.578 metros quadrados, mais 42.036 metros quadrados fora da sede, totalizando 281.614 metros quadrados de área construída (CEESP, 2021).

Figura 41 – Imagem aérea da cidade universitária da UFSM em Santa Maria (RS)

Fonte: Descubra UFSM, 2020

Outro fator de influência é a expansão das edificações sem levar em consideração agentes do entorno. A expansão física da unidade levou a um embate com o crescimento do bairro Camobi, onde está instalado, havendo certa precariedade no diálogo entre os gestores da UFSM e os governantes da cidade de Santa Maria (RS):

> Na escolha da área onde seria construído o *campus* não foram levados em consideração fatores condicionantes e diretrizes de grande importância em nível de planejamento urbano da cidade, como aqueles relacionados à infraestrutura, serviços e vias de acesso ao centro urbano. A não observância destes fatores provocou a deficiência e dificuldades nos transportes urbanos e, por muito tempo, a privação de serviços urbanos de apoio ao funcionamento da universidade. Outro condicionante desfavorável a esta implantação é a posição de vizinhança com a Base Aérea (ARRUSSUL, 2009, p. 148).

Por estes motivos, um Grupo de Trabalho (GT), coordenado por professores arquitetos e urbanistas, os quais detém a prerrogativa de elaborar Planos Diretores, sejam eles urbanos, hoje estendidos ao município, ou regionais, foi criado pela Reitoria da UFSM com a finalidade de realizar estudos e apresentar uma proposta

de plano diretor para os *campi* da UFSM em Santa Maria (RS), Frederico Westphalen (RS) e Palmeira das Missões (RS), com participação de profissionais de variadas áreas.

Porém, o projeto foi oficialmente concluído, dada a superveniência do REUNI, Programa no qual a UFSM foi contemplada com recursos. Mesmo assim, seu Relatório Final continha orientações para a expansão da Cidade Universitária, em seis Eixos: Sistema natural; Sistema de espaços livres; Edificações; Redes de infraestrutura urbana; Patrimônio cultural; Gestão de planejamento (RELATÓRIO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, 2009), os quais, além de ínsitos ao planejamento de qualquer núcleo urbano, também se relacionam com os três grandes temas abordados pelo professor Mariano da Rocha na obra utilizada como fio condutor deste trabalho, e sintetizados na seguinte afirmação: a terra condiciona a educação do homem (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993, apud MARIANO DA ROCHA FILHO, 1962).

Poder-se-ia inferir que, com tal afirmação, o Prof. Mariano da Rocha já detectasse os problemas na relação entre o homem e a terra – numa visão mais alargada, como espaço mesmo – entendida esta como o ambiente natural, sobre o qual aquele atua, transformando-o em ambiente cultural, que, para ser sustentável – usando um termo hoje, até certo ponto, banalizado – necessita de planejamento: educação. Assim, a expansão das edificações, e, de consequência, das redes de infraestruturas urbanas, pela cidade universitária (terra), impacta o sistema natural, do que resulta um patrimônio cultural a ser preservado (pela ação racional, do homem), ações estas que necessitam de planejamento e gestão (educação) para e de aquela como o ambiente natural, e que somente poderiam ser mediados pela educação.

Assim, é que se apresenta o próximo item, que falará da prevenção de tais problemas valendo-se da utilização do produto elaborado na dissertação.

2.4.4.2 CIDADE UNIVERSITÁRIA DA UFSM EM CACHOEIRA DO SUL

Trazendo as problemáticas apresentadas no item anterior para a realidade da cidade de Cachoeira do Sul (RS) e da cidade universitária da UFSM nela implantada, é que foi pensada a aplicação deste trabalho. Os três eixos temáticos, a terra, o homem e a educação, abordados na obra do fundador da UFSM, professor

Mariano da Rocha, *A terra, o homem e a educação: universidade para o desenvolvimento*, serviram como base para o estudo.

No capítulo temático “Terra”, abordou-se os planejamentos, tanto nacional, com a PNDR, quanto regional, apresentando os papéis relevantes dos COREDES no Rio Grande do Sul e local, trazendo como exemplo o CONDESUS, iniciativas importantes que objetivam o desenvolvimento de regiões. Pôde-se abordar também, os Planos Diretores, que tem o intuito de otimizar o bem estar da população e minimizar os impactos no meio ambiente com o crescimento das cidades, nas quais se encontram os *campi,* que são unidades universitárias localizadas nos centros dos municípios, com edificações que se confundem com as construções particulares. Em contraponto, apresentou-se o modelo de cidades universitárias, surgido nos EUA e exportado para diversos países, esse que serviu de molde para a construção da UFSM em Cachoeira do Sul (RS), tendo sido instalado aos arredores da cidade, com território fechado e contendo residência estudantil.

Como é uma instituição federal e possui grande área, a cidade universitária da UFSM em Cachoeira do Sul (RS) tem autonomia, dentro das normas vigentes para construção e meio ambiente, para expandir suas instalações. Porém, como é inserida em uma área ainda considerada rural, suas demandas acarretam impacto em seu entorno, como aumento de movimento de veículos, seja transporte público ou particular, alimentação, saneamento, dentre outros.

Já no segundo capítulo temático “Homem”, abordou-se a idealização e materialização da Nova Universidade, porém, o professor Mariano da Rocha teve auxílio de muitos profissionais que compunham sua equipe, sendo professores, pessoal técnico-administrativo, alunos e também pessoas públicas da época, o que nos leva a pensar que a associação de pessoas, possui grande expressão para os feitos, exemplo disto, foi a criação da ASPES, que auxiliou na fundação da UFSM em Santa Maria (RS). Outra figura de expressão na educação brasileira, foi Rudolph Atcon, que elaborou diversos estudos para o Governo Brasileiro que acabaram auxiliando na Reforma Universitária de 1968.

Em Cachoeira do Sul (RS), a comunidade se mobilizou reivindicando a instalação da instituição na cidade. Tais iniciativas tiveram apoio do poder público, entidades associativas e da comunidade em geral, tendo êxito nas solicitações e o município sendo o escolhido para receber a instituição.

No terceiro capítulo temático “Educação”, demonstrou-se a importância do ensino universitário como formador de profissionais/mão de obra qualificada e produtor de conhecimento para a sociedade, tendo as instituições seu tripé norteador no Ensino, Pesquisa e Extensão. Abordou-se a democratização na gestão das instituições, com a incorporação da participação dos alunos nos órgãos colegiados de gestão e, apresentou-se também, a importância do REUNI para a Educação superior federal, uma vez que houve expansão de universidades, criação de novas instituições e de novos *campi*, um deles sendo o da UFSM em Cachoeira do Sul (RS).

Então, aproveitando a jovialidade da unidade da UFSM em Cachoeira do Sul (RS), seu tamanho ainda modesto e sua situação de implantação, é que se propõe o produto deste trabalho, visando a gestão participativa da instituição e sugerindo alterações no Regimento Interno. A ideia é que a comunidade se envolva da mesma forma como quando conseguiu materializar a instituição na cidade, sendo parte integrante do equipamento, participando de decisões que possam vir a influenciar suas realidades, projetos de pesquisa e extensão bem como possa utilizar os ambientes da instituição para não somente ensino, mas também lazer, atendendo algumas diretrizes, temáticas previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2016 – 2026), como: planejamento e avaliação institucional; governança, controle interno e gestão de riscos; organização administrativa; gestão orçamentária; assistência estudantil; infraestrutura; gestão ambiental; comunicação, acessibilidade; (UFSM, 2021), e mesmo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODSs. Estes, que já são buscados pela UFSM, como por exemplo, o fomento anunciado pela instituição, no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil Reais) por *campus* para ações de extensão alinhadas com as demandas dos COREDES, nos quais seus *campi* são localizados (UFSM, 2021).

No próximo tópico, Metodologia, apresenta-se as ações e os meios utilizados para elaborar a pesquisa, materializando-se assim, o embasamento para a concretização do produto da dissertação.

3 METODOLOGIA

Neste item, serão apresentados os métodos utilizados para a elaboração da pesquisa que embasou o produto deste trabalho. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 83):

> [...] o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 83).

E, para Boeira e Sampaio (2019, p.77), nos procedimentos metodológicos "deve-se mostrar como se realizará a pesquisa, ou seja, que procedimentos metodológicos se pretendem seguir".

Nos próximos itens, serão mostrados os objetos de pesquisa e os procedimentos que foram adotados para atingir os objetivos.

3.1 PESQUISA

Para o trabalho proposto, utilizou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, que para Prodanov e Freitas (2013),

> inicia-se com um problema ou uma lacuna no conhecimento científico, passando pela formulação de hipóteses e por um processo de inferência dedutiva, o qual testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela referida hipótese (PPRODANOV e FREITAS, 2013, p. 32)

Também foi realizada uma pesquisa com procedimentos qualitativos e exploratórios. Para Dias (2000, p. 1), a pesquisa qualitativa caracteriza-se pela "ausência de medidas numéricas e análises estatísticas, examinando aspectos mais profundos e subjetivos do tema em estudo". A exploratória, por sua vez, define-se quando:

> [...] seu objetivo é estimular o próprio pensamento científico, por meio da concepção mais aprofundada de um problema e da geração de novas ideias ou hipóteses a serem testadas em pesquisas futuras (DIAS, 2000, p.2).

Uma vez que o trabalho foi baseado nos temas abordados pelo professor Mariano da Rocha em sua obra *A terra, o homem e a educação: universidade para o desenvolvimento*, com relação ao objeto “terra”, foi realizada uma análise bibliográfica e documental no acervo existente, visou-se páginas dos Governo Federal, o Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul (RS) e o página do Museu Municipal de Cachoeira do Sul (RS), infelizmente em decorrência da pandemia do vírus COVID-19, não se pôde utilizar a biblioteca central da UFSM.

Para Gil (2008, p. 50), a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Para os objetos “o homem” e “a educação”, também foram feitas entrevistas estruturadas, que se caracterizam por “partir de uma relação fixa de perguntas em que não apenas o enunciado e a ordem das perguntas, mas também as alternativas de resposta são definidas previamente” (GIL, 2019, p.128). Um modelo de entrevista (Apêndice B) foi realizado, com a atual e a anterior, direção da unidade da UFSM em Cachoeira do Sul (RS), com o intuito de saber como a gestão era e é feita.

O outro modelo (Apêndice A), sobre as 4 funções urbanas, “habitar”, “produzir”, “circular” e “recrear”, foi aplicado com lideranças da comunidade acadêmica da instituição, Representante Discente do Conselho da instituição, Secretária geral da unidade, Coordenador Administrativo, Secretária de Pesquisa e Extensão, Diretora da Biblioteca, Chefe do Núcleo de Informática, Diretor do Restaurante Universitário, Coordenador Acadêmico, Chefe da Secretaria dos Cursos de Graduação e o Chefe do Gabinete de Projetos. Já as entidades associativas foram, o Presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e Material Elétrico de Cachoeira do Sul (RS), a Presidenta do CDL de Cachoeira do Sul (RS), o Presidente interino do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira do Sul (RS), e o poder público, como a Vice-Prefeita do município. As entrevistas serviram para saber suas percepções acerca do desenvolvimento da cidade de Cachoeira do Sul (RS) após a instalação da instituição bem como seu conhecimento sobre o equipamento, viabilizando assim, um viés descritivo.

Segundo Vergara (2004, p.47) a pesquisa descritiva:

> Expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir

> sua natureza. Não tem compromisso em explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

De acordo com a Resolução 510/16, do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, sendo a pesquisa de opinião geral, não houve necessidade de submetê-la ao Comitê de Ensino e Pesquisa (CEPE) (IMPRENSA NACIONAL, 2016). Logo, de posse de todo material oriundo das entrevistas, fez-se um relatório, que segundo Gil (2019, p. 211), é o documento que esclarece e transmite para os leitores os resultados obtidos na pesquisa, utilizando análise quantitativa e qualitativa, que se caracterizam por:

> A abordagem quantitativa funda-se na frequência de aparição de determinados elementos da mensagem. A abordagem não quantitativa recorre a indicadores não frequentes suscetíveis de permitir inferências (BARDIN, 2011, p. 144).

Após o relatório, elaborou-se o objeto deste trabalho, que é um instrumento de gestão dos aspectos, físicos, bióticos e socioeconômicos da cidade universitária da UFSM em Cachoeira do Sul (RS), por meio de uma Resolução, baseada em semelhante normativa, proposta no âmbito do Projeto de elaboração dos planos Diretores dos *campi* da UFSM e tendo como base a cidade universitária da UFSM em Santa Maria (RS). Esta proposta inclui a criação de uma comissão temporária até a instituição possuir Plano Diretor para a cidade universitária em Cachoeira do Sul, há também, uma proposta de Orçamento Participativo, ou seja, um percentual dos recursos da instituição para que as comunidades interna/externa, elenquem prioridades, em termos de melhorias para o espaço físico. Ambas as propostas, contemplam a participação não só da comunidade acadêmica como, também, externa.

4 RESULTADOS

4.1 ANÁLISE QUALITATIVA

Nesta seção, serão descritos os resultados obtidos pela coleta de dados efetivadas através da realização dos dois modelos de entrevistas, tendo como amostra 17 pessoas, sendo elas a atual e anterior direção da unidade da UFSM em Cachoeira do Sul (RS), lideranças da comunidade acadêmica e administrativa da instituição, entidades associativas, como os presidentes dos sindicatos das Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e Material Elétrico de Cachoeira do Sul (RS), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira do Sul (RS), bem como a Presidenta do CDL Cachoeira do Sul (RS), e, a Vice-Prefeita do município. As entrevistas foram conduzidas via plataforma *Google Meet*, pois em decorrência da pandemia de COVID-19, há a necessidade de distanciamento social e boa parte dos entrevistados encontram-se em *homeoffice*, ainda, alguns possuem suas residências em outras cidades.

Após a transcrição das entrevistas, as respostas para cada pergunta foram agrupadas em um único arquivo para melhor visualização e interpretação, podendo-se assim, gerar o relatório. Nos quadros abaixo, foram colocadas partes das entrevistas que melhor expressam a ideia geral para cada ponto e para ilustrar as conclusões.

Dentro das categorias a priori, que seriam “habitar”, “produzir”, “circular” e “recrear”, foram feitas perguntas relacionadas, que serão a base para as conclusões.

4.1.1 “Habitar”

Quadro 3 – Percepção dos entrevistados sobre a função urbana “habitar”

Perguntas	Respostas
Pergunta a	Eu percebo que tem vários empreendimentos no município, estão investindo nessa área, quando eu vim para cá, foi muito difícil de conseguir um imóvel para alugar e eu percebo muitas construções, então, acredito que impactou significativamente.
Pergunta b	Sim, os valores aumentaram, tanto de aluguel quanto para compra.

Pergunta c	Acredito que não se teve este tipo de investimento, Cachoeira tem as forças de segurança, não mudou muita coisa depois do *campus*, apenas absorveu essa quantidade de pessoas diferentes.
Pergunta d	Esse ano com a pandemia acho que deu uma elevada, mas antes, até 2016 por aí, acho que vinha em uma normalidade, acompanhando a inflação, mais ou menos. Mas acho que não tem influência nenhuma da UFSM.

Fonte: Próprio autor (2021)

Dos 17 entrevistados, 13, acreditam que houve uma expansão no setor imobiliário de Cachoeira do Sul (RS), após o ano de 2014, ano de implantação da unidade da UFSM no município, acreditam também que os custos dos imóveis, tanto para compra, venda ou aluguel tiveram reajustes significativos desde o ano citado, e que a instituição teve influência direta em tais acontecimentos. Já em relação a segurança (violência e criminalidade) na cidade para se morar, não foi considerado que houve uma melhora, já os custos de alimentação tiveram alteração, tendo esta parte maior impacto no orçamento doméstico no decorrer dos anos, porém, sendo uma situação econômica nacional, não sendo provocada pela presença da instituição na cidade.

4.1.2 “Produzir”

Quadro 4 – Percepção dos entrevistados sobre a função urbana “produzir”

Perguntas	Respostas
Pergunta a	Acredito que tenha aumentado. Só não sei se pela instalação da UFSM na cidade ou por ela ser uma referência em saúde para a região.
Pergunta b	Eu acho, sinceramente, que não, não vi crescimento das Indústrias daqui de maneira tão expressiva.
Pergunta c	Olha, acredito que Ingresso de redes de supermercados, o que mais, teve algumas lojas, sorveterias, teve uma franquia que abriu agora a pouco ali na Júlio, tiveram também os transportes por aplicativos, são os que me vem na cabeça

	agora.
Pergunta d	Acho que não, acho que ela já vinha tendo esse crescimento.

Fonte: Próprio autor (2021)

Na função urbana “produzir”, houve consenso das respostas dos entrevistados em que os serviços de saúde, ofertados na cidade, tiveram crescimento. Porém, alguns creem que tal melhora se dá pela vontade de que os profissionais possuem de ficar em Cachoeira do Sul (RS) e não por uma maior demanda promovida pelos servidores e alunos da UFSM.

Com relação as indústrias, não foi expressado visualização de incremento de oferta de empregos bem como expansão das instalações. Porém, 10 dos 17 entrevistados, a maioria, acreditam que novos serviços e produtos foram ofertados desde o ano de 2014, tendo boa relação com a chegada da UFSM na cidade. Já no setor agropecuário, os entrevistados acreditam que, ou não se teve mudanças (aumento ou diminuição) no setor, ou não foram expressivas, somente acompanharam o desempenho do mercado.

4.1.3 “Circular”

Quadro 5 – Percepção dos entrevistados quanto a função urbana “circular”

Perguntas	Respostas
Pergunta a	Eu nunca andei de ônibus em Cachoeira do Sul (RS), mas não porque eu acho que é um transporte ruim, eu acho que a oferta que é muito ruim em Cachoeira do Sul (RS).
Pergunta b	Taxis acredito que não, mas o surgimento dos aplicativos não tem muito tempo, então, acredito que aumentou.
Pergunta c	Acredito que sim. A UFSM tem o Curso de Transportes e Logística que auxiliou na implantação da rotatória nas 5 esquinas, melhorou significativamente o fluxo, pelo menos naquele trecho ali.
Pergunta d	Eu acho que diminuiu, para ser sincero, há 1 ou 2 estacionamentos privados e as ruas estão sempre cheias de carros.

Fonte: Próprio autor (2021)

Com relação a função urbana “circular”, os respondentes possuem a opinião de que o transporte público (ônibus) em Cachoeira do Sul (RS) não possui um bom serviço ofertado, tendo poucos ônibus em trânsito, bem como em más condições de conservação. O que se opõe a opinião sobre os aplicativos de mobilidade na cidade: dizem-se satisfeitos pois há uma boa oferta na quantidade e na qualidade dos serviços, já os táxis, acreditam que continuam sem alteração.

Com relação ao trânsito, acreditam que ainda possui sérias dificuldades, porém, a prefeitura municipal acolhe ideias e projetos da UFSM para que se possa ter melhor fluxo nas ruas, como é mostrado na figura número 42, onde, professores e alunos reuniram-se com lideranças do executivo municipal para discutir propostas de mobilidade.

Figura 42 – Prefeitura usará estudo da UFSM para mudanças nas Cinco Esquinas

Fonte: O Correio (2019)

Em termos de estacionamentos, os entrevistados acreditam que há um maior número de veículos transitando pela cidade, e a percepção é de que o número de vagas para se estacionar nas ruas continuar o mesmo, proporcionando um trânsito com dificuldades.

4.1.4 “Recrear”

Quadro 6 – Percepção dos entrevistados quanto a função urbana “recrear”

Perguntas	Respostas
Pergunta a	Não vejo nenhuma alteração, acho que são os mesmos.
Pergunta b	Acredito que tenha acompanhado a universidade, né, quando eu cheguei em Cachoeira, tinha um local, assim, para gente confraternizar, hoje já tem vários. Então, acredito que houve um aumento sim.
Pergunta c	Sim, já conheço.
Pergunta d	Eu gostaria muito, tenho esse sonho, e que lá se torna um espaço de lazer no futuro.
Pergunta e	Olha, seria bom ter bancos, pista de corrida, quem sabe um campo de futebol, aquelas quentinhas com água para o chimarrão
Pergunta f	Critica, só com relação a demora, são quatro engenharias em uma arquitetura, então, a gente “vive” do laboratório, né. Hoje, eu sei que a gente perde para Santa Maria (RS), e por falta de recursos, às vezes por burocracia, então, é uma reclamação que eu deixo aqui com relação aos laboratórios. Ah, e também tem o restaurante, que a gente ainda não tem.

Fonte: Próprio autor (2021)

Quanto a função urbana “recrear”, os entrevistados acreditam que os locais públicos para lazer, como praças, continuam em igual número, porém, havendo melhorias. Já os locais privados de lazer, como bares e restaurantes, acompanharam a maior demanda proporcionada pela UFSM, tendo maior oferta de estabelecimentos.

Todos os respondentes já conhecem a cidade universitária da UFSM em Cachoeira do Sul (RS) e pretendem, quando for ofertado, utilizá-lo para lazer. As sugestões mais recorrentes para o que a UFSM pode ter de lazer, são áreas verdes, bancos, pista de caminhada e quadras para esportes.

Com relação à estrutura, os entrevistados sabem da dificuldade de recursos que a instituição enfrenta, sentem-se orgulhosos pelo que a unidade da UFSM em Cachoeira do Sul (RS) já conquistou e torcem para que ele consiga terminar suas obras e proporcionar à comunidade acadêmica estrutura compatível com a reputação da instituição.

Finalizando, os entrevistados acompanharam a instalação do da instituição na cidade de Cachoeira do Sul (RS) basicamente pela mídia, ficando satisfeitos total ou em parte com os desdobramentos. Acreditam também, que a instituição deve acolher a opinião da população e da sociedade organizada em suas decisões, pelo menos nas que dizem respeito não somente à instituição.

Logo, partindo das informações obtidas nas entrevistas, é que se sugeriu no produto a criação da Comissão Provisória de Gestão Territorial – CPGET, tendo direito a voto e sendo composta pelos gestores da comunidade acadêmica do *campus,* pois estes possuem maior vivência do cotidiano da instituição e participam, porém, não possuem direito a voto, no Conselho do Campus, bem como representantes da sociedade externa, como exemplo, o Poder Público Municipal, uma vez que respondem à gestão da cidade de Cachoeira do Sul (RS), a 24ª Coordenadoria Regional de Educação – CRE, pois a UFSM é uma instituição de ensino e um Conselho profissional, uma vez que são formados profissionais para o mercado de trabalho.

Tais representantes, são sugeridos uma vez que estão inseridos tanto na realidade da cidade de Cachoeira do Sul (RS) quanto da UFSM – CS.

> A ideia de democratização social da universidade, confunde-se com a responsabilidade social da universidade, pois o que está em causa é a criação de um vínculo político orgânico entre a universidade e a sociedade que ponha fim ao isolamento da universidade que nos últimos anos se tornou anátema, considerando manifestação de elitismo, de corporativismo, de encerramento na torre de marfim, etc (SANTOS, 2005, p. 100).

Então, esta conjugação de esforços da UFSM com os atores sociais locais, poderá maximizar os benefícios que a implantação de um equipamento da espécie normalmente proporciona, inclusive à escala regional, e minimizar os impactos negativos que a instalação de uma cidade universitária possa vir a provocar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação superior brasileira, em tempos não muito distantes, ainda era concentrada em classes mais privilegiadas da sociedade ou para os habitantes das regiões litorâneas, estas, onde se encontravam as universidades. No ano de 1960, tal realidade começou a mudar com a interiorização do ensino superior na criação da Universidade Federal de Santa Maria na cidade de Santa Maria (RS), pelo professor Mariano da Rocha, sua equipe e a entidade associativa ASPES.

Criada sob a forma de cidade universitária, a UFSM contemplava todos os aspectos da jornada acadêmica de seus alunos, fornecendo-lhes alojamentos, espaços de lazer, instalações adequadas de ensino, território fechado e seguro dentre outros fatores. Sua expansão não se limitou à cidade de Santa Maria (RS), hoje, possui 3 outros *campi* ativos, na cidade de Frederico Westphalen (RS), Palmeira das missões (RS) e Cachoeira do Sul (RS). Esta, sediando a instalação alvo dessa pesquisa.

No ano de 2013, iniciaram-se as tratativas para a escolha da cidade que iria sediar a instalação que hoje localiza-se em Cachoeira do Sul (RS). Devido à grande mobilização da população e de entidades públicas e privadas, o município foi escolhido. Contando com ajuda dos Poderes Legislativo e Executivo municipais, o *campus* atualmente já atua em suas instalações próprias. Sendo assim, este trabalho teve como objetivo geral propor instrumento de gestão do espaço físico do *campus* da UFSM em Cachoeira do Sul (RS), por meio de Resolução que contemple a participação não só da comunidade acadêmica como, também, externa, qual seja, a comunidade cachoeirense, composta pelo Poder Público, Sociedade Civil e iniciativa privada, tanto do entorno do *campus* como da região em que a cidade de Cachoeira do Sul (RS) está inserida.

Para tal, a pesquisa foi baseada na obra do professor Mariano da Rocha Filho, *A terra, o homem e a educação: universidade para o desenvolvimento*. Além das pesquisas bibliográfica e documental que contemplaram os capítulos temáticos terra, homem, educação e as cidades universitárias, fez-se entrevistas estruturadas com entidades associativas, Poder Público municipal e representantes da comunidade acadêmica do *campus* com alvo nas 4 funções urbanas, “habitar”, “produzir”, “circular” e “recrear”.

Segundo as entrevistas, do ano de 2014, ano de instalação da cidade universitária em Cachoeira do Sul (RS), até o presente, houve significativa expansão dos empreendimentos imobiliários na cidade, tendo estes, aumento em seus custos, tanto para compra como para aluguel. Também foram expressadas opiniões de que novos produtos e serviços foram ofertados desde do ano em questão.

Pôde-se notar também, que já há boa interação da instituição com a comunidade cachoeirense, diversos trabalhos de extensão estão facilitando a mobilidade urbana, porém a estrutura da cidade encontra-se precária, necessitando de maiores investimentos.

Houve também consenso de que a instalação da instituição promoveu certa demanda de espaços de lazer, tanto públicos quanto privados, bares, restaurantes, quadras de esportes, melhorias de praças, são notados incrementos. E, que a participação dos agentes envolvidos, tanto internos quanto externos, possuiria especial importância, seja no ensino, na pesquisa, na extensão ou na gestão participativa, “atribuindo às universidades uma participação activa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural” (SANTOS, 2005, p. 73).

No geral, notou-se entusiasmo por parte dos entrevistados, sejam nativos da cidade, ou não, estão deveras contentes com a chegada da UFSM na cidade e a prosperidade que já se notou. Sabem que a instituição sofre com dificuldades financeiras, porém, torcem para que a cidade universitária consiga terminar suas obras e torne-se um espaço não somente de ensino, mas também de cultura e lazer.

Tanto a pesquisa via entrevistas, documental e bibliográfica, serviram para identificar os pontos fortes e fracos detectados, seja na cidade de Cachoeira do Sul (RS) ou na cidade universitária da UFSM nesta, especialmente as entrevistas com os gestores, no que tange aos dispositivos previstos na nova redação da Resolução, em termos de Planejamento e Gestão, como se pode ver no Apêndice A.

Já quanto às quatro funções urbanas (habitar, produzir, recrear e circular), as respostas dos entrevistados serviram para que se pudesse, ao relacioná-las às percepções e demandas quanto à cidade universitária da UFSM, no município, posto que, mesmo em se tratando de uma estrutura nos moldes dos *campi* norte-americanos - afastados dos centros urbanos - com o *Cordobazo* (1918), cujas demandas foram reforçadas com os movimentos de maio de 1968, que se refletiram

no Brasil na Reforma Universitária deste mesmo ano, o espírito que passa a dominar estes espaços têm caráter popular.

Observe-se que, salvo as funções “habitar” (edificações e redes de infraestrutura urbana), “recrear” (sistema físico-ambiental) e “circular” (sistema relacional), cujas diretrizes se encontram expostas de maneira objetiva na proposta de alteração da Resolução que instituiu o Regimento Interno da UFSM em Cachoeira do Sul (RS), “produzir”, neste contexto, está relacionado à educação, cujos projetos os quais devem estar em consonância com os desejos e necessidades da população local e regional, pois a Universidade – lembre-se – mais que apenas formar profissionais para a sociedade (aspecto explorado nas entrevistas com os gestores), destina-se à produzir conhecimento, no caso Pesquisa e ações de Extensão junto à comunidade, aspectos explicitados no artigo 9º da proposta.

Os entrevistados – comunidade externa e interna (acadêmica), anseiam por locais adequados para suas atividades de recreação, seguros e estruturados, com boas acessibilidade e mobilidade, para circulação, aspectos estes que qualificam o espaço em que se situa não só as moradias estudantis (habitação), como, também, em escala mais alargada, aquelas dos usuários do entorno da cidade universitária, como é o caso dos proprietários/arrendatários dos imóveis a ela adjacentes, ou seja, a nova Resolução, sugere suprir tais necessidades, porém, em relação a cidade universitária da UFSM em Cachoeira do Sul (RS), levando-se em conta o que dispõe o próprio Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/01), ao determinar, em seu artigo 2º, IV, que:

> Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:
> .....
> IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente; (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2001).

Logo, acredita-se que a metodologia utilizada foi acertada, conseguiu-se executar uma boa pesquisa e assim atingir tanto os objetivos geral e específicos. Com toda a pesquisa executada, pôde-se embasar para poder criar a Resolução e assim tentar auxiliar a gestão do espaço da cidade universitária da UFSM na cidade

de Cachoeira do Sul (RS), promovendo a interação da comunidade interna e externa com a instituição. Tal produto, pode ser utilizado pela unidade como uma nova Resolução, porém, teria de ser submetido às instâncias superiores da instituição, ou, servir de base para alterações no Regimento Interno da unidade, uma vez que este, contempla somente os aspectos administrativos e acadêmicos.

REFERÊNCIAS

Abreu Júnior, Nelson. **UNIVERSIDADE MULTICAMPI E SUA GESTÃO ACADÊMICA: o caso da Universidade Estadual de goiás**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, 2017.

Acervo arquivístico da Universidade Federal de Santa Maria**. Associação Santa-mariense Pró – Ensino Superior (ASPES)**. Disponível em: <http://fonte.ufsm.br/index.php/associacao-santamariense-pro-ensino-superior-aspes>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2020.

AGÊNCIA BRASIL. **UFRJ: maior universidade do Brasil completa 100 anos**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-09/ufrj-maior-universidade-do-brasil-completa-100-anos>. Acesso em: 27 de abril de 2021.

AMPARO, P. Pitanga do. **Os desafios a uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil**. INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 15, n. 1, p. 175-192, jan./jun. 2014.

ANDION, Carolina. **Por uma nova interpretação nas mudanças de paradigma na administração pública**. Cad. EBAPE.BR, v. 10, nº 1, artigo 1, Rio de Janeiro, Mar. 2012.

APUFSC – Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina. **Estudantes da UFSM injetam mais de R$ 8 mi anuais na economia do município**. Disponível em: < https://www.apufsc.org.br/2019/09/27/estudantes-da-ufsm-injetam-mais-de-r-8-mi-anuais-na-economia-de-municipio/>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

ARRUSSUL, Luciano Godoy. **ARQUITETURA/ URBANISMO/ EDUCAÇÃO: O campus da Universidade Federal de Santa Maria**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Florianópolis: UFSC/FAU/PPGAU-CIDADE, 2009.

ATCON, Rudolph P. **Rumo a Reforma Estrutural da Universidade Brasileira**. Editora. MEC – Diretoria de Ensino Superior. Rio de Janeiro, 1966.

Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. **Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDEs**. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes>. Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

_____. **Manual sobre o Planejamento Integral do Campus Universitário**. 1970.

BANDEIRA, P. S.. **As Mesorregiões no Contexto da Nova Política Federal de Desenvolvimento Regional: Considerações Sobre Aspectos Institucionais e Organizacionais**. In: Ministério da Integração Nacional. (Org.). PROJETO DIRETRIZES PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2004, v., p. -.

BANDEIRA, M. Dias; ZUANAZZI, P. Tonon; AGRANONIK, Marilyn; SOUZA, V. Rauber e. **Uma análise de fluxo migratório no R Uma análise de fluxo migratório no Rio Grande do Sul e suas mesorregiões**. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 115-134, 2014.

BARDIN, L.. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edição 70, 2010. 225 p.

BOEIRA, M. R. Bel; SAMPAIO, R. de Lima Vaz. **Passo a Passo: Metodologia da Pesquisa e da Produção Científica.** Sociendade Brasileira de Neurometria Funcional. São Paulo, 2019.

BOSCHETTI, Vania Regina. Plano Atcon e Comissão Meira Mattos: **Construção do Ideário da universidade do pós – 64**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.27, p.221 –229, set. 2007.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável.** Projeto de cooperação técnica INCRA/IICA. Brasília, junho de 1999.

BUFFA, Ester; PINTO, G. de Almeida. **O território da Universidade Brasileira: O modelo de campus**. Revista Brasileira de Educação v. 21 n. 67 out.-dez. 2016.

CARDOSO, Edmundo (coord.). **USM: a nova universidade**. Santa Maria: Associação Santamariense Pró Ensino Superior, 1962.

CARGNIN, Antonio Paulo. **Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais** / Antonio Paulo Cargnin. -- 1. ed. – Brasília, DF : Ministério da Integração Nacional, 2014.

CEESP – Centro de Excelência em Energia e Sistemas de Potência. UFSM. Disponível em: <http://ceesp.ufsm.br/index.php/29-home/82-ufsm>. Acesso em: 11 de maio de 2021.

CHEGOU a ULBRA. **Jornal do Povo**, Cachoeira do Sul, 30 de maio de 1996. n. 230.

COLLAZIOL, Adi. **Transporte hidroviário no Rio Grande do Sul**. 2003. 84 p. Especialização (Especialização em Gestão Pública) - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. 2003.

CONDESUS Quarta Colônia. **Histórico**. Disponível em: <http://www.condesusquartacolonia.com.br/quem-somos/historico>. Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF. **CONIF divulga selo comemorativo dos 10 anos dos Institutos Federais**. Disponível em: <http://portal.conif.org.br/br/component/content/article/84-ultimas-noticias/1794-conif-divulga-selo-comemorativo-dos-10-anos-dos-institutos-federais#:~:text=Atualmente%2C%20s%C3%A3o%20644%20campi%20espalhados,

entre%20professores%20e%20t%C3%A9cnico%2Dadministrativos.>. Acesso em: 06 de setembro de 2020.

CONSTANTE, S. Elizabete. **Narrativa jornalística e memória institucional: A Universidade de Santa Maria no jornal A Razão**. Tese de Doutorado (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal de Santa Maria, 2018.

COSTA, F. Lustosa da. **Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas.** RAP — RIO DE JANEIRO 42(5):829-74, SET/OUT. 2008.

CPERS – Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul. **PEC da morte é promulgada pelo Congresso Nacional e vira lei**. Disponível em: <https://cpers.com.br/pec-da-morte-e-promulgada-pelo-congresso-nacional-e-vira-lei/>. Acesso em: 04 de maio de 2021.

CSCAD – Coordenadoria Administrativa do Campus da UFSM em Cachoeira do Sul (RS). **Dados de custeio e investimentos**. Cachoeira do Sul, 2021.

CUNHA, T. ULBRA dá início à encampação da UNIVALE. **Jornal do Povo**, Cachoeira do Sul, 29 de junho de 1996. p. 14.

Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. **Institui a política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e dá outras providências**. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6047.htm.
Diário Oficial da União – DOU. **Edição Extra**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12050-031212-link-lei12734&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 24 de janeiro de 2020.

Deputado João Calmon amanhã em Cachoeira do Sul dará a aula inaugural das faculdades. **Jornal do Povo**, Cachoeira do Sul, 3 de abril de 1996.

DIAS, C. Augusto. **GRUPO FOCAL: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas**. Universidade de Brasília, 2000.

Diretrizes Gerais. **Plano de Desenvolvimento da Educação - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Ministério da Educação**. Agosto de 2007.

Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. **Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir, o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências**. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm

DUARTE, Maria Izabel Mariano da Rocha. **José Mariano da Rocha Filho: Fotobiografia**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2014.

FÁVERO, M. L. A. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR.

Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS. **Sistema hidroviário do Rio Grande do Sul, sua importância para o setor agrícola**. Disponível em: <http://www.famurs.com.br/wp-content/uploads/2019/11/5_Fabio-Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Famurs-Hidrovias-RS.pdf>. Acesso em: 16 de janeiro de 2021.

FERREIRA, A. SANTOS, E. A. **Expansão da universidade pública e seu impacto na economia local: microevidências da ampliação dos campi da UFF em Volta Redonda.** G&DR • v. 14, n. 1, p. 86-109, jan-abr/2018, Taubaté, SP, Brasil.

FERREIRA, Henrique Villa da Costa; MOREIRA, Marcelo. Programas de mesorregiões diferenciadas: subsídios à discussão sobre a institucionalização dos programas regionais no contexto da PNDR. In: DINIZ, Clélio ampolina, (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil**. Brasília, Editora da Universidade, 2007. p.353-379.

Foi fundada a Sociedade Cachoeirense Pró Ensino Superior. **Jornal do Povo**, Cachoeira do Sul, 15 de novembro de 1958. N. 118.

FRANZON, Sadi. **Os acordos MEC – USAID e a Reforma Universitária de 1968 – As garras da águia na legislação de ensino brasileira**. XII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. PUCPR, 2015.

Fundação de Economia e Estatística – FEE. **Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES)**. Disponível em: <http://feedados.fee.tche.br/feedados/#!home/unidadesgeograficas/coredes>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2020.

Fundação Getúlio Vargas – FGV. **O AI-5**. Disponível em: < https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em: 06 de setembro de 2020.

Ministério da educação – MEC. **Criação de universidades – Linha do tempo**. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/linhatempo-ifes.pdf>. Acesso em: 18 de agosto de 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

Google Maps. **Cidade de Santa Maria**. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-29.7020101,-53.7692538,6477m/data=!3m1!1e3>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2020.

Google Maps. **Distância entre Santa Maria, Frederico Westphalen, Palmeira das Missões e Cachoeira do Sul**. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2020.

Google Maps. **Mapa de Cachoeira do Sul (RS) com o terminal rodo-hidro-ferroviário**. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-30.038693,-52.8814816,3838m/data=!3m1!1e3>. Acesso em: 16 de janeiro de 2021.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. I Conferência Estadual de Desenvolvimento Regional**. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134038-20130730160457jorge-alberto-duarte-grill.pdf>. Acesso em: 31 de março de 2021.

Imply – **Volta às aulas: Imply Saúde auxilia na retomada das aulas práticas na Unisc**. Disponível em: <https://www.imply.com/pt/volta-as-aulas-tecnologia-auxilia-na-retomada-gradativa-das-aulas-praticas-na-unisc/>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

IMPRENSA NACIONAL. Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22917581>. Acesso em: 28 de julho de 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Índice de Desenvolvimento Humano de Cachoeira do Sul**. Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cachoeira-do-sul/pesquisa/37/30255>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Cidades – Cachoeira do Sul**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cachoeira-do-sul/pesquisa/38/46996?ano=2014&tipo=grafico&indicador=46997>. Acesso em: 30 de março de 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cachoeira-do-sul/pesquisa/38/0?indicador=46997> Acesso em: 20 de agosto de 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Cachoeira do Sul. História**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cachoeira-do-sul/historico> Acesso em: 15 de agosto de 2020.

ISAIA, Luiz Gonzaga. UFSM – **Memórias**. Editora Palloti. Santa Maria, 2006.

Jornal Minuano. **Prazo para inscrição no vestibular da Urbamp encerra hoje**. Disponível em: <https://www.jornalminuano.com.br/noticia/2019/12/06/prazo-para-inscricao-no-vestibular-da-urcamp-encerra-hoje>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

JOSÉ MARIANO DA ROCHA FILHO. **USM: a nova universidade**. 2. ed. – Santa Maria: Ed. da UFSM, 2011.

JUSBRASIL. Art. 1 **Política Nacional de Desenvolvimento Regional - Decreto 6047/07**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10851268/artigo-1-do-decreto-n-6047-de-22-de-fevereiro-de-2007>. Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

KALIL, Rosa Maria Locatelli. **Planejamento urbano e regional : conceitos, processos e metodologias** / Rosa Maria Locatelli Kalil, Adriana Gelpi. – Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2019.

LACERDA, Norma. **O campo do planejamento urbano e regional: da multidisciplinaridade à transdisciplinaridade. R. B. Estudos Urbanos e regionais**. V.15, N.1, p.77-93, / MAIO 2013.

MACEDO, Fernando Cesar de; PORTO, Leonardo Rodrigues. **Proposta de atualização das tipologias da PNDR: Nota metodológica e mapas de referência**. IPEA. Brasília, setembro de 2018.
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** Editora Atlas S. A. 5ª Edição. São Paulo, 2003.

MARE. (Ministério da Administração e Reforma do Estado). **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Brasília: Presidência da República, Imprensa Oficial, 1995.

MARIANO DA ROCHA FILHO, José**. A terra, o homem e a educação: universidade para o desenvolvimento**. Santa Maria: Editora Pallotti, 1993.

MARIANO DA ROCHA FILHO, José. **USM, A Nova Universidade**. Porto Alegre, ASPES-Globo, 1962.

MARTINS, Carlos Benedito. **A reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado n Brasil**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

Ministério da educação – MEC. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Seção que pactua a educação como direito de todos**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_const.pdf>. Acesso em: 14 de agosto de 2020.

Ministério da Educação – MEC. **Secretaria de Educação Superior**. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/sesu>. Acesso em 24 de janeiro de 2020.

Ministério da Educação – MEC. **Sistema de Seleção Integrado – SISU. O que é?**. Disponível em: <https://sisu.mec.gov.br/#/>. Acesso em 07 de março de 2020.

Ministério da Educação – MEC. **Ministro reitera a importância do pré-sal para a educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34096>. Acesso em: 24 de janeiro de 2020.

Ministério da Educação – MEC. **Instituições da Rede Federal**. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em: 06 de setembro de 2020.

Ministério da Educação – MEC. **Criação de universidades. Linha do tempo**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/linhatempo-ifes.pdf>. Acesso em: 08 de janeiro de 2021.

MUSEU MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL. **Histórico do Município**. Disponível em: <http://www.museucachoeira.com.br/index.php?area=municipio&id=2> Acesso em: 06 de Outubro de 2019.

NETO, José Alves de Freitas. **A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana**. Revista ensino superior Unicamp. 2004, p. 62 – 70.

NERU/FEE - NÚCLEO DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS/FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Mapas**. Disponível em: <http://mapas.fee.tche.br/microrregioes-geograficas-ibge-rio-grande-do-sul-2009.html>. Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

O Correio. **Prefeitura usará estudo da UFSM para mudanças nas cinco esquinas**. Disponível em: <https://ocorreio.com.br/prefeitura-usara-estudo-da-ufsm-para-mudancas-na-cinco-esquinas/>. Acesso em: 28 de julho de 2021.

Observatório Juventude C & T – FIOCRUZ. **O que é planejamento Urbano e Regional?**. Disponível em: <http://www.juventudect.fiocruz.br/categoria-ciencia/ciencias-sociais-aplicadas/planejamento-urbano-e-regional>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2020.

OLIVEN, A. C. **História da educação superior no Brasil**. In: SOARES, M. S. A (Org.). A educação superior no Brasil. Porto Alegre: Unesco, 2002. p. 31-42.

PEREIRA, Fúlvio Teixeira de Barros**. Exporting progress: os norte-americanos e o planejamento do campus no Brasil**. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo). Innstituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Carlos, 2017.

PEREIRA, Claudemir. **Rejeitada a ideia da UFSM para campus de Silveira Martins**. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/midia/?p=29803>. Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

PLANETÁRIA – Revista da Associação Brasileira de Planetários. **O admirável Spacemaster**. Equinócio de Outono - 2016. Ed. Nº 9.

Portal brasileiro de dados. **Mesorregiões (2ª Edição)**. Disponível em: <https://dados.gov.br/sr/dataset/mapas-de-caracterizacao-territorial/resource/f9f4657f-e0da-47ae-8f02-5a5fff55109e?inner_span=True>. Acesso em: 01 de abril de 2021.

PORTO, L.; MACEDO, F. Cezar. **Atualizando as Tipologias da Política Nacional de desenvolvimento Regional – PNDR**. VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/16685/4325>. Acesso em: 31 de março de 2021.

Prefeitura de santa Maria. **Breve histórico da instituição**. Disponível em: <http://www.santamaria.rs.gov.br/images/campanhas/152anos/ufsm_historico.pdf>. Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

Presidência da República. LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 11 de novembro de 2021.

Presidência da República. **LEI Nº 13.089, DE 12 DE JANEIRO DE 2015**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm**>.** Acesso em: 01 de abril de 2021.

Presidência da república. **Decreto institui nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional.** Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2019/05/decreto-institui-nova-politica-nacional-de-desenvolvimento-regional>. Acesso em: 18 de setembro de 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de Freitas. **Metodologia do trabalho Científico (recurso eletrônico):** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. **Quantitativo de servidores no *campus* da UFSM em Cachoeira do Sul (RS)**. SIE. Cachoeira do Sul, RS, 2021.

PROJETO INSTITUCIONAL. **Precificação para pactuação do campus da UFSM em Cachoeira do Sul**. Ministério da Educação. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria – RS, 2021.

PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento. **Organogramas**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/organogramas/>. Acesso em: 28 de setembro de 2021.

QUEIROZ, Andréa Cristina de B.; OLIVEIRA, José Barbosa de. **Universidade e lugares de memória II**. – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2009.

RAINHA, A. P. P. C. **O discurso crítico da cidade moderna: os anos 60 e 70: uma análise histórica e documental**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Portucalense, Portugal.

Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **O que é o REUNI.** Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni> Acesso em: 07 de outubro de 2018.

REGO, M. C., CALEIRO, A. **Em torno do contributo das instituições de ensino superior para a dinâmica regional de crescimento económico**. Revista Desenvolvimento Regional em Debate, v.2, n. 2, p. 124-138, 2012.

REIS, Bispo Dom Antonio. A Universidade para S. Maria tem o vulto da fundação de uma nova cidade. **A Razão**, N. 73, Santa Maria, 21 fev. 1960, p. 3.

RELATÓRIO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS. **Projeto de elaboração dos planos diretores de desenvolvimento físico – territorial dos *campi* da UFSM**. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2009.

REVISTA ENSINO SUPERIOR. **A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto**. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/a-reforma-universitaria-de-cordoba-1918-um-manifesto>. Acesso em: 27 de abril de 2021.

ROCHA FILHO, José Mariano da, 1915-1998**. USM a nova universidade**. 2. Ed. – Santa Maria: ed. Da UFSM, 2011.

ROCHA FILHO, José Mariano da. **Universidade para o desenvolvimento**. Áreas (distritos) geo-educacionais. Santa Maria: Imprensa Universitária, 1973.

ROSSATO, Ricardo. **Universidade: nove séculos de história**. 2 ed. Ver. E ampl. – Passo Fundo: UPF, 2005.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Angela Loulin S. Penalva. **Planejamento urbano: para quê e para quem?**. Revista de Direito da Cidade, vol.01, nº01. ISSN 2317-7721 p. 51-94, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade** / Boaventura de Souza santos. – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2005 (Coleção questões da nossa época; v. 120).

SASHIDA, A. **Como os impostos afetam o crescimento econômico?**. Brasil: Economia e Governo, 2011.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. **O plano piloto do campus da Universidade Federal de Santa Maria, RS**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UNB. 2016

Secretaria de Apoio Internacional da UFSM**. Intercâmbio AUGM**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/orgaos-de-apoio/sai/mobilidades-augm/>. Acesso em: 07 de março de 2020.

Secretaria de Governança e Gestão Estratégica do Estado do Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento regional – COREDES**. Disponível em: <https://governanca.rs.gov.br/28-regioes>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2020.

SENADO FEDERAL. **Atividade Legislativa**. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_03.07.2019/art_182_.asp>. Acesso em: 01 de abril de 2021.

SENADO FEDERAL. **Estatuto da Cidade**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf>. Acesso em: 01 de abril de 2021.

SETREM – Sociedade Educacional Três de Maio. **Graduação**. Disponível em: <https://graduacao.setrem.com.br/>. Acesso em: 27 de julho de 2021.

SETREM – Sociedade Educacional Três de Maio. **Pelo sexto ano consecutivo, Setrem é a melhor faculdade da região Fronteira Noroeste**. Disponível em: <https://graduacao.setrem.com.br/noticia/5970/8/pelo-sexto-ano-consecutivo-setrem-e-a-melhor-faculdade-da-regiao-fronteira-noroeste>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

SIEDENBERG, D. R.; THAINES, A. H.; BAGGIO, D. K. **Desenvolvimento regional sob a ótica do reconhecimento da indicação geográfica: o caso do vale dos vinhedos a partir da percepção dos atores sociais.** Gestão & Regionalidade – V. 33, n. 99, set/dez. 2017.

SILVEIRA, Marcelo C. da. Projetor de estrelas **Spacemaster: elementos para sua preservação e musealização**. UNIRIO / MAST - RJ, março de 2019.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: Uma revisão da literatura. Sociologias.** Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, GABRIELLA INHAN DE. **Rudolph Atcon, entre o educacional e o urbanístico na definição de diretrizes para *campi* universitários no Brasil**. Dissertação (Mestrado em ambiente Construído, Área de Concentração em Projeto). Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Juiz de Fora, 2015.

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. **Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil**. Educação Pública, v. 19, nº 5, 12 de março de 2019.

SPONCHIADO, B. A. **As concepções de "Nova Universidade" e "Multiversidade" de José Mariano da Rocha Filho: Modernização Conservadora**. Rev. Inter. Educ. Sup. Campinas, SP. V. 3, n. 1, p. 6 – 26, jan./abr. 2017.

Sul21. **Cachoeira do Sul se mobiliza por campus da UFSM na cidade.** Disponível:<https://www.sul21.com.br/noticias/2011/07/cachoeira-do-sul-se-mobiliza-por-campus-da-ufsm-na-cidade/>. Acesso em: 15 de agosto de 2020.

Super Interessante. **O que foi o Movimento de maio de 68 na França?**. Disponível em: < https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-foi-o-movimento-de-maio-de-68-na-franca/>. Acesso em: 06 de setembro de 2020.

TEIXEIRA, E. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Políticas Públicas – O Papel das Políticas Públicas. AATR – BA, 2002.

Tischer, Wellington; Rocha, Isa de O. **NOVAS UNIVERSIDADES FEDERAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Expansão do Ensino Superior público e a interiorização dos *campi***. ENANPUR, ano XVIII, 2019.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. **Linha do tempo**. Disponível em: < https://ufmg.br/a-universidade/apresentacao/linha-do-tempo>. Acesso em: 27 de abril de 2021. RIBEIRO, Darcy. Universidade pra quê? Brasília. Ed. UnB, 1986.

UFN – Universidade Franciscana. **MEMÓRIA: 'A educação superior em Santa Maria: da inspiração inicial aos dias atuais'**. Disponível em: <https://www.ufn.edu.br/site/detalhes-noticia/memoria-a-educacao-superior-em-santa-maria-da-inspiracao-inicial-aos-dias-atuais>. Acessso em: 14 de agosto de 2020.

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Sisu na UFRGS**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/sisu>. Acesso em: 11 de abril de 2021.

UFRR – Universidade Federal de Roraima. **História**. Disponível em: <https://ufrr.br/historico>. Acesso em: 06 de maio de 2021.

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. **Campus de Cachoeira do Sul**. Disponível em: < https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/cachoeira-do-sul/graduacao/>. Acesso em: 26 de maio de 2020.

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/pdi/>. Acesso em: 26 de outubro de 2021.

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. **Campus Palmeira das Missões**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/palmeira-das-missoes/>. Acesso em: 26 de maio de 2020.

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. **Campus Avançado de Roraima, 1969/1985**. Disponível em: <http://fonte.ufsm.br/index.php/campus-avancado-de-roraima-1969-1985>. Acesso em: 10 de abril de 2021.

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. **Cursos da Udessm passam a ser oferecidos no campus sede**. Disponível em:

<https://www.ufsm.br/2016/08/05/cursos-da-udessm-passam-a-ser-oferecidos-no-campus-sede/>. Acesso em: 03 de maio de 2021.

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. **Descubra UFSM**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prograd/descubra/santa-maria/>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. **Faculdade Integrada de Educação: A história do mundo refletida na UFSM**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/2011/11/21/faculdade-interamericana-de-educacao-a-historia-do-mundo-refletida-na-ufsm/>. Acesso em: 12 de abril de 2021.

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. **UFSM destinará R$ 50 mil por campus em recursos para ações alinhadas às demandas dos COREDES**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/2021/07/29/ufsm-destinara-r-50-mil-por-campus-em-recursos-para-acoes-alinhadas-as-demandas-dos-coredes/>. Acesso em: 01 de agosto de 2021.

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. **Missão, Visão e Valores.** Disponível em: http://w3.ufsm.br/cachoeira/index.php/institucional/ufsm-cs/missao-visao-e-valores. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. **História**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/historia/> Acesso em: 03 de outubro de 2019.

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria – **História**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/historia/>. Acesso em: 09 de maio de 2021.

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. **Histórico**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/cachoeira-do-sul/historico/>. Acesso em: 17 de outubro de 2019.

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. **Histórico**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/cachoeira-do-sul/historico/>. Acesso em: 15 de agosto de 2020.

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. **Mudança para o novo campus movimenta a UFSM**. Disponível em: < https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/cachoeira-do-sul/2019/01/25/mudanca-para-o-novo-campus-movimenta-a-ufsm/>. Acesso em: 15 de agosto de 2020.

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. **Histórico**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/frederico-westphalen/historico/>. Acesso em: 26 de maio de 2020.

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. **Reitor apresenta na ONU ações da UFSM para a proteção de refugiados e migrantes**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prograd/2018/01/12/reitor-apresenta-na-onu-acoes-da-ufsm-para-a-protecao-de-refugiados-e-migrantes/>. Acesso em: 12 de abril de 2021.

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. **UFSM – CS oferta 190 vagas gratuitas em cinco cursos de graduação via SISU**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/cachoeira-do-sul/2020/01/17/ufsm-cs-oferta-190-vagas-gratuitas-em-5-cursos-de-graduacao-via-sisu/> Acesso em: 19 de março de 2020.

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. **UFSM terá R$ 210 milhões para obras de campus de cachoeira do sul**. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/midia/?p=18405>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. **Um pouco da Argentina no Brasil**. Disponível em:<https://www.ufsm.br/2012/11/30/um-pouco-de-argentina-no-brasil/>. Acesso em: 28 de janeiro de 2020.

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. **UFSM Silveira Martins: um novo centro de pesquisa e extensão**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/2017/11/16/ufsm-silveira-martins-um-novo-centro-de-pesquisa-e-extensao/>. Acesso em: 11 de maio de 2021.

UNICRUZ – Universidade de Cruz Alta. **31 anos de história**. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/2019/10/31-anos-de-historia/>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

UNICRUZ – Universidade de Cruz Alta. **Cursos presenciais**. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/cursos-presenciais/>. Acesso em: 27 de julho de 2021.

UNIJUI – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Graduação. Disponível em: <https://www.unijui.edu.br/estude/graduacao>. Acesso em: 27 de julho de 2021.
UNIJUI - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. **Campus Santa Rosa**. Disponível em: <https://www.unijui.edu.br/comunica/banco-de-imagens/3558-campus-santa-rosa>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa. **Cooperação Internacional**. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/daeinter/convenios-internacionais/>. Acesso em: 28 de janeiro de 2020.

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa. **Sobre a Universidade Federal do Pampa**. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/unipampa>. Acesso em: 12 de março de 2020.

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa. UNIPAMPA. **Fisioterapia**. Disponível em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/fisioterapia/unipampa-2/>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2020.

UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul – **Todos os cursos**. Disponível em: <https://www.unisc.br/pt/cursos/todos-os-cursos>. Acesso em: 27 de julho de 2021.

URCAMP – Universidade da Região da Campanha. **Urcamp – Cursos e valores das mensalidades**. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/urcamp-universidade-da-regiao-da-campanha/cursos>. Acesso em: 27 de julho de 2021.

URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. **Região renova esperança na implantação do curso de medicina na URI Erechim.** Disponível em: <https://radioaratiba.com.br/2017/02/25/regiao-renova-esperanca-na-implantacao-do-curso-de-medicina-na-uri-erechim/>. Acesso em: 27 de julho de 2021.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VILLAÇA, F. **O espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

ZAGO, Jacqueline Oliveira. **A implementação do Programa Expansão (2003) e do REUNI(2007) na UFTM**. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal de Uberlância, 2013.

ZAMPIERI, Renata Venturini. **Campus da Universidade Federal de Santa Maria: um testemunho, um fragmento**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

APÊNDICE A – Entrevista com lideranças da UFSM – CS, entidades municipais e poder executivo municipal

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS – PPGOP
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

Proposta de gestão participativa de uso do espaço físico para a cidade universitária da UFSM em Cachoeira do Sul (RS)

Mestrando: Graziano Franceschet Farias
Orientador: José Luiz de Moura filho

1) Você acompanhou (pessoalmente, pela imprensa, etc.) a instalação (negociações, escolhas dos cursos, espaço físico, etc.) da UFSM em Cachoeira do Sul?

2) Ficou satisfeito com os desdobramentos até aqui?

3) Entende que as decisões sobre a estrutura e funcionamento do *campus* dizem respeito apenas à UFSM, ou comunidade cachoeirense deve ser ouvida?

Sobre as 4 funções urbanas

HABITAR

Em sua opinião, após a instalação da UFSM na cidade de Cachoeira do Sul (RS) no ano de 2014:

a) Há mais oferta de imóveis na cidade?

b) Os custos dos imóveis (terrenos, apartamentos, casas, etc), para compra, venda e/ou aluguel, tiveram mudanças? Se sim, para melhor ou pior?

c) Houve mudança (melhora ou piora) na segurança da cidade para se morar?

d) Houve mudança nos custos de alimentação?

PRODUZIR

Em sua opinião, após a instalação da UFSM na cidade de Cachoeira do Sul (RS) no ano de 2014:

a) Houve mudança com relação a oferta de serviços na saúde (dentistas, médicos, fisioterapeutas e etc)?

b) Houve mudança, (expansão de instalações, oferta de emprego e etc) com relação às indústrias que se localizam em Cachoeira do Sul (RS)?

c) Houve oferta de algum produto/serviço que antes de 2014 não era ofertado?

d) Houve mudanças com relação à atividade primária (agropecuária)?

CIRCULAR

Em sua opinião, após a instalação da UFSM na cidade de Cachoeira do Sul (RS) no ano de 2014:

a) Houve alteração (aumento ou diminuição) na oferta de transporte público (ônibus) na cidade?

b) Houve alteração (aumento ou diminuição) na oferta de taxi/aplicativos na cidade?

c) Houve mudança no trânsito que melhorou/piorou o fluxo de circulação?

d) Houve alteração (aumento ou diminuição) em termos de estacionamento (na rua ou privado), como aumento do custo ou do número de vagas?

RECREAR

Em sua opinião, após a instalação da UFSM na cidade de Cachoeira do Sul (RS) no ano de 2014:

a) Houve alteração (aumento ou diminuição) na oferta de espaços públicos de lazer (praças, parques e etc) para a comunidade?

b) Houve alteração (aumento ou diminuição) na oferta de espaços particulares de lazer (bares, restaurantes, cinema, quadras de esporte, clubes, zoológico e etc) para a comunidade?

c) Conhece o *campus* da UFSM em Cachoeira do Sul (RS) e/ou sabe algo sobre sua estrutura?

d) Quando o mesmo estiver mais consolidado, você o usará para lazer?

e) O que acha que poderia ter no *campus* em termos de recreação/lazer?

f) Tens alguma sugestão/observação/crítica/questionamento sobre a estrutura (*campus*) e/ou funcionamento (cursos/projetos de ensino, pesquisa e extensão/participação da comunidade, etc.) da UFSM em Cachoeira do Sul (RS)?

APÊNDICE B – Entrevista com a atual e anterior direção da UFSM - CS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS – PPGOP
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

Proposta de gestão participativa de uso do espaço físico para a cidade universitária da UFSM em Cachoeira do Sul (RS)

Mestrando: Graziano Franceschet Farias
Orientador: José Luiz de Moura filho

1) Há quanto tempo está na cidade, se acompanhou a instalação da UFSM em Cachoeira do Sul (RS), e desde quando;

2) Se sabe o porquê do *campus* em Cachoeira do Sul (RS), se houve algum estudo técnico ou de política pública, inclusive quanto ao espaço físico ou se a decisão obedeceu a critérios aleatórios, tipo a oferta de condições por parte do Poder Público;

3) Se sabe se houve participação da comunidade e autoridades, de que forma e acerca de quais temas (local do *campus*, cursos, etc.);

4) Como é feita a gestão do *campus*, e baseada no que (documentos da sede, do *campus*, ordens/orientações, etc.);

5) Se a comunidade externa (população, autoridades, setor produtivo, etc.) é consultada ou participa de alguma forma das decisões sobre o *campus*;

6) Se existe um plano (tipo Diretor, como o original ou as propostas mais recentes, para a sede, em Santa Maria) do *campus* - e em que nível/prazo - ou apenas um cronograma de obras, pontual;

7) Se as obras executadas no *campus* são licenciadas pela Prefeitura;

8) Se foi feito um Licenciamento Ambiental quando da implantação física do *campus*;
9) Se existe - ou existiu, ou pensa em - uma comissão ou profissional encarregado de apresentar uma proposta de Plano Diretor ou algo do tipo, para o *campus*;
10) Se tem acompanhado as discussões sobre o novo Plano Diretor de Cachoeira do Sul (RS) e sabe quais serão as diretrizes quanto ao zoneamento, para a área do *campus*;

11) O que pensa da participação da comunidade externa na gestão do espaço físico do *campus*, especialmente se considerado o uso que vem sendo dado ao de Santa Maria - como espaço de lazer - e levando em conta a existência de Residência Universitária e, pois, necessidade de equipamentos de apoio, como comércio e serviços.

APÊNDICE C - Resolução

RESOLUÇÃO CONSUN Nº XXXXX/XX

Estabelece Diretrizes Gerais para a organização e gestão do campus Cachoeira do Sul (RS), da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

O Diretor da unidade da Universidade Federal de Santa Maria em Cachoeira do Sul (RS), de acordo com os poderes que lhe são conferidos pelo artigo 22, IX e XI, do Regimento Interno, aprovado na Assembleia Geral de 05/11/14, RESOLVE, até que seja aprovado um Plano Diretor para este, estabelecer Diretrizes Gerais de Organização e Gestão deste espaço físico, nos seguintes termos:

DIRETRIZES GERAIS PARA A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO CAMPUS CACHOEIRA DO SUL

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO DO CAMPUS

Seção I

Do Planejamento

Art. 1º. O uso e ocupação do solo constituído das glebas que compõem e/ou venham a compor a unidade da UFSM em Cachoeira do Sul (RS), obedecerá às disposições desta Resolução.

Art. 2º. Para tanto, fica criada a Comissão Provisória de Gestão Territorial - CPGET, órgão de consulta e deliberação sobre os aspectos ambientais - urbanísticos e edilícios – do espaço físico da unidade da UFSM em Cachoeira do Sul (RS).

Art 3°. A CPGET contará com equipe técnica nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia de Transportes e Logística e Engenharia Agrícola composta por professores e acadêmicos destes cursos e funcionará em sistema de laboratório de ensino, pesquisa e extensão. Os professores, possuirão horas vinculadas ao laboratório e os alunos receberão bolsas.

Parágrafo Primeiro – O laboratório fará o planejamento e a gestão do território da unidade de ensino, no caso, a Cidade Universitária da UFSM – CS, e o panejamento, elaboração e, posterior, gestão e manutenção do Plano Diretor Participativo.

Parágrafo Segundo – Enquanto não for estabelecido o Plano Diretor para a unidade da UFSM em Cachoeira do Sul (RS), o mesmo será gerido com base nas Diretrizes Gerais constantes da presente Resolução.

Art. 4º. À Comissão Provisória de Gestão Territorial - CPGET caberá, além das atividades fim, de planejamento, monitoramento e avaliação do cumprimento das disposições constantes desta Resolução e demais normas incidentes, a análise e decisão acerca da execução dos projetos constantes do Anexo XXX, os quais poderão ser elaborados de forma multidisciplinar, e deverão contar com um percentual mínimo dos recursos orçamentários classificados como XXXXXX, destinados às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art 5°. Será realizado um orçamento participativo, sob a forma de consulta, a comunidade acadêmica e externa (representada pelos membros do CPGET) acerca de um percentual do orçamento da Cidade Universitária, para investimento em obras/equipamentos de atividades esportivas, culturais, de lazer, etc., que qualifiquem o espaço físico, para usufruto coletivo.

Art. 6º. As Diretrizes Gerais de Organização e Gestão da unidade da UFSM em Cachoeira do Sul (RS), abrangendo a totalidade do espaço físico, preveem, também, instrumentos para a efetivação das políticas de ordenação e desenvolvimento territorial, visando o pleno desenvolvimento das funções institucionais da Universidade, além daquelas atinentes ao uso e ocupação do solo, no que pertine à garantia do bem-estar e da dignidade dos seus usuários, bem como à preservação,

recuperação e conservação do meio ambiente, natural e construído, em conformidade com os ditames dos artigos 182, 183 e 186 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Parágrafo Único. As Diretrizes Gerais de Organização e Gestão da unidade da UFSM em Cachoeira do Sul (RS) deverão observar o disposto no processo de planejamento municipal naquilo que lhe for obrigatoriamente aplicável.

Art. 7º. Integram as Diretrizes Gerais de Organização e Gestão da cidade universitária da UFSM em Cachoeira do Sul (RS), além das disposições da presente Resolução, aquelas atinentes à organização e gestão institucional, como o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, os Estatutos da instituição e seu Regimento Interno.

Parágrafo 1º. Para atender ao disposto neste artigo, deverão ser envidados esforços no sentido da organização acadêmica de forma a se otimizar os recursos (financeiros, de pessoal, naturais, etc.), os quais permitem, além da tão almejada multi/inter/transdisciplinariedade, a redução de deseconomias - especialmente com relação aos deslocamentos físicos a que são submetidos seus usuários em espaços da espécie – em termos de consumo de energia/combustíveis.

Parágrafo 2º. Quando da criação do Plano Diretor, as Resoluções acima elencadas devem ser observadas, ou mesmo alteradas, se assim se entender necessário, e possível, para dar maior qualidade à estrutura e funcionamento do campus.

Art. 8º. São princípios fundamentais do Plano Diretor da unidade:

I – pleno cumprimento das funções sociais da instituição;

II – promoção da sustentabilidade;

III – justa divisão dos ônus e benefícios decorrentes da urbanização;

IV – gestão democrática e participativa;

V – compatibilização da ocupação humana com o sistema natural;

VI – setorização, com articulação – tanto quanto possível - das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão; e

VII - integração no âmbito do território municipal e regional.

Art. 9º. As funções sociais da UFSM são cumpridas quando as ações de planejamento e gestão físico-territorial - e institucional - das atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão, se subordinam aos interesses da comunidade universitária e externa, expressos nas normativas internas da instituição, e no Plano Diretor municipal, pelo uso sustentável dos recursos naturais e pela proteção do meio ambiente, inclusive o construído, assegurando, para os usuários, acesso e acessibilidade, em termos de transporte coletivo - público e de qualidade - e de livre circulação pelo espaço do campus.

Seção II

Da Gestão

Art. 10º. A gestão do espaço físico da unidade será feita pela Comissão Provisória de Gestão Territorial - CPGET, com caráter consultivo e deliberativo acerca de assuntos de planejamento e desenvolvimento físico-territorial dos espaços que o compõem, e será renovada a cada dois (2) anos, com possibilidade de recondução de seus membros, por apenas uma oportunidade.

Art. 11º. A Comissão Provisória de Gestão Territorial - CPGET será parte integrante da estrutura organizacional da unidade de Cachoeira do Sul, da UFSM.

Art. 12. A Comissão Provisória de Gestão Territorial - CPGET será composta por vinte (20) membros, da seguinte forma:

I – quatorze representantes da comunidade acadêmica, quais sejam: o(a) Diretor(a) da unidade; o(a) Coordenador(a) Acadêmico(a); o(a) Coordenador(a) Administrativo(a); o(a) Coordenador(a) de Pesquisa e Extensão; o(a) Coordenador(a) de Pós-Graduação; o(a) titular do Gabinete de Projetos; da Biblioteca Setorial; do Restaurante Universitário, do Núcleo de Tecnologia da

Informação; dos Laboratórios Didáticos; além de quatro discentes, dois de graduação e dois de Pós-Graduação, sendo um de cada categoria indicado pelas entidades representativas e os outros dois por eleição.

II – seis representantes da comunidade externa, sendo três de entidades representativas de empregados e empregadores, dos setores primário, secundário e terciário; um do Poder Público Municipal (Executivo e Legislativo); um do COREDE Jacuí, um da 24ª CRE; um de ONG com atuação na área urbanística/ambiental e um de Conselho profissional.

Parágrafo 1º. A CPPDir poderá convidar – ou consultar - profissionais, servidores ou não, especialmente aqueles da Administração Central, como a PROPLAN, PRA, PROINFRA e PROJUR, quando a temática em discussão e/ou deliberação envolva matéria de competência destas.

Parágrafo 2º. Os representantes constantes do inciso II serão eleitos sob a forma de titular e suplente, revezando-se durante o mandato, exercendo a titularidade por igual período.

Parágrafo 3º. A Comissão Permanente do Plano Diretor (CPPDir) poderá criar Câmaras Técnicas temáticas, para discutir e apresentar Relatórios/Pareceres sobre assuntos para cuja deliberação não se sinta totalmente esclarecida, as quais terão, então, caráter meramente consultivo.

Parágrafo 4º. A CPPDir poderá convocar representantes dos Órgãos de Assessoria, Suplementares e de Apoio, da unidade, dependendo da pauta e da necessidade, para participação nas reuniões.

Parágrafo 5º. A CPPDir deverá atuar nas excepcionalidades, ou seja, naquilo que não estiver legalmente previsto como de observância obrigatória, ou para cujo cumprimento dos fins não haja possibilidade de definição dos meios.

Art. 13. A Direção da unidade deverá envidar esforços para que a gestão físico-territorial do mesmo não dependa de pessoal técnico externo à instituição, sequer da sede.

TÍTULO II

DAS DIRETRIZES DE DESENVOLVIMENTO

CAPÍTULO I

DO SISTEMA URBANO: EDIFICAÇÕES

Seção I

Das Edificações

Art. 14. Nos projetos de novas edificações, deverão ser previstas áreas de convivência, cobertas e descobertas.

Parágrafo Único. Para as edificações existentes, deverão ser criadas áreas de convivências cobertas e descobertas quando houver espaço disponível.

Art. 15. As novas edificações da UFSM deverão contar com sistemas sustentáveis de consumo de recursos naturais, como água, energia e materiais, bem como adotar padrões de eficiência energética.

Parágrafo Único. As edificações já existentes, deverão ser adequadas com tais sistemas quando houver condições de execução. Tais modificações devem estar em funcionamento no prazo de XX meses.

Art. 16. Todas as novas edificações deverão seguir as Diretrizes constantes desta Resolução, e os casos que não se enquadrarem nesta situação deverão ser submetidos à apreciação da CPPDir.

Art.17. Os novos projetos de edificações devem prever recursos para ampliação da estrutura física, bem como a instalação de infraestrutura diferenciada necessária às atividades a serem desenvolvidas, quanto aos aspectos hidrossanitário (descarte correto dos dejetos), energético (eficiência energética) e de resíduos (lixo produzido pelos usuários da unidade), dentre outros.

Parágrafo Único. Nos casos em que não haja infraestrutura convencional, não se executará o projeto principal sem que esta seja previamente instalada.

Art. 18. Sempre que possível, antes de se proceder à construção de novas áreas, deverão ser aproveitadas aquelas edificadas, não utilizadas ou com baixa ocupação.

Art. 19. Os locais destinados a estacionamento de veículos automotores deverão ter acesso livre, sem cancelas ou barreiras.

Parágrafo Único. Nas imediações dos prédios destinados a usos especiais, como aqueles de afluência de público externo, serão criados estacionamentos exclusivos, estruturados conforme as diretrizes desta Resolução.

Seção II

Das Diretrizes

Art. 20. As intervenções em edificações já existentes somente serão autorizadas se respeitadas as normas específicas desta Resolução e, nos casos omissos, os respectivos projetos deverão ser previamente submetidos à análise da CPPDir.

Art. 21. A morfologia urbana ‘cidade parque’, caracterizada por edifícios isolados, sem cercamentos, permitindo fluidez em nível de solo, em contraposição à ‘rua corredor’ deverá ser respeitada em todas as intervenções físicas a serem realizadas no campus.

Art. 22. O lago existente na porção leste da cidade universitária, que compõe uma paisagem natural em vias de consolidação, assim como eventuais nascentes e vertentes, deverá ser mantido, e seu entorno receber tratamento adequado, e termos de segurança dos usuários, preservação da qualidade da água e infraestrutura para atividades de recreação e lazer, inclusive da comunidade externa.

Art. 23. A médio e longo prazos, deverão os usos não compatíveis ser transferidos a áreas previamente definidas.

CAPÍTULO II
DO ZONEAMENTO INSTITUCIONAL

Seção I
Do uso e ocupação do solo

Art. 24. Os serviços de Biblioteca deverão ser centralizados e ampliados, mantendo seu caráter cultural, através de usos tais como salas de leitura, salas de projeção audiovisual, salas de exposições permanentes e temporárias, representação da livraria e editora da universidade, além dos ambientes de apoio (como serviços administrativos e manutenção do acervo), entre outros.

Art. 25. A ampliação das Casas do Estudante Universitário, no local existente ou em outros, deverá ser discutida e definida através de estudos técnicos específicos e oitiva dos usuários em audiências públicas, envolvendo os principais atores afetados pelas mudanças.

Art. 26. A estruturação de uma zona comercial e de serviços, que concentre equipamentos tais como minimercado, banco, farmácia, papelaria, correio, acesso à internet, praça de alimentação, sanitários, entre outros, deverá se dar nas proximidades da Casa do Estudante.

Seção II
Redes de infra-estrutura urbana

Art. 27. Deverá ser estruturado um sistema de coleta seletiva, triagem, reciclagem e área para destinação final dos resíduos gerados, a ser locada a partir de estudos específicos, conforme as normas ambientais.

Parágrafo Único. Os resíduos considerados recicláveis deverão ser destinados a entidade associativa, para transformação com agregação de valor e, se inviável, comercialização; os orgânicos deverão sofrer o processo de compostagem e

destinar-se à adubação das áreas livres do campus; o rejeito deverá ser transformado em energia e os perigosos, tratados e destinados adequadamente.

Art. 28. As águas da chuva deverão ser captadas através de cisternas, e serem usadas nas descargas dos sanitários, na rega das áreas livres, limpeza dos prédios e lavagem de veículos oficiais.

Art. 29. A rede de iluminação dos espaços livres deverá ser executada com vistas à orientação e segurança dos usuários e do patrimônio.

CAPÍTULO III
DO SISTEMA RELACIONAL

Seção I

Sistema viário

Art. 30. Deverá ser projetado - e futuramente implantado - novo acesso viário à unidade, junto à Estrada Municipal Taufik Germando, a oeste, controlado, destinado a veículos pesados e de serviço. Permanecendo o acesso já existente, a leste, com um caráter de acesso geral para a comunidade universitária.

Art. 31. Para evitar conflitos de uso nas ruas de maior fluxo de veículos automotores, bicicletas, pedestres e outros, deverá ser implantada uma rede de ciclovias internas e externas à unidade, sendo as primeiras providas de estacionamentos específicos.

Art. 32. Como forma de prevenção de acidentes, serão desenvolvidos programas de humanização do trânsito e implantados dispositivos que regulem a velocidade de veículos.

Seção II

Acessibilidade e mobilidade urbana

Art. 33. De acordo com a legislação específica, deverão ser providenciados equipamentos que permitam o acesso universal ao mobiliário urbano, aos ambientes construídos e livres.

Art. 34. Os mecanismos de orientação existentes, bem como os futuramente propostos, deverão ser atualizados e mantidos, conformando um Sistema de Informações que permita a rápida e fácil localização e orientação dos usuários (inclusive deficientes visuais) da unidade, não apenas dentro deste, mas em pontos estratégicos da cidade e região, através do uso de placas informativas, mapas de orientação, rotas, inclusive na página eletrônica da universidade, além de equipamentos públicos como Estações Rodoviárias de municípios da área de abrangência, entre outros.

Parágrafo Único. Por implicar em intervenção fora dos limites de jurisdição da instituição, a UFSM deverá articular-se, previamente, com outras esferas da Administração Pública para efetivar o disposto no caput.

Art. 35. A UFSM proporcionará transporte coletivo gratuito, através de linha circular interna ao campus.

Art. 36. Deverão ser estruturados pontos de embarque/desembarque do transporte coletivo em locais que permitam a configuração de um sistema de transbordo que conecte as diferentes linhas existentes e a serem criadas, para facilitar o deslocamento dos usuários.

CAPÍTULO IV

SISTEMA FÍSICO-AMBIENTAL

Art. 37. Os ecossistemas naturais com ocorrência na área da unidade deverão ser restaurados e mantidos, impedindo a fragmentação de matas nativas e outras formas de vegetação, bem como permitindo a ligação destes com aqueles existentes no entorno, em escala local e regional.

Art. 38. A mata ciliar – especialmente junto ao lago existente - deverá ser recomposta e conservada, nas dimensões determinadas pela legislação vigente.

Art. 39. A fim de manter um ecossistema natural que permeie toda a área da unidade, deverá ser estruturado um parque, contemplando o espaço verde do entorno do lago, já existente.

Parágrafo Único. O parque poderá abrigar atividades compatíveis com sua conservação em pontos de interface com áreas urbanizadas.

Parágrafo Único. A Direção da unidade envidará esforços, junto à Municipalidade, no sentido da efetivação deste corredor ecológico.

Art. 40. Para evitar os possíveis impactos negativos sobre ecossistemas a conservar, gerados pelo uso de insumos como agrotóxicos, em áreas de pesquisa de vegetais ou de animais, deverão ser delimitadas as glebas específicas para culturas experimentais, no entorno das quais deverão ser implantadas zonas de amortecimento e de transição, as quais poderão abrigar usos compatíveis com suas respectivas funções.

Art. 41. Deverão ser adotadas alternativas para o abastecimento de água potável na unidade, através de diferentes mecanismos como pequenas barragens e programas de redução do consumo, entre outros.

Art. 42. Ações conjuntas entre a instituição e o poder público, nas três esferas administrativas, para eventual despoluição de recursos hídricos ou áreas não providas de saneamento básico, inclusive no entorno da unidade, deverão ser planejadas e executadas, na região.

Art. 43. Para fins de recreação, lazer, prática de esportes e contemplação, deverá ser estruturado um sistema de circulação peatonal e cicloviário alternativo, que permita o deslocamento de pedestres, com proteção da chuva, sol e calor excessivo, e ciclistas, em toda a extensão urbanizada da instituição e que se conecte com espaços livres.

Parágrafo Único. Como Projeto Piloto, serão criados caminhos ao longo do acesso principal, que começa na Estrada Municipal Taufik Germano, e termina nos prédios de uso da Administração, passando pelos oito existentes, destinados a atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 44. A fim de atender às necessidades da comunidade universitária e do público em geral, será instituída uma rede de espaços de lazer, contemplação, recreação e esportivos, com ambientes em diferentes escalas, tais como praças, largos, entre outros, reforçando o papel de parque que o campus deverá exercer, em especial junto à população carente de outras opções de lazer.

Art. 45. Em toda a extensão urbanizada da unidade, deverão ser instalados abrigos, banheiros, telefones públicos, bancos, lixeiras, iluminação, bicicletários, bebedouros, mesas para jogos, caixas de correio, placas informativas, entre outros.

Art. 46. Com o objetivo de padronizar a pavimentação das vias, conforme seus usos, deverá ser elaborado um Plano Diretor de Revestimento de Pisos.

Art. 47. Deverão ser implantados centros de convivência, sob a forma de áreas abertas e edificadas, distribuídas pelo território da unidade, enquanto espaço de encontro e interação social entre os membros da comunidade universitária, e desta com a externa.

Art. 48. O entorno das edificações deverá contemplar espaços de descanso arborizados, evitando-se ao máximo o seu uso para fins de estacionamento.

Art. 49. Para evitar usos e ocupações indevidos e desordenados, as áreas limítrofes da unidade deverão constituir-se em zonas de amortecimento, e aquelas, internas, entre as edificações, em espaços de transição, mediante estudos específicos, levando em consideração fatores sociais, econômicos e ambientais e que mitiguem pressões antrópicas, internas e externas, decorrentes das atividades exercidas nestas áreas, respectivamente.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 50. No prazo de XX dias, após a aprovação da presente Resolução, deverá ser elaborado, discutido e entrar em vigor, o Regimento Interno do mesmo, versando, especialmente, sobre a escolha dos seus membros.

Art. 51. No prazo de XX dias, após a aprovação da presente Resolução, deverão ser nomeados Grupos de Trabalho para a execução desta resolução.